



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
E PATRIMÔNIO CULTURAL**

YURY BARBOSA BARROS

**MEMÓRIAS EM RUÍNAS:
O ANTIGO MATADOURO SERTANEJA, BARREIRAS, BAHIA**

**CACHOEIRA - BAHIA
2024**

YURY BARBOSA BARROS

**MEMÓRIAS EM RUÍNAS:
O ANTIGO MATADOURO SERTANEJA, BARREIRAS, BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Concentração: Arqueologia

Linha: Populações, ambientes e culturas

Orientadora: Jurema Machado de Andrade Souza

Coorientador: Carlos Alberto Santos Costa

CACHOEIRA – BAHIA
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

B277m	<p>Barros, Yury Barbosa. Memórias em ruínas: o antigo Matadouro Sertaneja, Barreiras, Bahia / Yury Barbosa Barros._ Cachoeira, BA, 2024. 149f.; il.</p> <p>(Dissertação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Jurema Machado de Andrade Souza. Coorientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa.</p> <p>1.Patrimônio cultural – Proteção. 2.Edifícios históricos – Memória. 3.História – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II.Título.</p> <p>CDD: 981.62</p>
-------	--

YURY BARBOSA BARROS

MEMÓRIAS EM RUÍNAS: O ANTIGO MATADOURO SERTANEJA, BARREIRAS, BAHIA

Texto do Mestrado, realizado sob a orientação da Prof^a. Jurema Machado de Andrade Souza, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Arqueologia, linha Populações, ambientes e culturas. Cachoeira, 15 de agosto de 2024.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Documento assinado digitalmente
 JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA
Data: 11/10/2024 22:25:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Jurema Machado de Andrade Souza (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 THAIS FERNANDA SALVES DE BRITO
Data: 01/10/2024 18:23:56-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Thaís Fernanda Salves de Brito (Membro interno)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 LUIS FELIPE FREIRE DANTAS SANTOS
Data: 11/10/2024 11:20:35-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Luis Felipe Freire Dantas Santos (Membro externo)
Universidade Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às minhas mães, donas Maria da Glória, Maria Aurora e Neuraci, que através de suas memórias me inspiraram a transformá-las em registro. Em especial a dona Glória por absolutamente tudo. Agradeço imensamente pelas trocas humanas e inspiradoras da minha orientadora, Prof^a Dr^a Jurema Machado de Andrade Souza e meu co-orientador Prof^o Dr^o Carlos Alberto Santos Costa, bem como todo corpo docente do PPGap: Prof^a Thaís Fernanda, Fabiana Comerlato, Suzane Pinho, Sabrina Damasceno (*in memoriam*), Prof^o Abraham Luydy, Ricardo Brugger, Carlos Etchevarne, Carlos Xavier e demais professores colaboradores, visitantes, assim como a secretaria da pós graduação e demais pessoas que somaram direta e indiretamente para o andamento dessa pesquisa, como os interlocutores, facilitadores e depoentes, além daqueles que me ajudaram a obter acesso a documentos e demais referências. Por fim agradecer aos meus companheiros nessa viagem: Bianca Araújo Freire, Olga Natália da Paixão Vidal, Paulo Otávio de Laia e Rafael Sobral, cujas existências e tardes no “morro dos ventos uivantes” tornou tudo mais tranquilo em meio aos dias. Obrigado ao PPGap de modo geral. Eu fui salvo por vocês.

Dedico:

Primeiramente, à noite. Que dentro de nós também deixa suas estrelas. E ao abandono, que,
como diria Manoel de Barros, atinge nosso olhar em cheio.

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma discussão do patrimônio cultural a partir de memórias, esquecimentos e silenciamentos em torno do complexo industrial do Matadouro Sertaneja, localizado no município de Barreiras, Bahia. A edificação encontra-se em estado de arruinamento desde sua desativação na década de 1970 e apresenta, ao longo dos anos de abandono, diferentes perspectivas e relações para a formação de uma comunidade remanescente do contexto industrial, a urbanização ao seu redor e a ressignificação dos demais elementos que compõe seu complexo, uma usina hidrelétrica e um canal artificial, ambos arruinados e destruídos, respectivamente. Utilizando-se de uma análise etnográfica, as ruínas são vislumbradas mediante perspectivas e possibilidades de narrativas diante dos conflitos sobre patrimônio cultural para o município.

Palavras-chave: Ruína. Memória. Silenciamento. Esquecimento. Patrimônio.

ABSTRACT

This work is the result of a discussion of cultural heritage based on memories, forgetting and silencing around the Sertaneja slaughterhouse industrial complex, located in the municipality of Barreiras, Bahia. The building has been in a state of ruin since its deactivation in the 1970s and presents, over the years of abandonment, different perspectives and relationships for the formation of a community reminiscent of the industrial context, the urbanization around it and the resignification of the other elements that make up its complex, a hydroelectric plant and an artificial canal, both ruined and destroyed, respectively. Using an ethnographic analysis, the ruins are glimpsed through perspectives and narrative possibilities in the face of conflicts over cultural heritage for the municipality.

Keywords: Doom. Memory. Silence. Forgetfulness. Patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vista aérea do atual Complexo Esportivo Deputado Luiz Braga. Ruínas ao lado direito com a piscina olímpica e vestiários. Quadras e campo de futebol à esquerda.....	29
Figura 2	Fotografia aérea, sem data especificada, talvez meados de 1980 a 1990. Nesta é possível observar parte da estrutura original que ainda se mantinha de pé. Cerca de 60% desta estrutura já não existe mais.....	30
Figura 3	Vista frontal do Matadouro Sertaneja durante período de atividades, meados de 1945.....	31
Figura 4	Vista frontal atual do Matadouro Sertaneja. Meados de 2009.....	32
Figura 5	Vista da Usina Hidrelétrica Rocha, no ano de sua inauguração, em 1928.....	32
Figura 6	Vista atual da Usina Hidrelétrica Rocha.....	33
Figura 7	Mapa elaborado para localizar as antigas porções do município de Barreiras no início do século XX e o local dos objetos.....	33
Figura 8	Vista do Canal do Rego. Canal artificial criado para alimentar a Usina Hidrelétrica Rocha.....	34
Figura 9	Vista do Canal do Rego. Canal artificial criado para alimentar a Usina Hidrelétrica Rocha.....	35
Figura 10	Banhistas no Canal do Rego. Meados de 1970.....	35
Figura 11	Vista da principal rua de acesso ao bairro São Pedro, comunidade formada em torno do matadouro. Meados de 1980.....	35
Figura 12	Vista aérea da segunda etapa do Canal do Rego. Meados de 1990.....	36
Figura 13	Aterramento do Canal do Rego (1995).....	36
Figura 14	Parque Linear Novo Tempo. intervenção final no aterro do antigo Canal. Árvores ainda datam do período de atividade do mesmo.....	36
Figura 15	Vista frontal do Matadouro Sertaneja na década de 1940.....	56
Figura 16	Vista frontal do arruinamento da Usina Hidrelétrica Rocha.....	56
Figura 17	Banhistas em uso do Canal do Rego. Matadouro ao fundo.....	59
Figura 18	Banhistas em uso do Canal do Rego. Matadouro ao fundo.....	60
Figura 19	Ignez Pitta de Almeida, memorialista, professora e membro da Academia Barreirense de Letras (ABL).....	60
Figura 20	Obra de Ignez Pitta de Almeida.....	61

Figura 21	Geraldo Rocha, na década de 1950.....	71
Figura 22	Getúlio Vargas em visita a Barreiras, nas águas do Rio Grande.....	73
Figura 23	Visita do presidente Eurico Dutra ao Hospital Eurico Dutra, 1946....	73
Figura 24	Visita do presidente Eurico Dutra ao Hospital Eurico Dutra, 1946....	74
Figura 25	Vista frontal do Matadouro Sertaneja, em meados de 1940.....	83
Figura 26	Visita de Eurico Dutra ao Matadouro Sertaneja, 1946.....	85
Figura 27	Visita de Eurico Dutra ao Matadouro Sertaneja, 1946.....	85
Figura 28	Dona Socorro, interlocutora, com seu pai, às margens do Canal do Rêgo e do Matadouro Sertaneja, meados de 1960.....	87
Figura 29	Propaganda do Matadouro Sertaneja na revista “O Amanhã”, Rio de Janeiro, 1945.	94
Figura 30	Correspondência da Companhia Agro-pastoril Sertaneja S.A., 26 de setembro de 1955.....	95
Figura 31	Juarez recriando seus caminhos e suas lembranças através do mapa da SUVALE.....	98
Figura 32	Mapa da SUVALE da região do matadouro, canal e usina.....	99
Figura 33	Mapa da SUVALE da região do matadouro, canal e usina. Recorte de elementos da vizinhança, como sangradouros.....	99
Figura 34	Dona Margarida e sua filha, dona Eurides, as mais antigas moradoras do entorno do Matadouro.....	101
Figura 35	Paredes remanescentes da antiga estrutura das pocilgas, chiqueiro e sangradouro do Matadouro. Local onde construíram suas casas atuais.....	102
Figura 36	Vista frontal do Matadouro já em ruínas. Meados de 1990.....	103
Figura 37	As ruínas do Matadouro à esquerda, piscina desportiva à direita.....	107
Figura 38	Vista panorâmica dos fundos do Matadouro para o centro da cidade.....	108
Figura 39	Planta da área de implantação. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	110
Figura 40	Vista interior da Fachada Oeste, do lado direito restante. Dimensão: 16,44 m ²	110
Figura 41	Vista interior da Fachada Oeste, do lado esquerdo, já completamente desaparecido. Detalhe para obra de um hospital municipal em frente ao Matadouro. Dimensão: 5,06m ²	111
Figura 42	Fachada original. 1943.....	112
Figura 43	Vista lateral da Fachada Oeste. Fachada restante completamente	113

	interditada para as obras de construção do hospital. Dimensão: 56,58 m ²	
Figura 44	Vista da recepção. Portas originais interditadas por tijolos. Ausência de janelas originais. Composição das madeiras originais dos suportes para vidros. Dimensão: 56,58 m ²	114
Figura 45	Interior da recepção ao público externo. Dimensão: 14,4 m ²	115
Figura 46	Vestígios de ladrilhos hidráulicos originais na recepção ao público externo.....	116
Figura 47	Exemplo de como parte da estrutura foi tomada pela vegetação. Dimensão: 82,67 m ²	127
Figura 48	Área do sangradouro de animais. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	127
Figura 49	Vista do sangradouro de animais. Dimensão: 22,80 m ²	118
Figura 50	Fragmento geral da área industrial. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	119
Figura 51	Fragmento da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	120
Figura 52	Vista frontal dos restos da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Vestígios da estrutura metálica que dava suporte aos animais para separação. Dimensão: 94,05 m ²	121
Figura 53	Vista lateral dos restos da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Vestígios da estrutura metálica que dava suporte aos animais para separação. Vista para os demais espaços industriais. Dimensão: 35,93 m ²	121
Figura 54	Vista lateral dos restos de pias e espaços de acesso à água da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos.....	121
Figura 55	Fragmento das zonas de beneficiamento das carnes. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	123
Figura 56	Resto de maquinário para tratamento térmico. Dimensão: 32,80 m ²	124
Figura 57	Restos das câmaras frigoríficas. Dimensão: 42,88 m ²	125
Figura 58	Salas de defumação. Dimensão: 4,81 m ²	126
Figura 59	Fragmento dos fundos do Matadouro. Zonas de evisceração, saponificação e os espaços dos funcionários: banheiros, caixa d'água e almoxarifado. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	127
Figura 60	Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Escadas de acesso completamente arruinadas. Dimensão: 155,76 m ²	127

Figura 62	Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Canais de despejo dos restos de animais para produção de gordura e sabão. Dimensão: 155,76 m ²	128
Figura 63	Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Restos de maquinários.....	128
Figura 64	Vista frontal do banheiro dos funcionários. Dimensão: 51,26 m ²	129
Figura 65	Vista interna do banheiro dos funcionários. Reminiscências de reutilização em períodos diversos, possivelmente atrelados às intervenções realizadas ao longo dos anos.....	129
Figura 66	Fotografia aérea que evidenciam as edificações representadas na planta baixa, contando ainda com grande parte da estrutura edificada. 1999.....	130
Figura 67	Fragmento dos espaços de curral e circulação de animais. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	131
Figura 68	Perspectiva axonométrica. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.....	131
Figura 69	Ensaio fotográfico nas ruínas do Matadouro Sertaneja.....	141
Figura 70	Ensaio fotográfico nas ruínas do Matadouro Sertaneja.....	141
Figura 71	Crianças se preparam para uma partida de futebol no espaço que era o curral, agora parte do complexo esportivo.....	142
Figura 72	Ornamentação do São João no entorno do Matadouro Sertaneja, 2024.....	144
Figura 73	Ornamentação do São João no no entorno do Matadouro Sertaneja, 2024.....	144

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: SAUDADES	18
1.1 Primeiras demolições	18
1.2 Escolhendo Ferramentas	23
Capítulo 2: RUÍNAS	27
2.1 Castelos, assombrações e medos.....	27
2.2 Desaterrando terrenos.....	31
Capítulo 3 - SERTÕES E CERRADOS	40
3.1 “Sertões anônimos e inabitados”	40
3.2 Dessemelhança territorial e histórica.....	43
3.3 Memórias sertanejas e desenvolvimentistas em Geraldo Rocha.....	46
Capítulo 4 - MEMÓRIAS	53
4.1 Contornos, traços e aterros	53
4.2 Narrativas, esquecimentos e patrimônios	57
CAPÍTULO 5: MATADOURO	70
5.1 Sertanejos, choros e fé.....	70
5.2 Edificações simbólicas e materiais	77
5.3 Memórias e arruinamentos	90
5.4 O deserto do desenvolvimento	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	146

Introdução

Ainda em 2018, durante a graduação e desenvolvimento de uma atividade do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), no curso de História da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), ocorreu a oportunidade de, pela primeira vez, estender um olhar mais aprofundado, ainda que de modo inicial, sobre o que veio a se tornar as ruínas do antigo Matadouro Sertaneja em Barreiras, oeste da Bahia. Objeto este, que até então, era visto como um elemento único na paisagem urbana do município de Barreiras, mas que, conforme o trabalho caminhava, foi-se demonstrando complexo e com variadas facetas, a depender do referencial adotado.

As várias faces obtinham sentidos na construção datada da década de 1940, na arquitetura, imponente e frágil devido o conjunto de prédios em arruinamento, e marcador temporal de supostos períodos áureos do desenvolvimento econômico local. Havia também o sentido das pessoas, sendo estas, mais diversas ainda, que de modo direto ou indireto, compartilhavam histórias, memórias e a própria vida, distantes ou próximas, de consequências da existência dessas ruínas. E o sentido do poder público municipal que, então detentor da guarda destas ruínas, possuía um histórico também complexo de intervenções, intenções, ou ausência de intenções, que se tornaram moeda de troca no teatro de poderes institucionais sob os quais o palco da cena política se desenrolava.

O que ocorreu, de fato, foi que a pesquisa se expandiu para vias de documentação filmográfica. Um incentivo da CAPES havia privilegiado os estudantes para realizar todo o processo de criação de um documentário que é o pontapé inicial de toda essa pesquisa. Diante dessa oportunidade, até então única, houve todo um processo de mobilização em torno de planejar, roteirizar e, executar, um sonhado registro visual sobre as ruínas, que até então estavam circunscritas a um pequeno material escrito, especialmente por jornais ou publicações locais, e a rica fonte oral que unia velhos e novos vizinhos dos prédios abandonados. Sendo estes, os principais atores do que viria a se desenvolver.

Nesse sentido, cabe destacar, que o intuito da própria pesquisa, daquele período, era o debate sobre o patrimônio. E nesse momento alguns detalhes passavam despercebidos para, até então, jovens estudantes no início da graduação. Detalhes que, assim como as faces da ruína, poderiam ser irrelevantes a depender

do referencial, ou pontos principais, quando observados com determinada trajetória de pesquisa, estudo e discussões sobre as possíveis representações do patrimônio para as pessoas.

O que estava em jogo, principalmente, mas que por ora soava despercebido, era a disputa de um pretense olhar de estudantes sobre suas próprias categorizações do que é patrimônio e o olhar dos sujeitos envolvidos, suas histórias, seus saberes, e principalmente, as saudades que impregnava toda e qualquer provocação acerca de seus passados e o fato deste estar atrelado às memórias da própria ruína.

O exercício de compreender que não havia consenso sobre o que de fato vinha a ser patrimônio para os entrevistados veio como um ensaio às reflexões que culminaram naquele trabalho. Para alguns entrevistados e entrevistadas, em maioria, entre 50 e 80 anos, retornar às memórias da ruína, era lembrar da infância, ou dos pais, ou de alguma migração, ou de trabalhos tão diversos quanto os próprios sujeitos depoentes: filhos, vizinhos, igrejas, procissões, ruas, domingos, crianças, amigos, festas, casamentos, brigas, casas, árvores, pontes, mercados, tratores, bicicletas, pneus, carros, idosos, chuvas, alagamentos, desempregos, fomes, ou a falta de esgotamento sanitário e de energia elétrica (o que vinha a ser contraditório, tendo em vista que moravam na beira de um canal artificial de água e uma pequena usina hidrelétrica, que serão, devidamente, explorados posteriormente).

Ou seja, as ruínas, por si só, se tornaram referenciais dos mais diversos modos de vida e expectativas, e foram reveladoras, principalmente, de cotidianos que se atravessavam num ambiente que, pouco a pouco, ia se mostrando ser mais que um único espaço. As formas como descreviam suas vidas revelavam, principalmente, quem eles eram e acabava desembocando em um espaço de compreender quem eles haviam se tornado, o que haviam feito, sob o olhar, para sempre petrificado, das ruínas.

Nesta ocasião, ocorreu, durante o processo de registro visual dos entrevistados, a ida ao bairro São Miguel, cerca de 8 km de distância do endereço das ruínas. A comunidade do São Miguel, ou “Antigas Casinhas”, como popularmente é conhecida, trata-se de um assentamento de casas pré-moldadas, idealizadas e executadas pelo governo municipal na década de 1990. A principal

serventia do conjunto habitacional seria abrigar uma outra comunidade, a que antes vivia nas redondezas do antigo Matadouro. Muitas destas famílias viviam por toda uma vida no mesmo endereço, compartilhando de cotidianos semelhantes, especialmente aqueles relacionados à sobrevivência de uma dura realidade.

É neste contexto que se insere a figura de seu Raimundo Santos (in memorian). Segundo relatos, tanto de moradores que ainda viviam nas antigas imediações do Matadouro, quanto de pessoas do São Miguel, teria sido o primeiro a chegar ali. O primeiro a ser empossado pela prefeitura e também o primeiro a se decepcionar com as dimensões da nova moradia. Ocorre que o loteamento planejado da comunidade era menos de um terço das dimensões de muitos dos terrenos que existiram na “bêra do rêgo e do matadôro” (referência ao Canal das Turbinas e ao Matadouro).

E de fato, seu Raimundo foi o que mais forneceu informações importantes e interessantes desse outro processo, o de desterritorialização da paisagem em detrimento de um movimento muito comum aos planejamentos, ditos modernos, de urbanismo. Esse processo, entretanto, é uma marca muito comum no século XX e a necessidade de colocar as pessoas “em locais adequados”.

Sobre isso, Marcos Virgílio da Silva (2020) realiza um recorte histórico sobre o que ocorreu em locais vistos como “epicentros de desenvolvimento do interior”. Para ele o processo de destruição de certos espaços significativos para a memória de alguns grupos sociais pode ser visto como mais do que uma sucessão de eventos fortuitos e remete à destruição dos *suportes materiais* da memória de alguns sujeitos, segundo também Maurice Halbwachs (1990).

Não porque os lugares não tenham de fato importância para a população; não que não existam mecanismos públicos de reconhecimento e proteção desses lugares. Mas porque os interesses dos agentes dominantes da produção do espaço urbano têm sistematicamente interditado os caminhos que permitiriam à população expressar e fazer valer seu interesse na conservação de certas localidades da cidade sobre as quais depositam suas referências culturais e suas lembranças coletivas. Particularmente em relação à população subalterna, tem sido possível deslegitimar e silenciar quaisquer demandas de proteção dos seus lugares sob o pretexto de que o interesse geral da cidade – tomada abstratamente – se sobrepõe a interesses particulares (SILVA, 2020, p. 4).

Logo, as memórias de seu Raimundo e seu descontentamento com a realidade da nova moradia, no período, esboça um horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2009) que é enfraquecido, quando comparado com a velha realidade,

mesmo que o espaço de importância maior seja o direito à residência, à moradia e ao bem estar social. Vale ressaltar que, no dito período de realocação dos moradores, a principal justificativa da prefeitura era a situação precária das moradias e do espaço em si, com constantes alagamentos no período chuvoso devido ao transbordamento do canal, além da constante sujeira e poluição de suas águas, um dos fatores marcantes no distanciamento de atribuição de importância ao lugar pelos antigos moradores.

Entretanto, nada sobre *suportes materiais* foi questionado a seu Raimundo, que no momento de conversas, cafés, bolos, cachorros, quintais e barulhos do cotidiano, sequer soube informar se o valor proposto de indenização do antigo imóvel correspondia ao que poderia valer, de fato, no período. Para sujeitos como seu Raimundo, a Nova Barreiras não passava de um amontoado de asfalto, esgoto mal feito, ruas esburacadas, falta de abastecimento de água e persistência de problemas conhecidos e herdados ainda da “Velha Barreiras”. Aquela que o mesmo soube descrever e que resistia à demolição, sob os alicerces de um sentimento cujos escombros não poderiam esconder: a saudade.

Foi nesse sentimento que, mais uma vez de modo equivocado, questionou-se: “para você, o que é patrimônio?”. Tal qual os intelectuais franceses em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais (GONÇALVES, 2005, p. 17). A resposta, contudo, por um momento não foi compreendida. Seu Raimundo descreveu que, enquanto foi morador das imediações do antigo Matadouro, trabalhou nos mais diversos ramos, todos informais e que mal pagavam o custo básico de vida, muito se conseguia com trabalhos extras de carroceiro nas pequenas feiras ao redor da comunidade. O único sonho de vida de seu Raimundo era adquirir um sofá, nada muito luxuoso, mas que coubesse a toda família. Esposa, todos os filhos, cerca de quatro e, claro, ele.

O sonho foi realizado no ano de 1998, justo na execução da obra de aterramento do antigo canal, que era o quintal de seu Raimundo, contudo, como a prefeitura não apresentou a obra para a população, muitos desconheciam a metragem real das futuras casas. Foi uma decepção. O cubículo, demarcado por uma sala com cerca de 5m², junto com dois quartos, um banheiro menor ainda e uma cozinha quase sufocada no projeto final, não couberam os sonhos da família. O

sofá, alguns móveis, a carroça, a tranquilidade, o bem estar, a proximidade do centro comercial, dos trabalhos informais, os quintais, as pequenas plantações, os desejos, as ambições, a expectativa. Quase nada disso coube no novo lar. Entretanto, ainda era necessário viver.

Diante disso, seu Raimundo informou que, a única saída, para o recém adquirido sofá não se perder “com a poeira e quentura” ou a “chuva”, diante das extremidades avassaladoras do clima em Barreiras, bem conhecidas ainda no período de moradia no Canal do Rêgo, era colocá-lo atravessado no pé direito da casa, que não possuía cobertura. Um dia, que ninguém sabia ao certo quando iria chegar, a casa seria reformada, ampliada, aos moldes das necessidades de uma família grande e o sofá, finalmente, seria utilizado. Desta forma seu Raimundo guiou o grupo de estudantes para dentro da casa, já muito desgastada pelos quase 20 anos de mudança, e lá no alto estava o sofá. O patrimônio de seu Raimundo, seu sonho, sua vontade, sua propriedade, sua materialidade, e que não se separa de sua própria existência e simplicidade de assim ver e pensar as coisas. A partir daí, muito adiante, em vias de criar corpo e alma para a presente pesquisa, foi possível pensar que, de uma forma singela, propriedade e espírito constavam inseparáveis ali.

O documentário¹, por fim, foi lançado, sem o referido trecho descrito, por questões outras, entretanto, talvez tenha sido o relato saudoso que mais pode representar a disputa política, sob a qual, se encontram as ruínas do antigo Matadouro Sertaneja e seus mecanismos adjacentes, como o antigo Canal e a antiga Usina. O processo de desaparecimento total ou a descaracterização desses lugares, se atrela à importância deles para a coletividade, ainda que, na possibilidade de diversos significados.

O arruinamento, os escombros, as transposições de gentes, as demolições e, por fim, o desaparecimento físico resulta, em uma forma de registro em que o suposto bem cultural é registrado como uma reminiscência, um vestígio... uma saudade.

Saudade é a vontade de ver de novo.

Menotti Del Pichia.

¹ Documentário “Barreiras, BA: O antigo Matadouro”. Disponível em: https://youtu.be/ysEyw91c_V4.

Capítulo 1: SAUDADES

1.1 Primeiras demolições

Pensando nas categorias que dão sentido ao patrimônio cultural (GONÇALVES, 2007), utilizo da categoria da saudade e dos demais sentimentos despertados por ela, como contribuição ao entendimento de vida social e cultural em torno das ruínas do Matadouro Sertaneja. Compreende-se que o patrimônio seria aquilo que media ideias, valores e identidades de grupos e categorias sociais (GONÇALVES, 2007, p. 29) em percepções individuais e coletivas.

Nesse sentido, ao buscar o relato de pessoas sobre o que foi e é o Matadouro Sertaneja buscou-se representar diversas percepções e como o diálogo com estas poderiam proporcionar o modo como o patrimônio produz efeitos de modificação na realidade. Entretanto, nessa lógica, é necessário pensar que o compartilhamento de cotidianos comuns pode colaborar com a construção das saudades e os seus significados.

Observar e assimilar as percepções das pessoas não é individualizar esta ou aquela visão sobre as ruínas em detrimento da mais ou menos correta, mas compreender que a riqueza destas narrativas estão na possibilidade delas serem muitas, plurais, contraditórias, por vezes iguais, mas reveladoras de ações que também eram muito próximas, que tornavam as particularidades de aspectos da vida desses sujeitos como uma espécie de conjunto de rituais mágicos: aqueles que são possíveis de identificar na construção da rotina, do cotidiano, costumes, dos trabalhos, na convivência social e familiar, e, aqueles que foram incorporados aos espaços por meio dos processos de modificações, sobretudo da paisagem, das ruas, das casas. Modificações estas que impactam no âmbito do espírito e na expressão da vida material, mas que não são descritas nos jornais, livros e documentos.

Num olhar antropológico/sociológico, Malinowski (1948) descreve o compartilhamentos de hábitos particulares e comuns, aos indivíduos nas Ilhas Trobriand, como sintomas neuróticos, da perspectiva de que, segundo ele, as pessoas realizam pequenos, minúsculos rituais em torno da vida prática e do passar da vida, sob os quais elas julgam não haver determinado controle racional. No campo da memória, esse fenômeno mágico é incitado no despertar destas enquanto

diferentes modos de apreender e representar o passado, sobretudo sob a perspectiva de quem é entrevistado.

Logo, une o racional e o metódico dentro do espaço dos afetos e desafetos da memória, para expressar os sintomas despertados sobre aquele momento de suas vidas. Assim, “na construção de uma canoa o conhecimento empírico do material, da tecnologia e de certos princípios de estabilidade e hidrodinâmica funciona associado e intimamente ligado com a magia, mas sem se afetarem mutuamente” (MALINOWSKI, 1948, p. 28). Dessa mesma forma, esses rituais sucinta a explicar períodos da vida, em meio às necessidades de um cotidiano duro e custoso, mas que eram necessários para a invenção de práticas de sobrevivência e resistência, sempre tendo como expectador, ou por vezes protagonista, o antigo Matadouro, enquanto centro de um sentido que, para muitos, era imperceptível no dia a dia.

Outro ponto que, hoje soa assombroso, mas que no momento era corriqueiro ao discurso de construção desse trabalho era o de “fazer as pessoas entenderem o sentido do que é patrimônio”. Entretanto, não cabia ao trabalho realizar tal objetivo, uma vez que, seguindo esta premissa, se ocultaria, o que somente ficou evidente depois, as pessoas já sabiam e tinham na ponta da língua o que “era patrimônio delas”. Bem como José Reginaldo Gonçalves alerta, a necessidade de pensar patrimônio cultural do ponto de vista etnográfico.

Segundo ele:

O que é preciso colocar em foco nessa discussão, penso, é a possibilidade de se transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais, iluminando-se as diversas formas que pode assumir. Em outras palavras: como é possível usar a noção de patrimônio em termos comparativos? Em que medida pode nos ser útil para também entender experiências estranhas à modernidade? (GONÇALVES, 2005, p. 42).

Por essa perspectiva, e pensando que os entrevistados supostamente são sujeitos inseridos em determinado contexto de modernidade, seria mais rico compreendê-los enquanto sociedade que, em seu processo de rememorar e descrever seus “rituais” passados em torno das ruínas, realizam a criação de uma categoria analítica de categorização de patrimônio (GONÇALVES, 2005, p. 15-36). Dessa forma, suas narrativas compreendem as múltiplas dimensões sociais e simbólicas do próprio processo de buscar categorizar as ruínas do antigo Matadouro e seu entorno enquanto bem cultural a ser patrimonializado.

Nesse ponto, e rememorando a passagem de José Reginaldo Gonçalves, em busca de outras possibilidades de contextos semânticos ao patrimônio, também aponta para a existência de que “nem todas as sociedades ou culturas humanas constituem, de forma dominante, patrimônios acumulados e retidos com finalidades de troca mercantil” (GONÇALVES, 2005, p. 17). Nesse mundo, em particular, a ideia de patrimônio, entretanto, está muito mais próxima de categorizações de sentido humano, de existência, resistência, afetos, tristezas e saudades, do que aquele edificado, estático e que muito pouco diz, enquanto pretendo protagonista à vida de sujeitos que, em suas narrativas, expressam os mais diversos sentimentos e sentidos sobre o que de fato é “patrimônio”, diante do discurso oficial.

É necessário pensar que as relações das pessoas com o Matadouro Sertaneja foram drasticamente alteradas ao longo do tempo, seguindo, principalmente, promessas de um espaço melhor e de mais qualidade para viver, esbarrando na ideia de progresso e higienização, propagadas à época. O município de Barreiras, supostamente, era reflexo da colheita, literal, de bons frutos advindos da mecanização agrícola. Não fazia sentido permanecer com antigos símbolos que só traziam problemas à urbanização.

Em reportagens consultadas dos jornais *O Barreirense* e *Folha de Barreiras*, dentre outros, publicados nos anos de 1985 a 1988, é perceptível que, se por um lado, noticiava-se os resultados de grandes colheita das primeiras safras de

soja e destacava-se as futuras melhorias que a região teria em razão do aumento da arrecadação de impostos, em decorrência do “Boom da Soja” (SANTOS FILHO, 1989), por outro lado, se reivindicava que os dividendos decorrentes dessa produção agrícola se convertessem em efetivas mudanças na realidade social², bem como uma adequação dos modos de vida ao processo de modernização³. Além disso, é curioso e contraditório perceber que os mesmos jornais relatam o cotidiano da cidade por meio de festejos tradicionais (comemorações religiosas, procissões, carnaval), de um passado que parece correr o risco de desaparecer em razão do

² Barreiras cresceu, mas não desenvolveu. **O Barreirense** de Maio de 1986, Ano I, N. 05., p. 12.

³ A referência dessa passagem é o Jornal *O Barreirense*, onde consta numa reportagem que o trânsito de Barreiras é caótico, pois está cheio de burricos no centro da cidade, concorrendo por espaço com os carros. Há também reportagens que falam que a cidade deveria ter mais semáforos, porque o trânsito já não suportava um tráfego livre e com a presença de animais (burros, cavalos etc.). Editorial Pensando Bem... **O Barreirense** de Abril de 1986, Ano I, Na 4, p. 2.

“novo tempo” que se avizinha e das diferenças culturais ocasionadas pelo aumento do fluxo migratório.

A partir desse ponto, através da linguagem expressa, tanto pelas lembranças, pela literatura e pelos relatos fornecidos e as referências de estudiosos, quanto pela população local e os jornais consultados, é possível pensar em ressignificações para o espaço urbano de Barreiras, aquelas inventadas pela influência do momento da mecanização agrícola, que partem de um suposto senso comum, geral e amplo, principalmente nos agentes públicos, que são influenciados tanto por um discurso de progresso de tempos anteriores quanto aos novos anunciados pelos jornais locais.

Nessa perspectiva, é que uma hipótese é colocada à prova diante desses dados, ao propor que as representações possíveis em torno do antigo Matadouro Sertaneja e suas memórias apontam tanto para como Barreiras vivia em atraso, como se estivesse em outro tempo, que não o da modernidade econômica e era preciso, portanto, suplantá-lo. Nesse caso, alterando a paisagem social. Demolindo sua antiga vizinhança.

Esse movimento, contudo, não é exclusivo ao local. Barreiras, na década de 1980, integra um grande “quadro de transformações”, que ocorriam também em diversas regiões, tanto do Nordeste quanto em demais regiões do Brasil (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 49; SANTOS FILHO, 1989, p. 29). No que concerne aos cerrados baianos, o processo de modernização pode ser pensado enquanto constituidor de uma “nova região” para o território do Além São Francisco. Levando em consideração o contexto histórico e a decorrente centralização dessas transformações, Barreiras irá se estruturar no âmbito do capital e da intensa modernização agrícola, o que, do ponto de vista do tempo histórico, pode-se dizer que se tentará instaurar discursivamente a criação de um “novo tempo” (Neue Zeit) (KOSELLECK, 2006, p. 37), buscando delimitar um “antes e depois” a partir da expansão do cultivo de soja nesta região. Ainda que também permanecessem escombros de um “antes” representado e edificado pela presença das ruínas.

Entretanto, todo o processo de modernização que chega a essa região corresponde às razões estratégicas que atenderam ao Estado, especialmente após a década de 1950, cujos cerrados baianos se tornarão parte de intervenção tanto do

Estado quanto da integração nacional com os “interesses do capital internacional” (SANTOS FILHO, 1989). O próprio contexto desenvolvimentista, ainda do início do século XX, cujas tramas geram o empreendimento do Matadouro, o Canal das Turbinas e a Usina Hidrelétrica Rocha será novamente abordado adiante.

O que, por ora, é importante para essa discussão e contextualização é o impacto de que as ideias de desenvolvimento e progresso assumiram novos rumos, efetivos e destruidores, na vida das pessoas, cujo sistema continua a reproduzir desigualdades entre as vítimas humanas (TSING, 2019, p. 179). A expectativa de que “o progresso iria implantar um novo tempo e uma nova história”⁴ tanto para Barreiras quanto para toda a região abrangida pelos desejos da modernização econômica. No meio desses “desejos”, constava uma parte significativa da população que seguia empobrecida, marginalizada e diante dos dilemas de um poder público que não os escutava na hora de oferecer tais melhorias.

Os jornais consultados também apontam para a inflexão no imaginário local, que parecia ainda preservar um passado, representado aqui pela figura do antigo Matadouro, que teria sido próspero e dotado de grandezas, mas que já não servia mais às faces da modernização que sobrevieram com o “pioneirismo” que a soja e a produção agrícola anunciavam. Esse imaginário de progresso é percebido não só nos jornais locais, mas também em publicações acadêmicas, financiadas com recurso estatal, como é o caso de “O processo de urbanização no Oeste baiano”, coordenado por Milton Santos Filho (1989), onde se lê as expectativas econômicas que desejavam para os cerrados baianos uma maior valorização, tanto por parte da terra quanto da inserção numa lógica de produção e consumo que o país adquiria. O “Velho Oeste”, personificada na centralidade econômica e estratégica de Barreiras, precisava assumir seu lugar em uma Nova História, cujo Novo Tempo lança o questionamento para os projetos econômicos: “quem seria a nova Barreiras para os anseios da modernização?”

⁴ Barreiras em seus 85 anos: progresso e problemas. **Folha de Barreiras**, Suplemento da edição No 37 de 27 de junho de 1986, p.3.

1.2 Escolhendo Ferramentas

A fim de desmistificar a figura dos sujeitos em torno do sítio histórico, entendendo-os enquanto sujeitos ativos e resistentes em uma sociedade opressora, a presente pesquisa busca vislumbrar as antigas ruínas do Matadouro Sertaneja (Barreiras, Bahia), buscando compreender o seu processo de arruinamento enquanto objeto de relevância para um estudo etnográfico e que se utiliza de conceitos da Arqueologia Histórica. Nesse contexto, destaca-se também a relação da própria arqueologia com a cultura material do passado, conforme Michael Brian Schiffer (1990) aponta que o olhar arqueológico não se limita ao vestígio de um passado encontrado, mas na possibilidade e potencialidade de transformar esses vestígios em conhecimento arqueológico.

Nesse sentido, analisar as ruínas tem por objetivo compreender os campos de disputa entre a memória de uma comunidade à margem da urbanização emergente no município, o discurso oficial e a reivindicação do patrimônio enquanto construtor de identidades sociais diversas. Para alcançar essa discussão, utiliza-se como pressuposto metodológico o acesso a fontes documentais, periódicos, revistas e demais publicações a respeito, pensando que “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2012, p. 295). O acesso à documentação oficial visa discutir sobre os processos de fundação do antigo matadouro Sertaneja, bem como o Canal do Rêgo e a Usina hidrelétrica, suas funções, suas estruturas, como funcionavam e como atraíram, de modos diversos, a formação de uma massa de trabalhadores para serviços diretos e indiretos, tanto em seu interior quanto nos demais espaços que se constituíram em seu entorno.

A observação participante, em especial, será fundamental para a prática da antropologia e para ratificar “a generosidade de sua abordagem no ato de participar e responder” (INGOLD, 2017, p. 225). A observação participante visa representar as identidades sociais diversas formadas a partir de contextos pós atividades do antigo matadouro, os sujeitos, os modos de vida, as transformações urbanas, o confronto do velho e do novo, as potencialidades da vida em torno de destruições e reconstruções, principalmente aquelas em torno da memória e dos silenciamentos impostos a uma parcela clandestina da sociedade barreirense.

Em última possibilidade, a análise da arquitetura do conjunto das ruínas sob a perspectiva da arqueologia histórica, de modo a compreender a relação dos usos do espaço pela comunidade que se formou ao seu redor. A análise da arquitetura, enquanto pressuposto da arqueologia histórica busca por analisar os vestígios de um contexto industrial que entrou em colapso, de modo a compreender a conjuntura de seus espaços enquanto representantes de um complexo de histórias, memórias e sujeitos, cuja documentação e narrativa oficial, geralmente, não conseguem representar.

Esse percurso metodológico dialoga também com as principais hipóteses e teorias em torno desse projeto, como a compreensão de perspectivas históricas colocam em jogo os diferentes modos de vida, suas relações com o espaço, as trocas sociais, convertidas no campo da memória enquanto disputa, através das ruínas enquanto teatro simbólico de práticas de silenciamento diante dos detentores de poder e as classes subalternizadas dentro de um sertão também clandestino. Cabe mencionar que as comunidades em torno do Matadouro Sertaneja se percebem afastadas dos bens culturais enquanto detentoras deste, conforme o conceito apresentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, uma vez que, devido a diversas desarticulações, não há promoção de valores simbólicos associados a este bem para além das narrativas oficiais.

Dessa forma, é possível pensar nos diversos atores que colaboram com a construção (e demolição) dos discursos por um viés etnográfico. A pesquisa de campo também se utiliza de uma análise qualitativa, com coleta de dados em fotografias, entrevistas etc. que visam representar memórias, histórias, esquecimentos e vivências àqueles que, segundo uma lógica social, estariam à margem das possibilidades de serem investigadas.

Nesse sentido, conforme Pedro Paulo Funari propõe, em sua “Arqueologia da repressão” (2008), é possível pensar que a arqueologia nesses termos serve, antes de tudo, a procurar compreender quem é o “outro” perante uma suposta contemporaneidade. O estudo arqueológico dos conflitos sociais, nessa perspectiva, abrange também a compreensão de processos de silenciamentos, esquecimentos e implantações de memórias, conforme os diversos projetos políticos em curso. No caso do objeto das ruínas, ainda que os atravessamentos políticos não sejam

inéditos e únicos ao local, compõe um quadro de um contexto geral que dialoga fortemente com a cultura material enquanto maneira de interpretação do passado perante questões modernas.

Diz Pedro Paulo Funari:

Conflitos no passado e na sua interpretação constituem preocupações cada vez mais atuais. A sociedade caracteriza-se, sempre, pelo conflito e, a partir de uma epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto constante entre atores sociais. A História das sociedades divididas por classes implica o estudo da apropriação de excedentes, assim como da exploração que engendra conflitos abertos e contradições internas na sociedade e das forças de dominação e resistência. A interpretação desses conflitos é maleável e subjetiva e podemos interpretar o passado como um conjunto de textos complexos, formando um discurso (FUNARI, 2008, p. 96).

Os textos complexos e discursos que se formam, tornam-se, do ponto de vista dessa pesquisa, os instrumentos necessários para possibilitar a análise do sítio histórico enquanto fruto de conflitos, espaço de disputa, capaz de dialogar com perspectivas interdisciplinares, que compreendem os aspectos da arqueologia, patrimônio e história, enquanto elementos que constroem e reconstroem as narrativas oficiais mediante as formas de escrever e representar o passado.

Por fim, torna-se também necessário pensar em como os sítios históricos recentes são produzidos mediante ideologias diversas, ou como sugere Ian Hodder (2016), como se inventam monumentos de modo a cristalizar determinados aspectos do passado. No caso de um passado recente, a relação com a ideia de nação, de progresso e desenvolvimento, que encontra nos discursos em torno dos restos da antiga ruína a possibilidade de representar e manter determinados aspectos de narrativas oficiais.

A possibilidade de se utilizar de conceitos arqueológicos em explorar os processos de silenciamentos e esquecimentos deliberados, desse modo, no presente, compreendem como o registro da memória contribui para a projeção de um futuro (HALL, 2006) e pode encontrar outros significados em torno do Matadouro Sertaneja, seus sujeitos, histórias, memórias e representações.

Essa prática, segundo Ecléa Bosi (2009) não seria em vão:

O patrimônio em estado de degradação transforma-se em espaço ritualístico que suporta a modificação da identidade dos sujeitos por meio de processos sociais. Assim, alguns fragmentos revelados na interação das comunidades com os monumentos possibilitam a compreensão das relações entre o

passado e o presente. Quando esses patrimônios se mostram depredados e abandonados, assinalam não apenas uma cidade destruída, mas a cultura arruinada. Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado (BOSI, 2009, p. 283).

Desse modo, os métodos etnográficos em campo e os conceitos da arqueologia histórica procuram representar um modo de observar as pessoas, cidades e memórias, ressignificando o próprio valor de passagem do tempo diante de elementos da memória, identidade e história, que nessa pesquisa busca por representar categorias de patrimônio a partir das ruínas do antigo Matadouro Sertaneja. É a partir desse “passado que se hipoteca” que se constroem os sentimentos, saudades, afetos, desafetos, distanciamentos, silenciamentos e esquecimentos, sob os quais se deseja investigar, sob os quais procura-se “exumar” aquilo que ainda passa despercebido.

Capítulo 2: RUÍNAS

Aqui tudo parece / Que era ainda construção
 E já é ruína / Tudo é menino, menina
 No olho da rua / O asfalto, a ponte, o viaduto
 Ganindo prá lua / Nada continua
 E o cano da pistola / Que as crianças mordem
 Reflete todas as cores / Da paisagem da cidade
 Que é muito mais bonita / E muito mais intensa
 Do que no cartão postal⁵

2.1 Castelos, assombrações e medos

Na sabedoria popular é dito que tudo aquilo que é ruim se “acaba em ruínas”. Essa categoria, entretanto, não reflete acerca de como as ruínas, aquelas ao redor do mundo ou as mais próximas das comunidades, exercem um fascínio diante da possibilidade de suas janelas, portas e escombros, estarem voltados ao passado, a como as pessoas viviam, como seus espaços foram habitados, ainda que suas antigas funções, de modo gradativo, também venham a desaparecer pouco a pouco. Desse modo, preenche-se os vazios e lacunas de um passado que se esvai, com coisas novas, com novas possibilidades de narrativas, usos, sentidos e fins.

As ruínas, em meio às tensões sociais, também possuem um viver próprio, representam o auge e o colapso de progressos, de economias, de funções, organogramas, horários. Nesse sentido, o arquétipo a ser trabalhado, para contextualizar os objetos dessa pesquisa, é a ruína enquanto um *corpus*, ora vivo, ora morto, mas que permanece enquanto agente da memória numa paisagem constantemente em transformação.

Representa um auge que, uma vez passado, padece e desmorona. Agrega o material e o imaterial em uma estrutura só. Nesse sentido, as ruínas são como emoções e sentimentos que estão partindo, constantemente, um pouco de cada vez. Compreendê-las dessa forma sugere enxergar como um conjunto de demais corpos arquitetônicos em arruinamento podem ser diversos em um único ambiente, diante das necessidades da vida e os sentidos que se pode atribuir mesmo após a sua morte. O lócus desta pesquisa, portanto, procura se deslocar a um outro tipo de cemitério, para além do tradicional, cujos sepultamentos são invisíveis aos olhos

⁵ Caetano Veloso, *Fora da ordem*, 1991.

nús, cujos túmulos e lugar pertencem às histórias, memórias e pessoas, que passam despercebidas na paisagem das narrativas oficiais.

Em convite pela Escola Municipal de Teatro de Barreiras ocorreu, ainda nos passos iniciais da pesquisa, um acompanhamento junto de seus estudantes e o professor responsável às ruínas do antigo Matadouro Sertaneja. O objetivo era realizar uma espécie de aula prática-guiada em torno das histórias do matadouro com os participantes envolvidos na ação. O grupo, no fim das contas, ficou circunscrito a cinco pessoas. A atividade seguiu bem, devido às possibilidades de trocas, conversas e afetos que poderiam ser despertados. Ali, ao mesmo tempo, as ruínas eram protagonistas e coadjuvantes de todo um mundo ao seu redor.

A aula guiada enveredou-se tarde afora. Não havia vigilantes no momento. Acabou que teve-se que danificar o pequeno cadeado que estava, fráglmente, no portão das grades recém instaladas em torno do conjunto das ruínas. Supostamente, por segurança, uma vez que toda a estrutura, desde sempre, apresenta riscos de desabar e causar acidentes. Isso, entretanto, não inibiu o pequeno grupo de adentrar, mesmo assim, nos espaços comprometidos. Antes do grupo entrar, no entanto, chegaram ônibus com diversos meninos, estudantes do fundamental, carros lotados deles. Um time de futebol infantil. E por ali, em meio ao início da aula prática-guiada, todos puderam conversar.

O jogo, muito importante por sinal, como eles disseram, era a semifinal do campeonato local para a faixa etária dos 7 aos 11 anos. Era impressionante como muitos eram ainda tão pequenos e já tão envolvidos e tão entusiasmados. O grupo aproveitou-se para perguntar a algum deles, se sabiam o que havia sido ali. Foi unânime. “Era um castelo mal assombrado”. Outros mencionaram ser um “lixão”. Tudo isso diante do campo de futebol deles, uma vez que em torno das ruínas, há alguns anos, projetos municipais transformaram o espaço em um complexo de lazer esportivo.

Era isso. Para eles, as antigas ruínas do matadouro pouco eram enxergadas em sua estrutura, arruinamento e, tampouco, história, diante do campo de futebol, da pista ou da piscina olímpica. Enquanto o jogo não se iniciava, um treinador, de longe, autorizou o pequeno-grande time a aquecer dando voltas no espaço, mas

sendo enfático: “ninguém entre no castelo mal-assombrado!”. Mais assombroso ainda a admiração do contraste daquele momento.

E era aquilo. O jogo começou e, finalmente, também se iniciou a aula naquele espaço do “castelo mal assombrado”. O eco do jogo lá fora preenchia o silêncio do prédio arruinado. E ali, ao redor do grupo, tudo permanecia inerte. Os vestígios da área suja de sangramento dos animais, os locais de processamento da carne bovina, onde se produziam as charques, o couro, o sabão, as rações, o segundo andar, o varal, as antigas câmaras de refrigeração, os quartos de defumação, a antiga recepção, ladrilho hidráulico e piso, cerâmicas, portas, telhas e janelas. Tudo ali. Ou melhor, tudo supostamente ali.

O que se via eram restos, ideias, memórias inventadas e representadas, até mesmo pela intencionalidade de dimensionar e distinguir algo do ambiente industrial arruinado. O que se via eram rasuras, grafismos das mais diversas datas, escombros, rachaduras, abandonos, colapsos, ruínas. A vida que um dia preenchia esse espaço, agora estava completamente lá fora.

Imagem 1: Vista aérea do atual Complexo Esportivo Deputado Luiz Braga. Ruínas ao lado direito com a piscina olímpica e vestiários. Quadras e campo de futebol à esquerda.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida, 2012.

A partir desse “assombro”, percebe-se que as histórias e memórias em torno das ruínas do antigo matadouro Sertaneja, dependem, principalmente, do referencial adotado, do observante e do que está sendo observado. Ecléa Bosi (2009) aponta que é natural às sociedades capitalistas destruírem os suportes materiais que dão

sustento às memórias, arranca seus marcos e apaga seus rastros. Não há relação de sentidos e lembranças de um passado tão distante aos olhos dos jovens jogadores de futebol e o presente tão vivo, repleto de possibilidades, cujos arruinamentos destoam da paisagem, remetem ao desconhecido e ao medo de fantasmas. A dimensão do assombro que é materializada pelas estruturas danificadas rompem com o sentimento. Aquele que Benjamin Constant alerta que “não precisa de um passado para existir [...]” e que “supre a falta de lembranças por uma espécie de mágica”.

Nesse sentido, todo sentimento também deveria proporcionar uma sensação de estabilidade. Isto se relaciona com a necessidade de determinado equilíbrio mental que deriva, em boa parte, do fato de “objetos materiais, o cotidiano que eles produzem, não mudarem, ou mudarem pouco, oferecendo uma imagem de estabilidade” (OLIVEIRA, 2011, p.52).

Esse sentimento, entretanto, fica ameaçado com as possíveis fragmentações dos objetos nas paisagens da memória. O medo de fantasmas, castelos e lixões. O medo que está por fora e que anda por dentro do coração. O medo de abrir a porta que aponta para o sertão da solidão⁶.

Imagem 2: Fotografia aérea, sem data especificada, talvez meados de 1980 a 1990. Nesta é possível observar parte da estrutura original que ainda se mantinha de pé. Cerca de 60% desta estrutura já não existe mais.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

⁶ Belchior, Pequeno mapa do tempo, 1977.

2.2 Desaterrando terrenos

Localizadas em uma região e paisagem extremamente desiguais, as ruínas do antigo matadouro Sertaneja, representam no município de Barreiras, oeste da Bahia, com origem na década de 1940, um projeto industrializador para os sertões baianos do século XX. Símbolo de uma história de desenvolvimento e progresso perante as narrativas oficiais, por outro lado, tornou-se um conjunto de prédio em ruínas, em contradição à imagem de passado glorioso que busca sustentar e representar.

Imagem 3: Vista frontal do Matadouro Sertaneja durante período de atividades, meados de 1945.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 4: Vista frontal atual do Matadouro Sertaneja. Meados de 2009.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

A escolha da área de investigação para este trabalho, perpassa a história da própria cidade de Barreiras, num recorte entre as décadas de vinte e noventa do século passado. O espaço escolhido para o mesmo foi construído na mesma época dos principais casarões e prédios históricos da cidade, mas situa-se num local que no período em questão não fazia parte do perímetro urbano da mesma (mas que foi incluído a ele com o avanço da malha urbana no decorrer do tempo). Seria este, então, não um trabalho sobre o centro histórico, mas sobre uma “margem histórica” (MORAES, CORRÊA, 2018). Essa escolha, segundo Diego Corrêa, procura dar visibilidade a esse espaço, e promovê-lo de forma a estimular discussões sobre seus usos, re-usos e compreender também as tramas em torno de políticas para sua preservação.

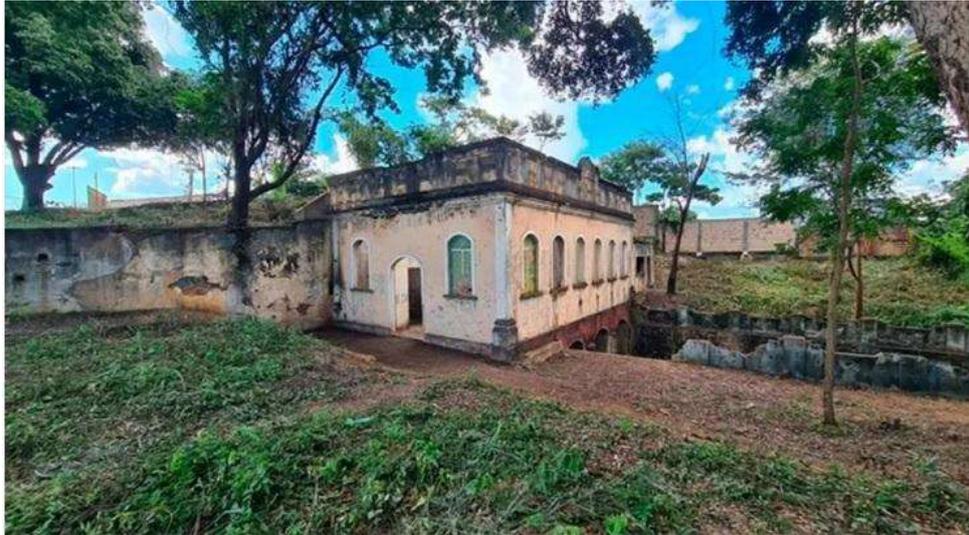
Trata-se, portanto, da área onde estão situados os restos do antigo Matadouro (Imagem 3), a construção da antiga Usina Hidrelétrica Rocha (Imagem 5), seu entorno imediato e o canal que, outrora, foi construído artificialmente para mover suas turbinas e condicionar a produção de energia elétrica na cidade - hoje conhecido como Parque Linear Novo Tempo e antigamente conhecido popularmente como “Canal do Rego” (Imagem 8). Este perímetro está compreendido entre a atual Avenida Maia, a Rua do Hospital Eurico Dutra e a Rua das Turbinas (que recebe esse nome por conta das próprias turbinas da antiga hidrelétrica), e adentrando uma rua (sem nome) perpendicular a essa última - Rua das Turbinas - até o seu encontro com as ruas Safira e Pedra do Sol.

Imagem 5: Vista da Usina Hidrelétrica Rocha, no ano de sua inauguração, em 1928.



Fonte: Acervo Napoleão de Mattos Macedo.

Imagem 6: Vista atual da Usina Hidrelétrica Rocha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras, 2022.

Dessa forma, a localidade referenciada, nessa escrita, fica identificada pelo estudo de Diego Corrêa (2018) como “margem histórica”. Segundo este autor a ideia de denominar uma margem histórica ao local que foi construído no mesmo período dos principais casarões da cidade, mas que não está ao centro (espacial e memorial) da mesma, tem o intuito de atribuir relevância aos próprios para a configuração da história da cidade. Não somente pelo ponto de vista de desenvolvimento econômico e industrial, mas pelas proximidades e lonjuras que pode obter em torno da formação de comunidades.

Imagem 7: Mapa elaborado para localizar as antigas porções do município de Barreiras no início do século XX e o local dos objetos.



Fonte: MORAES, CORRÊA, 2018.

Esta pesquisa também pode ser compreendida como uma das tentativas em sublinhar aspectos dos problemas em torno dos bens edificados, ou destruídos, como o caso do aterramento do canal. Este último, em especial, tomado enquanto principal elo de conexão entre a Usina, o Matadouro (a ser melhor explorado posteriormente) e, sobretudo, as pessoas.

Para além de um canal de irrigação e criação de um “microclima” para a localidade (SILVA CARVALHO, 2017), as águas que antes preenchiam o canal foram a principal força, tanto de geração de energia, quanto de geração de variados modos de vida. O antigo Canal “do Rego”, como carinhosamente foi renomeado pela população, atraiu muitos migrantes, trabalhadores e mão de obra das mais diversas formas, bem como constituiu famílias de ribeirinhos e outras atividades que dependiam da captação de suas águas e, ao longo do tempo, estampou no imaginário da cidade vistas de um ótimo cartão postal. Entretanto, em dias atuais, não alimenta o outro imaginário fantasioso repleto de fantasmas desse passado, pela pura ausência de seus vestígios.

Imagem 8: Vista do Canal do Rego. Canal artificial criado para alimentar a Usina Hidrelétrica Rocha.



Fonte: Acervo Napoleão de Mattos Macedo.

Imagem 9: Vista do Canal do Rego. Canal artificial criado para alimentar a Usina Hidrelétrica Rocha.



Fonte: Acervo Napoleão de Mattos Macedo.

Imagem 10: Banhistas no Canal do Rego. Meados de 1970.



Fonte: Acervo Napoleão de Mattos Macedo.

Imagem 11: Vista da principal rua de acesso ao bairro São Pedro, comunidade formada em torno do matadouro. Meados de 1980.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 12: Vista aérea da segunda etapa do Canal do Rego. Meados de 1990.



Fonte: Acervo Napoleão Mattos de Macedo.

Imagem 13: Aterramento do Canal do Rego (1995).



Fonte: Barreiras em Desenvolvimento.

Imagem 14: Parque Linear Novo Tempo. intervenção final no aterro do antigo Canal. Árvores ainda datam do período de atividade do mesmo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Barreiras. 2016.

Dessa forma, o objeto que proporcionou a existência da Usina e do Matadouro materializava-se à margem da cidade, do outro lado do rio, à esquerda do mesmo, bem como aponta Silva Carvalho:

"E foi dessa forma que a obra que desviou parte do rio de Ondas em oito quilômetros, passando em frente de onde está localizado o Hospital Eurico Dutra, no bairro São Pedro, deu origem ao conhecido canal do Rego. Esse projeto visava ao aproveitamento de uma queda d'água existente em um determinado trecho do rio devido ao desnivelamento do terreno, fazendo com que a água desviada por esse canal ganhasse força para funcionar as turbinas.

Essa obra deu a Barreiras o status de segunda cidade da Bahia a gerar energia elétrica por meio de turbinas hidroelétricas. A primeira foi hidrelétrica de Angiquinho, iniciativa da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)." (SILVA CARVALHO, 2017, p. 28)

A Usina Hidrelétrica Rocha, como era conhecida, foi inaugurada em 1928, e não se sabe ao certo o início de sua construção, embora estima-se que ela teria começado a ser construída, junto de seu canal, no início da segunda década do século passado. Este empreendimento integrava a Companhia Sertaneja S.A. que continua em atividade até os dias atuais (será melhor explorado no próximo capítulo).

Vale ressaltar que a construção do canal e sua hidrelétrica não se configurou como uma obra pública, nem intencionava isso, mas representava o desejo de um empresário, Geraldo Rocha, e sua companhia. Boa parte da energia gerada pela hidrelétrica, inclusive, passou a ser utilizada no frigorífico da Sertaneja, conhecido como antigo matadouro, para o acondicionamento de produtos. Construído por volta de 1940, próximo ao canal e a usina, o mesmo tinha como finalidade maior, o fornecimento de proteína animal para Europa e países afetados pela Segunda Guerra Mundial - todo material era exportado através do aeroporto da cidade, construído como estratégia de guerra e ponto de abastecimento de aviões que vinham do exterior com destino à então capital do país, o Rio de Janeiro (SILVA CARVALHO, 2017).

Nesse sentido, apenas parte da energia gerada era vendida à prefeitura e distribuída à cidade, e essa parte foi o bastante para influenciar diretamente na dinâmica da mesma:

"A Turbina Antonio Geraldo Rocha que deu a nossa Barreiras o prestígio de cidade iluminada, dia e noite, permitindo-se desde 1928 os benefícios de energia elétrica, tais como cinemas, torrefadoras de café, geladeiras

domésticas e comerciais, ventiladores, coisas que nem todas cidades grandes possuíam." (PAMPLONA, 2002. p.42).

Logo, as funções atribuídas ao empreendimento também culminaram em uma constante transformação de lógicas econômicas e desenvolvimentistas que passaram a ser atribuídas ao município. Barreiras não somente gerava energia elétrica para serviços básicos, mas também contornava espaços de importância diante das demais cidades, podendo figurar como um dos principais pontos de desenvolvimento no interior do estado. Gerava-se energia, gerava-se desenvolvimento, gerava-se progresso.

Essas máximas, muito comuns ao Brasil do período, são contemporaneamente ressignificadas mediante, em especial, os interesses das elites. Os empreendimentos Rocha acabam por conquistar o imaginário local no período, justamente pelos números que também são gerados nas usinas das ideias positivistas. Progresso e desenvolvimento funcionam aqui como materialização de discursos, ou, como aponta Marcos Virgílio da Silva (2020):

Tanto uma como outra legitimam a ideia de que certos interesses econômicos (o mercado imobiliário, a indústria automotiva, a economia industrial e, depois, de serviços) são prioritários em comparação com a relação e vínculo que a população estabelece com seus espaços vividos (SILVA, 2020, p.4).

Compreendendo que, para os detentores do poder, as intervenções necessárias para manter esses ideais vislumbram a cidade como valor de troca, não de uso.

Nesse sentido, a trajetória que se dá em torno do apagamento, e nesse caso, o aterramento literal desse passado, constitui um determinado sentimento anacrônico de desconexão, de perda, de desaparecimento dos vestígios que podem se relacionar àquilo que a memória proporciona. O “aterramento” da memória e história desse espaço, fica simbolizado e representado pelas descrições dos jovens jogadores de futebol, na constatação de uma realidade anunciada e visível: sobretudo ao que condiz ao matadouro, à usina e seu entorno “que se encontra em abandono e ameaçados por intempéries e iniciativas privadas que cercam a área com loteamentos e condomínios residenciais” (SILVA CARVALHO, 2017).

O castelo mal-assombrado, os fantasmas, ou qualquer outro espírito perambulante das coisas que são desconhecidas a essa parcela da população, representam a realidade de um espaço não vivido. Que está morto diante de novos usos, sujeitos, normas, técnicas, necessidades e sentidos, que esses sujeitos também colocam em campo. O espaço vivido para essa comunidade é aquele que é reflexo de uma política do patrimônio cultural que não os atinge e que os isola da ideia de proteção aos bens e à cultura (VENTURA, 2009).

As transformações urbanas realizam novos movimentos de apropriação destes espaços, bem como seguem com a destruição de outros, assim como ocorre no Matadouro, cujos vestígios, para além de ainda assombrarem as pessoas, são ressignificados para construir novas memórias. Para compreender esse processo, é necessário, antes, compreender como se inventam na paisagem de uma sociedade os castelos do desejo de progresso e desenvolvimento.

Capítulo 3 - SERTÕES E CERRADOS

3.1 “Sertões anônimos e inabitados”

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Barreiras é uma cidade localizada no Oeste do estado da Bahia com uma população estimada em torno de 159.743 habitantes⁷. É a principal cidade do oeste baiano, concentradora de serviços de saúde, educação e comércio. Foi emancipada em 26 de setembro de 1891, quando ainda era conhecida como São João das Barreiras – nome dado por conta das barreiras naturais existentes ao longo do Rio Grande (um dos rios que “cortam” a cidade) e que impossibilitava às navegações vindas, em sua maioria, do norte da Bahia, a chegarem hidrograficamente ao Goiás.

Graças a suas “barreiras” e seu porto, a cidade se configura, logo em seus primeiros anos, como centro comercial da região, isto porque ela servia de base para trocas comerciais entre o norte da Bahia e Goiás, o que permitiu adensamento demográfico e concentração de serviços no município:

No início do século XX, o município se tornou o mais importante concentrador de atividades econômicas, políticas e outros serviços da região do Oeste da Bahia, o “além São Francisco”. Parte de seu território foi formado por ocupações indígenas e outros sujeitos que desenvolveram a pecuária extensiva, atividades de extração como de látex de mangaba. O território barreirense passou, então, a ser adensado demograficamente, sobretudo pelas relações comerciais estabelecidas com Goiás e o norte da Bahia. Ao Rio Grande pode ser atribuído, no século XX, o caráter relevante que contribuiu com parte do crescimento demográfico e com a atração e vinculação de pessoas outras ao território, especialmente porque o processo de chegada e escoamento dos mais diversos produtos, fossem eles primários ou manufaturados, se davam, predominantemente por via hidroviária.” (MORAES e CORRÊA, 2018, p. 02)

Parte de seu território foi formado por ocupações indígenas e outros sujeitos que desenvolveram a pecuária extensiva, atividades de extração como de látex de mangaba. O território barreirense passou, então, a ser adensado demograficamente, sobretudo pelas relações comerciais estabelecidas com Goiás e o norte da Bahia. Ao Rio Grande pode ser atribuído, no século XX, o caráter relevante que contribuiu com parte do crescimento demográfico e com a atração e vinculação de pessoas outras ao território, especialmente porque “o processo de chegada e escoamento

⁷ Segundo o Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/barreiras.html>. Acesso em 24 ago 2023.

dos mais diversos produtos, fossem eles primários ou manufaturados, se davam, predominantemente por via hidroviária." (MORAES, CORRÊA, 2018, p. 02)

Entender como a cidade se organizava entre as primeiras décadas de sua emancipação, é relevante para compreender o objeto de estudo e sua paisagem de inserção. É necessário compreender como Barreiras é interpretada historicamente como uma "região predisposta ao progresso" mediante as narrativas oficiais. E para além da compreensão parcial de alguns aspectos gerais da cidade, é preciso ainda, falar de um dos sujeitos mais emblemáticos para o município na época e idealizador dos objetos estudados. Nesse contexto, Antônio Geraldo Rocha Filho, ou Geraldo Rocha (1881 - 1959). Entretanto, a própria margem esquerda ao São Francisco também encontra o momento de Geraldo Rocha advindo de processos de mudanças, disputas, conflitos e (re)invenções.

O Oeste baiano, ou como adota-se nessa pesquisa, Oeste da Bahia, em termos geográficos, humanos e territoriais, é um dos últimos territórios a serem anexados à Bahia. Entretanto, o processo tanto de administração, quanto de povoamento já se estendia desde o período colonial, mesmo que suas lonjuras possuíssem escasso conhecimento. A porção da margem esquerda do Rio São Francisco é desprivilegiada historiograficamente e ainda carece de demais referências que possam constituir o modo como seu povoamento ocorreu (CARRARA, 2001; NEVES, 2012) para as demais possibilidades de pesquisas. A princípio, é possível fazer relação com fontes que tratam da constante ideia de "vazio demográfico e histórico" (CARRARA, 2001), na qual constantemente é comum o processo histórico se reportar.

Ainda que de modo limitado, existem autores e obras⁸ que revelam perspectivas sobre o processo de formação do Oeste da Bahia e suas populações, propondo superar a narrativa de que devido ao fato de ser uma das regiões mais

⁸ Existem pesquisas recentes voltadas para discutir as possibilidades de formação do Oeste da Bahia e à diversidade de suas populações, tais como: "O Lugar, A paisagem e a Cultura Ribeirinha no Rio de Ondas – Barreiras – Bahia", de Evanildo Cardoso e Maria Geralda Almeida (2013), "Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA", de Valney Dias Rigonato (2017), "O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra", de José de Souza Sobrinho (2012), "Um Território Indiferenciado dos Sertões: A Geografia Pretérita do Oeste Baiano" de Paulo Brandão Baqueiro (2009), "Oeste Baiano: Uma Perspectiva Histórica" organizado por Pablo Iglesias Magalhães (2015), dentre outros.

afastadas dos centros políticos e históricos do Estado, ela não detenha uma diversidade de produção de contextos históricos, entretanto, ao contrário de uma perspectiva que investigue suas peculiaridades, se vincula a essas porções narrativas que limitam sua associação à lógica de colonização ou ao período de industrialização brasileira a partir do início do século XX.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca pensar a inserção do contexto do município de Barreiras, como uma cidade multifacetada de tipos humanos, de saberes, vivências e perfis sociais, que podem ser privilegiados em contextos históricos de povoamentos, desmembramentos, migrações ou questões diversas outras, mas que eventualmente são representados diante da leitura homogeneizante de processos de desenvolvimento, conforme o que Milton Santos Filho (1989) denomina como “Formação Econômica dos Cerrados Baianos” a partir do período colonial até meados do século XX. A representação desse discurso fica monumentalizada na presença dos empreendimentos Rocha: o Canal, a Usina e o Matadouro.

Torna-se necessário pensar que, além da questão de dimensões geográficas circunscritas ao território atual, o Oeste da Bahia foi criado enquanto reflexo de um espaço que constantemente é repensado mediante à sua própria diversidade de identificação territorial.

Essa discussão também chama a atenção para as investigações desse território partindo do domínio fundiário regional (GARCEZ, 2000) e os equívocos historiográficos que atingem desde as crônicas coloniais ao contexto de reconhecimento dessa região para o estado. Além disso, se considera que os equívocos historiográficos disseminaram uma ideia superficial sobre o local, tornando-o pouco estudado na perspectiva histórica.

3.2 Dessemelhança territorial e histórica

Triste Bahia, oh, quão dessemelhante.../ Estás e estou do nosso antigo estado / Pobre te vejo a ti, tu a mim empenhado / Rico te vejo eu, já tu a mim abundante / Triste Bahia, oh, quão dessemelhante / A ti tocou-te a máquina mercante / Quem tua larga barra tem entrado / A mim vem me trocando e tem trocado / Tanto negócio e tanto negociante⁹. (Gregório de Matos)

Em “Propriedade, Posse e Exploração da Terra: domínio fundiário na região oeste da Bahia, Século XX”, Erivaldo Fagundes Neves (2012, p. 31) reforça que a História da Bahia pouco possui como recurso metodológico uma análise além da história agrária. Dentro de um contexto de ausência de fontes e materiais, a história do Oeste baiano também enfrentou uma carência de pesquisas que possibilitem o diálogo de elementos também inerentes à formação do Oeste da Bahia, mas que percorrem trajetórias que vão além do contexto agrário.

Existem aspectos que conduzem à formação das regiões e ao desenvolvimento de sociedades nesse local que perpassam o Além São Francisco, e que, segundo o autor, as pesquisas historiográficas sobre o tema ainda privilegiam as “verdades documentais positivas” (NEVES, 2012, p. 31).

A região Oeste, assim como outras regiões da Bahia distantes do Recôncavo e do Litoral, padece da ausência de pesquisa histórica, desde a Colônia e seus processos de expansão econômica, que deixam à margem temas específicos tais como indígenas, quilombolas, bandeirantes, minerações e pecuárias locais.

Segundo Neves,

No Império quase se ignorou a história dos sertões e na Primeira República focalizou-se pouco mais que especificidades temáticas como Canudos, cangaço e o arbítrio político de coronéis da Guarda Nacional, no exército dos poderes locais, sempre com vagas informações sobre a região Oeste da Bahia ou nenhuma alusão a ela. O Vale do São Francisco (margem direita ou Alto São Francisco) foi mais divulgado, desde os tempos coloniais, através de registros literários, narrativas de cronistas, relatos de viajantes e anotações de memorialistas (NEVES, 2012, p.31).

Durante grande período da própria história da Bahia, a discussão do Oeste, dos sertões, esteve voltada à tabulação de dados e aos poucos recursos possíveis, que não foram discutidas historicamente ou possibilitaram novas pesquisas históricas que estabelecessem diálogos entre o tempo e o espaço (NEVES, 2012), dentro da conjuntura de pensar a representação territorial e social que o próprio

⁹ Do livro "História concisa da Literatura Brasileira", de Alfredo Bosi, Editora Cultrix, 1994.

Oeste vem a apresentar (CARIBÉ, 2012, p. 12). Nesse ponto, é válido que se chame a atenção para demais fontes, como a história oral, que também permitem esboçar uma região dentro da História da Bahia, com contextos históricos locais além dos Censos elaborados por órgãos governamentais, que durante grande período estiveram subjugados à própria historiografia brasileira.

Neves (2012, p. 34) associa essa subjugação histórica acerca do Oeste da Bahia com a falta de discussão de informações que vão além de estudos técnicos governamentais, que visavam planejamento econômico e não proporcionavam um diálogo com o espaço e a sua sociedade. A pesquisa histórica na Bahia pouco produziu sobre o Semiárido, desde o período da colonização, além de abordagens gerais (NEVES, 2012, p. 33), até mesmo como forma de não vender a imagem de um sertão “livre” dos olhos atentos do governo. Acerca do povoamento nos interiores, Ery Souza Estrela (2009), que analisou o relato de viventes do Médio São Francisco, expõe que:

Na concepção dominante entre eles (moradores locais), a terra somente seria propriedade de alguém quando demarcado e explorada economicamente, em geral, através de agregados, ou seria, especialmente nas áreas de caatinga, “um chãozinho livre” onde se poderia “deitar e rolar” (ESTRELA, 2009, 115).

Essa concepção de sertão sem dono e de livre uso seria consensual em todo o lado baiano que adentraria no Além São Francisco. No que tange as relações com a terra, “parte da documentação colonial da Bahia, em particular sobre doações de sesmarias, transferiu-se, no início do século XIX, para a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (NEVES, 2012, p. 37), no Rio de Janeiro. Documentos estes que em sua maioria continham legislações, correspondências de autoridades governamentais e eclesiásticas desde o período Colonial ao Imperial, que possibilitavam estudos ainda dentro de uma abordagem primária e basicamente voltada à administração do território.

Essa abordagem torna difícil o levantamento de dados relacionados à constituição da posse de terra e seus aspectos sociais. O uso da propriedade nessa região em meio à trajetória de instabilidade territorial envolvendo os atuais estados de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, gerou discordâncias acerca de como se deu o seu povoamento. Muitos atestados de colonização da região serviriam apenas para “bater os negros aquilombados em ambas as margens do São Francisco”

(NEVES, 2012, p. 40), desprezando a existência dessas pessoas como habitantes da região, dentre o conflito dos sertanistas do período:

Várias outras famílias portuguesas, baianas e pernambucanas de origens indígenas, africanas [...] estabeleceram-se na região, nas condições de proprietárias, foreiras, arrendatárias, posseiras e agregadas ou simplesmente pescadoras e vendedoras de mão de obra. Os registros eclesiásticos de terras advindos da Lei das Terras de 1850 sugerem estas origens, embora nem todos os declarantes informassem seus dados (NEVES, 2012, p. 95).

A partir do século XVIII, quando aumentam as discussões sobre a criação de um “único território” na região do Além São Francisco e a própria criação da Comarca do São Francisco (NEVES, 2012), os registros sobre as demais ocupações e o crescimento do povoamento ficaram ligadas principalmente à criação dos grandes latifúndios, o que induz a compreender que a ocupação da região Oeste da Bahia “deu-se de modo irregular, com população rarefeita e grandes vazios econômicos” (NEVES, 2012, p. 94). Esses grandes latifúndios referem-se à ocupação do Além São Francisco, que estiveram em constante desfragmentação, à medida em que os períodos governamentais se transformaram no Brasil (CARIBÉ, 2010).

Por esse motivo, torna-se necessário o estudo do local ligado a antecedentes sociais, uma vez que há registros de apropriação fundiária antes de meados do século XVIII. Haviam freguesias instaladas nessa região, voltadas ao desenvolvimento de famílias “em utilização de terras e nas possibilidades de apropriar-se delas sem fundamento jurídico” (NEVES, 2012, p. 36), o que possibilitou que a sua transmissão ocorresse por virtude de um desenvolvimento quase “livre”.

A formação histórica da região e a falta de pesquisa levanta a questão sobre a necessidade de estudos que realizem uma abordagem além do contexto da contemporaneidade, ou seja, entender o “Oeste da Bahia” como participante da formação do estado da Bahia desde períodos anteriores, ao mesmo tempo em que apresenta dessemelhanças e “distanciamentos em um mesmo espaço” (CARIBÉ, 2012). A história do Oeste da Bahia vem se relacionando de maneira mais intensa à constituição do domínio fundiário regional (GARCEZ, 2000), de forma a ocultar uma discussão sobre os demais aspectos que se fizeram presentes na ocupação territorial do Além São Francisco.

Nesse contexto, percebe-se que as elaborações históricas sobre o Oeste da Bahia dialogam com a questão do território e as relações que se estabeleceram mesmo antes da modernização agrária, levando em conta as expansões territoriais de Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e a exploração das propriedades pensando no desenvolvimento econômico. “[A] pecuária se constituiu no principal fator de ocupação social e econômica regional, que se impulsionou em consequência de invasões, desde o século XVI” (NEVES, 2012, p. 43), de forma a conquistar e ocupar esses territórios, transformando aspectos sociais, para atender as demandas de expansão. Nesse ponto, compreendida por historiograficamente perpassar a imagem de um sertão anônimo e inabitado.

Partindo do que foi dito acima, é necessário pensar que a concentração da propriedade fundiária ao longo da formação da região resultou em um ponto econômico “dessemelhante” do “antigo estado”. Como no soneto de Gregório de Matos, quando a “máquina mercante” começa a tocá-la, ocorre a dificuldade de compreendê-la como um local cujas terras já cultivavam determinada ocupação, de modo que na metade do século XX, a então região Oeste da Bahia ainda estivesse sob controle de posseiros e explorações econômicas sem títulos de propriedade (NEVES, 2012). A exploração, referida por Gregório de Matos, ainda que não fosse levada mais à metrópole, parece também destinada a conceber situação de “tristeza” ao Oeste da Bahia, que ainda padeceria da situação de estar “dessemelhante” historicamente, apesar da sua inclusão no processo de modernização agrícola.

3.3 Memórias sertanejas e desenvolvimentistas em Geraldo Rocha

Complementando-se à construção dessas narrativas, toma-se como elemento oficial também a figura de Geraldo Rocha (MARTINS, 2022, p. 149), cujo estudo aponta como este sujeito encarava determinados aspectos de “uma vida tradicional sertaneja”, da qual ele era oriundo: “contrariei minha vocação porque estou convencido que nasci para ser vaqueiro e para a vida simples do sertão” (ROCHA, 1937, p. 377-378). Portanto, nada mais genuíno que imprimir estes aspectos em uma obra que condensa suas origens, mas também suas intenções enquanto representante de um grupo dominante e exemplo de uma retórica que alimenta

perspectivas acerca de um possível desenvolvimento econômico brasileiro, o livro *“São Francisco: Fator precípua do desenvolvimento do Brasil”* de 1937.

Ao contrário de engenheiros como Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso que escreveram sobre o tema do rio São Francisco e da unidade do país, ambos do Estado do Rio de Janeiro, viajantes que estudaram o interior do país, a obra de Geraldo Rocha sobre o Rio São Francisco conciliava o conhecimento técnico e a sua história de vida no sertão. Segundo a hipótese abordada e detalhada por Flávio Dantas Martins (2022), para além de um competente ou convincente estudo técnico, a eficácia do argumento, presente na obra de Geraldo Rocha e no contexto de vozes do debate sobre o aproveitamento econômico do Rio São Francisco vem do uso intenso da memória para convencer seus leitores de que ele conhecia o espaço por vivê-lo e vê-lo.

Geraldo Rocha nasceu em 1881 em Barra-BA, cerca de 343 km de Barreiras. Mudou-se com a família ainda criança para Barreiras-BA (MARTINS, 2022, p. 150) e em 1927 inicia sua empreitada em torno da Companhia Sertaneja Agropastoril em Barreiras-BA, cidade que também abrigou os demais objetos dessa pesquisa: a pequena hidrelétrica, Usina Rocha, mediante a construção do canal artificial do “Rêgo” e, por fim, a inauguração do Matadouro Sertaneja.

As ideias de Rocha se relacionavam com a sua trajetória. Tanto na forma, já que a circunstancialidade de sua condição atravessa seu texto, cheio de apartes de testemunho pessoal, quanto na parte externa, pois ele era conhecido do público, tinha meios fáceis de publicação e proximidade com o círculo do poder (MARTINS, 2022, p. 151). Embora o discurso técnico fosse essencial para legitimar e justificar projetos, o conhecimento advindo da experiência continuava sendo fundamental. Grande proprietário de terras no São Francisco, caboclo descendente de indígenas, europeus e africanos, Rocha explorou sua história de vida para dizer aquilo que os técnicos não sabiam. Para além das descrições bucólicas e idealizadas do sertão, ele também era engenheiro e empresário, valorizava a ciência e a prática para a realização dos ideais. A força de seu projeto de meio técnico-científico provinha, em parte, de seu caráter simultaneamente regionalista e cosmopolita, científico e romântico, urbano e rural, modernizante e tradicionalista.

É provável que uma das intenções do livro de Geraldo Rocha fosse a inclusão de seu projeto da barragem do Boqueirão na política do Estado Novo da Marcha para Oeste. Isso fica evidente na análise do panfleto *Rumo ao Oeste*, que contém duas cartas abertas uma endereçada ao ditador Vargas, de sete de janeiro de 1941, e outra ao interventor federal na Bahia, Landolfo Alves. Rocha fez considerações sobre a escassez de capitais, o endividamento brasileiro, as consequências da crise de 1929 para o Brasil, a falta de soberania nacional pela dependência de capitais estrangeiros, o perigo de uma conquista soviética ou japonesa, ao seu estilo fazendo análise das relações internacionais e da história do Brasil. Na carta há críticas ao abandono do Estado em relação às “classes produtoras”, que se encontravam “sem assistência ou garantia de qualquer espécie”.

Para Rocha, a “legislação humana” de Vargas eliminou a principal vantagem competitiva da economia brasileira, o baixo preço da mão de obra, “graças ao standart de vida reduzido a que se achavam condenadas as classes proletárias”. Isso levou ao êxodo do “hinterland” para “rumo a leste”, ao invés de marchar para o oeste, como desejava o Estado Novo. A região do Rio São Francisco era, segundo Rocha, “das mais atingidas” (ROCHA, 1941, p. 3-5). Repetindo o argumento do livro, afirmou que as águas “decrecem [...] de volume, devido à destruição das mattas pelas queimadas e á erosão constante das cachoeiras” (ROCHA, 1941, p. 3). Sem “iniciativa inteligente” — drenada pelos altos salários das cidades — as populações se reduzem “á penúria” e fogem “em massa à procura do litoral” (ROCHA, 1941, 3).

Para ele, era urgente “o aproveitamento do valle amplo, fértil e irrigado” do São Francisco para “nossas necessidades da política de intercambio universal” (ROCHA, 1941, p. 4). Retomando o projeto de Boqueirão, escreveu que uma “simples barragem” a 90 quilômetros da confluência do Rio Grande com o São Francisco, no Estreito, criaria reserva de cinco bilhões de metros cúbicos, igual á de Assum no Egito. Essa barragem, afirmou o engenheiro, asseguraria navegação em mais de 500 quilometros do São Francisco, reservaria água da enchente para distribuir na estiagem, poderia produzir eletricidade e possibilitaria uma “cultura mecânica” livre dos “caprichos da natureza” (ROCHA, 1941, p. 8). Mas tal empreendimento era impossível à iniciativa privada: “só ao Estado forte compete realizal-a” (ROCHA, 1941, p. 7-8).

No panfleto, Rocha narrou seus empreendimentos em barragens e pequenas hidrelétricas em Barreiras-BA e seus projetos para industrialização da pecuária. Entretanto, temendo pelo futuro dessa atividade econômica, autor apresentou preocupações ecológicas de lógica econômica, denunciou que queimadas eram feitas para “destruir insectos e reptis daninhos e crescer capoeiras” para gado, destruía “bosques” e interrompia “o curso das enxurradas” levando a secar “fontes e lagoas”. Isso tem arruinado a pecuária na avaliação de Rocha (ROCHA, 1941, p. 9). Para Rocha, a industrialização da pecuária in loco era necessária porque tropeiros perdiam 50% das reses nas longas viagens aos mercados litorâneos, sem contar o preço das que chegam com peso perdido, representando, nos cálculos do autor, 25% do que saiu. A solução era o “xarque” que rendia apenas 100\$000 (cem mil réis) por gado adulto (ROCHA, 1941, p. 10).

Era necessário abater o gado e beneficiar seus produtos no local. Rocha pretendia ampliar hidrelétrica para “prensas hydraulicas [...] aproveitamento do óleo da mamona e do algodão e beneficiamento de lã” economizando “transporte de 70% de substâncias de pouco valor” e remunerando melhor o produto local. Também era sua pretensão — e conseguiu realizar posteriormente — implantar um frigorífico. Rocha comentou o desperdício de “milhares de toneladas de fructas que vegetam anualmente”. Seu plano era “fixar no oeste os excelentes humanos” criando “unidade de interesses [...] de vistas e de objetivos” entre patrão e operário (ROCHA, 1946, p. 11). No final da carta ao ditador, Rocha reivindicou que evitasse “tributação irracional” na navegação e um “texto legal proibindo aos Estados e municípios tributarem diretamente quaesquer indústrias novas”. Uma das dificuldades, alegou, era a ausência de “credito a longo prazo” (ROCHA, 1946, p. 12), o que poderia ser compensado com a isenção de impostos (ROCHA, 1946, p. 12–13).

Geraldo Rocha ficou estabelecido então como o principal especialista sobre o São Francisco diante de suas narrativas e legitimação de necessidades maiores do Estado perante a pretensão de elites locais, da qual ele era representante. Contribuiu para isso tanto a recepção de seu livro por outras publicações, desde o Estado Novo quando uma publicação oficial do Ministério da Agricultura o citava como especialista no assunto (SALLES, 1942, p. 31). Outros escritores da época entendiam que Geraldo Rocha “conhece região como nenhum outro técnico”

(PROENÇA, 1944, p. 183) e que possuía “vigorosa autoridade de barranqueiro” (MEDEIROS NETO, 1941, p. 95).

Nos debates parlamentares sobre o aproveitamento econômico do Rio São Francisco foi considerado grande especialista no assunto e 1 o primeiro diretor de obras da CVSF, o engenheiro mineiro Lucas Lopes, escreveu em 1955 que o livro do latifundiário baiano era “magnífico”, “obra pioneira do movimento de recuperação do São Francisco. Convidamos o leitor a estudá-la, se desejar sentir melhor os problemas do São Francisco” (LOPES, 1955, p. 130-132). A obra de Rocha sobre o assunto “ficou celebrada como discurso institucional fundador da Comissão do Vale do São Francisco” (RABELO, 2016, p. 212). Mas ela não foi a única obra que ele publicou.

Sua primeira publicação foi um conjunto de artigos enviados do exterior sobre a situação econômica e financeira internacional quando contava com mais de 50 anos de idade, o que explica, em parte, o sucesso da sua recepção. Exilado em Paris por seu apoio ao movimento paulista derrotado em 1932, acompanhava o que chamou de morte do capitalismo liberal e ascensão dos regimes corporativistas. Rocha era um entusiasta de Hitler e Mussolini, elogiava escritores da extrema-direita francesa como Charles Maurras . Quando retornou ao Brasil, enfeixou os ensaios em um volume com o título *Fim de uma civilização*. Parece que tomou gosto pelo jornalismo, pois criou o *A Nota*, nos quais escrevia sobre política e finanças, transportes e agricultura, economia e exportações, anticomunismo, antissemitismo, perigo amarelo, cacau, biografou sertanejos que considerava memoráveis.

Seu projeto, é bem sucedido, em termos econômicos, uma vez que o circuito industrial empreendido por Rocha inicia-se em 1927, com a inauguração da Usina e atinge grande destaque em meados de 1940, co-relacionando-se com a inauguração do Aeroporto de Barreiras, até as vias de colapso, sobretudo do matadouro em meados de 1950. Rocha, representa a descrição do ruralismo: ele considerava que a monocultura do café estava condenada, que o parque industrial existente era artificial e sobrevivia explorando o país às custas do protecionismo e que o Brasil deveria industrializar sua agricultura e criar uma base de riqueza para a constituição de uma indústria pesada de transformação e de um mercado interno (MARTINS, 2022, p. 165).

Suas propostas do meio técnico-científico no Rio São Francisco, e que desencadeia intervenções em seus próprios afluentes, como o Rio Grande, incluíam uma agricultura científica e diversificada. Apesar desse aspecto fisiocrático, seu pensamento, todavia, não era contrário à políticas industrializantes, nem à substituição de importações. Pelo contrário, as reforçava por defender o fortalecimento do mercado interno. Entretanto, o que sobra do pensamento de Rocha, para além do físico, materializa-se naquilo que o mesmo não poderia prever ou imaginava: o impulso por uma ideia econômica nos sertões do São Francisco não resistiria às próprias mudanças técnicas da metade do século XX, que uma vez findada a Segunda Guerra Mundial, não encontraria no escasso consumo interno forças para manter um complexo industrial nos moldes e grandezas, ora deslumbrado pelo aspecto econômico.

Dessa maneira, ao defender que o aproveitamento econômico do São Francisco possibilitaria um grande desenvolvimento, capaz de resolver problemas como a consolidação do mercado interno, a segurança nacional, a colonização do sertão, o êxodo rural, a crise de abastecimento elétrico (MARTINS, 2022, p. 166), entre outros, Rocha atrelava seu projeto com o destino da nação. Seu texto oferecia duas perspectivas: por um lado, o progresso, o meio técnico-científico, a redenção, a Terra Prometida; por outro, caso suas propostas não fossem atendidas, a degradação ambiental crescente do rio, a invasão e colonização por potências estrangeiras, a desertificação do interior, o colapso do Estado nacional.

Nesse sentido, o que encontramos dos empreendimentos Rocha denota um destino mais controverso às expectativas e perspectivas técnicas. O que resta da marca do desenvolvimento sob as bacias do rio São Francisco, demonstram, sobretudo, a ausência de como o impacto de tais obras significavam para vidas ao redor, essas completamente ignoradas, e que ao longo do tempo, vão se tornando fantasmas de um progresso e desenvolvimento, que nas ruas de barro e comunidades ribeirinhas que se formaram, vão dando espaços aos assombros de uma outra modernidade.

Sendo assim, o que vem a se tornar ruínas podem ser compreendidas como um espaço de abandono ou colapsado pela ação do tempo, mas que testemunham tanto a ação intempestiva do passar dos dias quanto da ausência de determinados

aspectos de utilidade, principalmente diante dos questionamentos de uma sociedade cada vez mais industrializada e ameaçada pela especulação imobiliária. Os espaços das ruínas também compreendem a materialidade da vida, ora existente, preenchida de coisas, objetos, sentidos, sentimentos, ora desaparecendo, em meio a lugares diversos.

A ruína que causa assombro, abriga fantasmas e a ruína que representa um progresso esquecido do passado, que já não existe mais, bem como a disputa pela memória e o patrimônio.

Capítulo 4 - MEMÓRIAS

Ouço a ruína de todo espaço,
de vidro quebrado e de paredes que caem,
e o tempo,
uma lívida flama final¹⁰

4.1 Contornos, traços e aterros

A categoria do “já não existe mais” são os vestígios dos fantasmas, do medo. Do “nunca mais”. O “nunca” fica representado também por aquilo que Ecléa Bosi relaciona, sendo muito comum em recordadores: “já não existe mais”. Segundo a mesma, essa frase dilacera as lembranças como um punhal, escancara a destruição de memórias de uma vida inteira. No caso das ruínas, esse mesmo punhal persegue e corta os fantasmas escondidos nos porões e escombros da história do matadouro.

Todavia, a memória não é oprimida porque lhe foram roubados os suportes materiais, nem só porque os recordadores foram reduzidos à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebra a história do vencedor e pisoteia a tradição dos vencidos (BOSI, 2009, pg. 22). E isso é dolorido.

Um poeta local diz que: costuma-se atribuir à palavra “nunca” um sentido bem típico nesta região. “Nunca tomei banho hoje. Nunca mais vi fulano. Nunca fiz tal coisa hoje”. Entretanto, diz ele, o nunca é nunca. Não transcende temporalidades em tempo algum. O nunca é finito (FERREIRA, 2020).

Tal narrativa pode ser refletida na valorização do que é o patrimônio, seus sentidos para a comunidade e determinadas ausências naquilo que silencia, ou como aponta Mário Chagas, no cultivo de flores do esquecimento (CHAGAS, 2009). Esse tipo de “nunca” reflete diretamente decisões que podem afetar inclusive o futuro. Tal situação ainda é típica dessa região que “nunca” parou pra ouvir os fantasmas e silêncios do antigo Matadouro Sertaneja.

Nesse sentido, ainda é difícil falar sobre esse passado remoto. Mais difícil ainda compreender as veredas da memória em meio às “securas” do esquecimento. As flores do esquecimento, no entanto, persistem. Seu “nunca” não é finito e pode ser ressignificado a partir, sobretudo, de novos olhares, sensíveis, àquilo que as

¹⁰ James Joyce.

ruínas e aterramentos da memória podem revelar. Para tanto, ouvir esses fantasmas e silêncios necessita de instrumentos adequados à paisagem dos esquecimentos.

O município de Barreiras se apresenta enquanto um vasto campo de possibilidades e olhares. Nasce como povoado e atravessa os séculos XVIII e XIX espalhando suas ramas em torno da bacia do Rio Grande, margem esquerda do rio São Francisco, desembocando nas tramas da modernidade e do século XX aos poucos, especialmente em relação aos anseios do comércio e da elite local que despontam durante esses períodos.

Na cidade fica impressa o próprio passar do tempo, das construções, dos modos de viver que ora atravessam o sertão, o cerrado, mas também atravessam as influências internacionais, as arquiteturas neo-clássicas que ascendem no país. São essas impressões que denotam uma diversidade arquitetônica e estética que nos fornecem alguns vestígios, uma vez que a arquitetura “tem por características a sua finalidade funcional e estética, na maioria das vezes ela se expressou e apresentou-se desta forma, sendo possível ser analisada do ponto de vista da História, dos movimentos que derivaram” (MORAES, CORRÊA,, 2018, p. 274).

Desse modo, a cidade é interpretada em seus aspectos urbanos e arquitetônicos com ênfase na produção de sentidos e suas alterações através do tempo por meio de elementos vernáculos, considerando que “[...] a arquitetura nunca é feita de elementos inteiramente novos. O arquitecto compõe edifícios a partir de características-padrão, coisas como portas, janelas e telhados” (MORAES, CORRÊA, 2018, p. 274).

Os aspectos vernáculos permitem visualizar reminiscências do passado e percorrê-las de forma analítica, inferindo emergências metafóricas de narrativas próprias da cidade. Este conjunto subsidia a percepção das alterações dos sentidos, a não constância e linearidade de memórias sobre a cidade e sua produção arquitetônica. Porém, nem todas, no nosso objeto analisado, apresentam peculiaridades arquitetônicas relevantes, singulares o suficiente para serem destacadas em um contexto universal, mas localmente revelam memórias e o esforço para uma patrimonialização do espaço urbanístico e da arquitetura, sendo este [...] termo utilizado para referir-se a todo o processo instaurado para proceder

possível tombamento da obra[...] (PAULA, 2011, p. 10), ou pelo menos, a possibilidade de sua discussão.

O valor histórico e afetivo dos empreendimentos urbanos é compreendido pelo seu significado social adequado às diversas formas de representação, recepção, apropriação e ressignificação pelo qual passam as construções nas cidades. Eles são objetos de disputas entre grupos sociais pela utilização dos lugares, ocupação e, também, pela memória que se difunde sobre estes. Barreiras, neste contexto, apresenta encontros de manifestações arquitetônicas e urbanas que demonstram por si características históricas plurais apontando temporalidades diferentes. É no recorte temporal que foi definido analisar, que coube o exame de algumas peculiaridades próprias da cidade, de modo muito particular do espaço onde se encontram as ruínas do Matadouro.

Sob a égide da Arqueologia Histórica e optando por uma abordagem crítica da realidade, buscou-se analisar a arquitetura do antigo Matadouro e da Usina Hidrelétrica, bem como os restos de seus espaços funcionais para descrever a grande diversidade de expressões que permeiam o universo industrial, até hoje estereotipado e escamoteado pela ideologia das classes dominantes.

Os principais arqueólogos críticos usam a “ideologia” para designar as maneiras como as desigualdades e contradições em qualquer sociedade apresentam-se escondidas em expressões aceitas culturalmente. Este encobrimento é levado a cabo, algumas vezes inconscientemente, a fim de evitar uma resistência social consistente por parte dos membros da sociedade exteriores à elite, em geral, muito mais numerosos (ORSEN, 1996, p. 77).

Orsen (1996) também informa que os “edifícios fornecem uma importante fonte de informação para a arqueologia histórica”. Assim, o interesse desta pesquisa também se volta à arquitetura, e se justifica devido ao grande processo de “arquitetonização” da sociedade promovido no Brasil a partir do século XVI, descrito por Andrés Zarankin em *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista* e aqui consolidado no início do século XX. Por ele compreende-se que toda a estrutura arquitetônica de uma sociedade não é absorta da realidade na qual se inscreve. Aliás, toda paisagem artificial é refletida, esboçada e edificada pelos homens de modo a obedecer a intenções muito bem definidas.

A partir de um trabalho de observação etnográfica e registro (escrito e fotográfico), tomou-se estas ruínas (Imagens 15 e 16) como sítio arqueológico

histórico. Suas arquiteturas marcante, com mesclas dos estilos Neoclássico e *Art Déco*, se destaca do ambiente completamente modi

ficado de seu entorno, onde prevalecem construções modernas e uma expansão urbana que contrasta os quase cem anos que separam suas fundações, suas desativações e o processo de arruinamento.

Imagem 15: Vista frontal do Matadouro Sertaneja na década de 1940.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 16: Vista frontal do arruinamento da Usina Hidrelétrica Rocha.



Fonte: Acervo Pessoal.

4.2 Narrativas, esquecimentos e patrimônios

Stuart Hall aponta que é fundamental que se saiba que a referência de espaços ambientais é importante para a concepção do senso de identidade (HALL, 2006). Nesse sentido, o registro ocasionado pela memória e o espaço vivido e compartilhado durante os trajetos da vida transformam os indivíduos em sujeitos históricos (ANDRADE DIAS, 2015, p. 108). Trajetos esses que dizem respeito à identificação do local de nascimento, de moradia, de trabalho, de socialização, de lazer, de dificuldades, e demais lugares que, por fim, fazem referência a determinados aspectos de construção pessoal.

A memória se dá pelo despertar das lembranças (BOSI, 1992) e pelos instrumentos de identidade que se dão em torno da sobrevivência de um passado. As lembranças, nesse ponto, proporcionam a esta pesquisa, por meio das narrativas orais, acesso aos mais diversos olhares de pertencimento ao lugar das ruínas. Nas palavras de Maria das Graças Andrade Dias: para que o homem evolua é necessário haver uma continuidade histórica, pois, sentindo-se como parte integrante do seu meio, identifica-se e torna-se num agente transformador da sociedade (ANDRADE DIAS, 2015, p. 108). Na preservação de bens culturais se “pressupõe sempre uma continuidade, uma possibilidade permanente, em função precisamente da alimentação da identidade cultural” (BOSI, 1999, p. 182).

Sobre as transformações, Diego Corrêa descreve como a paisagem industrial no município de Barreiras vai se alterando após o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo lento e complexo de encerramentos das atividades frigoríficas da Companhia Sertaneja S.A e a preparação, em termos mais amplos, do terreno para o desenvolvimento da agricultura mecanizada. Na paisagem da memória, essa lembrança fica impactada pelas ventanias de um futuro econômico que colocaria o município em outros patamares, mesmo que por um lado, isso representasse a destruição e alteração completa de modos de vida tradicionais. Para tanto, esses acontecimentos se passaram de modo gradativo, contínuo, imperceptível pelos olhares do cotidiano, entretanto, fruto direto de ações dos proprietários da companhia e os fluxos de uma outra correnteza, a do tempo.

A começar com o contexto industrial e as mudanças, não somente técnicas, em torno da captação da energia elétrica, mas aquelas em torno de mudanças no cotidiano da comunidade:

Com o fechamento da hidrelétrica, e a desativação de suas turbinas, a mesma caiu em esquecimento e o canal do rego que dependia dela - tornou-se, pouco a pouco (com as chuvas e a urbanização não planejada ocorrida décadas depois) um esgoto a céu aberto. Seu aterramento, no entanto, aconteceu em 1995 na gestão de Saulo Pedrosa, prefeito de Barreiras na época. Vale ressaltar que para além de suas características funcionais, no seu apogeu, essa área era bastante utilizada pela população como ponto turístico e de práticas de lazer como piquenique e banho, além de sua utilização para lavagem de roupas. (MORAES, CORRÊA, 2018, p. 5)

Diego Corrêa segue apontando como, ao longo do tempo, determinado caráter de sociabilidade foram ressignificados, especialmente para os usos e re-usos da população que, ainda via os serviços sanitários começarem pouco a pouco também. O Canal do Rego, a usina e suas imediações forneciam à população barreirense mais que uma função útil, mas contribuía para o florescimento de todo um imaginário de afetos, lembranças, costumes, memórias e, mais uma vez, saudades. Nesse ponto, a análise documental começa a dialogar com os relatos de interlocutores que, de seus referenciais, irão demonstrar também diferentes momentos para aquilo que desemboca numa memória coletiva acerca da relação entre essa comunidade, seus diferentes agentes e o tempo (ANDRADE DIAS, 2015).

Na literatura local, Ignez Pitta de Almeida, 82 anos, memorialista e principal referência em torno da história oficial barreirense e uma das interlocutoras, cita no livro “Saudade de Barreiras - álbum de recordações” o seguinte poema:

O Rego e a Turbina

O Rego de águas claras
atravessa Barreirinhas, igual a um rio, criado ali,
pela mão de Deus.
Fluindo do Rio de Ondas,
o Rego nasceu no sonho,
que sonhou Geraldo Rocha
de construir em Barreiras
uma usina hidroelétrica.
E primeiro foi projeto, depois canteiro de obras,
às ordens de um engenheiro.
De 1920 até oito anos depois,

para então se inaugurar.
Foram turmas de operários que cavaram o seu leito,
num trabalho tão bem feito por onde a água correndo
ia produzir a queda para a turbina acionar.
Água boa pra banhar...
nas margens, as lavadeiras preferem as águas do Rego,
que ajudam a roupa a alvejar.
Vem de lá do Rio de Ondas, feito por Geraldo Rocha,
a fluir suas águas mansas...
Sempre cheio de crianças, cercado de lavadeiras.
E depois cai na turbina, pra gerar a nossa luz.
Por isso Barreiras produz arroz beneficiado,
algodão descaroçado, borracha beneficia e já fabrica tecidos.
Um frigorífico até, produz derivados de carne,
que vão desde os defumados ao charque e aos embutidos.
O Rego até onde alcança a nossa imaginação.
Nosso sonho de criança, nossa memória encantada que revive na emoção.
No domingo, as paneladas são feitas nas suas beiras.
Pois o Rego é de Barreiras o seu pedaço mais doce.
Quem dera que a vida fosse cheia de calma e sossego,
com tudo aquilo que amamos sempre igual a este Rego! (ALMEIDA, 1996. p.09).

Imagem 17: Banhistas em uso do Canal do Rego. Matadouro ao fundo.



Fonte: Acervo Napoleão Mattos de Macedo.

Imagem 18: Idem.



Imagem 19: Idem.

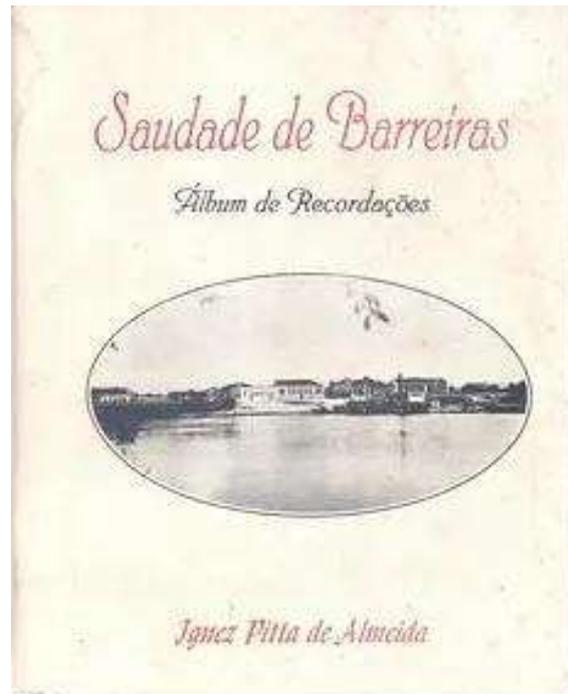


Imagem 19: Ignez Pitta de Almeida, memorialista, professora e membro da Academia Barreirense de Letras (ABL).



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 20: Obra de Ignez Pitta de Almeida.



Fonte: Academia Barreirense de Letras (ABL), 2022.

O poema, representando uma visão nostálgica de dona Ignez, demarca as vésperas de seu aterramento e os atravessamentos marcados por uma sociedade que observou as constantes mudanças “valendo-se da interpretação de que há, de fato, um lapso temporal desde o fechamento da usina hidrelétrica (1960/1965) até o aterramento do canal (1995)” (MORAES, CORRÊA, 2018, p. 6). A narrativa de dona Ignez, contudo, precisa ser interpretada como alguém que figura uma das famílias das elites do século XX barreirense e sua fala, nem sempre, compreende que os efeitos dessa temporalidade afetam outras dimensões sociais para além do saudosismo a um “passado glorioso”.

Na segunda metade do século XX, começaram a ocorrer mudanças mais significativas na estrutura da cidade ocasionadas por uma série de fatores. Dentre esses, um de grande relevância foi a construção das BRs 242/020/135 que ligara a recém construída capital do país, Brasília, ao litoral da Bahia e colocara Barreiras num eixo de trânsito rodoviário que surgira também como resposta a um processo de automobilização do país, onde o transporte rodoviário precisara existir para que fosse consumido os produtos da indústria vigente. (MORAES, CORRÊA, 2018, p. 03)

Dito isto, percorrer as entrelinhas do “Rego e suas Turbinas” é esboçar um retrato de como a própria comunidade se utilizava desse espaço. “Sempre cheio de crianças / cercado de lavadeiras”; ainda que sua existência preconizasse o contexto

industrial ao seu redor: Por isso Barreiras produz arroz beneficiado / algodão descaroçado, borracha beneficia e já fabrica tecidos. / Um frigorífico até, produz derivados de carne, / que vão desde os defumados ao charque e aos embutidos”. Essa produção também fica simbolizada pela narrativa “como consagração da modernização para o bem coletivo, resultado da marcha inexorável do progresso” (OLIVEIRA, 2016, p. 30).

E em seu relato, é exatamente esse sentimento que é exaltado pelas narrativas de dona Ignez, cuja “memória encantada / que revive a emoção” se atrela a questões muito específicas sobre o Matadouro, a Usina e o Canal do Rego, quando a mesma afirma que “as pessoas mais pobres foram se aproveitando do arruinamento dos edifícios”. Para ela, bem como a imagem do Rego que “nasceu no sonho / que sonhou Geraldo Rocha”, quase como as mãos de “Deus”, qualquer intervenção que não fizesse jus ao simbolismo de seu período de atividades e o desenvolvimento econômico, soava criminoso, falho, injusto, e claro, não representava “a grandiosidade desse sujeito e sua importância para que Barreiras fosse como era”. Nesse ponto, a figura de Geraldo Rocha se monumentaliza, se canoniza, ainda mais que suas edificações, no imaginário de uma narradora de seu próprio tempo.

Essa expressão, contudo, é autêntica, conforme aponta a historiadora Françoise Choay, em sua obra, *A alegoria do patrimônio* (1992), ao explicar que a noção de monumento para as sociedades é muito importante para congregar aspectos em torno da compreensão do que é patrimônio, quais são as políticas necessárias à preservação de bens e como isso é reproduzido.

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 1992, p. 31).

Logo, o que é alimentado em torno das memórias e narrativas oficiais, impressas nas saudades, nas lembranças e nas recordações, como pontua o livro

de dona Ignez, se relaciona a como o conceito de patrimônio é guiado para atestar que os afetos, de uma parte da população, sejam eleitos por grupos dominantes. E que o fazem por possuírem a relevância social que legitimaria qual é o seu patrimônio. Ou como complementa Choay: “O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos” (CHOAY, 1992, p. 32).

O monumento, aqui representado principalmente pelo abandono das estruturas arquitetônicas, realiza uma mediação entre a memória desses grupos, enquanto a memória coletiva, repleta de boas lembranças, limpa, clara, mansa como um dia foram as águas, “cheia de calma e sossego”. Entretanto, na ausência de uma preservação daquilo que é considerado bem, sua simples existência:

Relaciona-se com uma vocação social, política ou mesmo religiosa, que se destina a estabelecer uma relação entre a comunidade e o tempo, construindo um vínculo do homem, como indivíduo, com um passado imemorial e comum a todos, onde a essência do monumento é estabelecida através de sua função antropológica, ou seja, a relação do tempo vivido e com sua memória. (AKAMATSU, 1996, p. 8).

O tempo vivido, sobretudo no relato de dona Ignez, trouxe a tona, um outro lado para a construção do patrimônio cultural perante a sociedade barreirense: quem teria sido os “culpados” pelo seu abandono, dispersão, apagamento, ainda que as sombras de suas estruturas mantivessem as lembranças de suas funções? Dona Ignez narra que tudo está entrelaçado com problemas de gestão, com decisões administrativas tomadas sem a devida reflexão, ou mesmo, a “intervenção do poder público”, como a SUVALE, (Hoje conhecida por Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF) (SILVA CARVALHO, 2017) que assumiu a gestão final da Usina Rocha.

Para ela, ainda que houvessem as presenças de uma vizinhança que pouco compreendia a importância daqueles espaços, diante de problemas de gestão e ausência de interesse por parte do poder público, o ponto que marcaria o processo de arruinamento ficava marcado pela iniciativa da antiga gerência da Companhia Sertaneja S.A. em ordenar que os adornos, portas, vidros, e até mesmo o telhado, fossem retirados, principalmente do Matadouro. Demais relatos apontam que a região ao redor das edificações, bastante arenosa, também forneciam “matérias primas” para a vizinhança, moradores, ribeirinhos, ou mesmo, curiosos. Demarcava-se neste ato, por volta de 1970 a 1980, um processo irreversível de abandono das

estruturas, de modo que, tal qual um castelo de areia esquecido na paisagem, as intempéries, ventanias, fortes chuvas, raios e as mãos de todo um conjunto da sociedade, do olhar mais elitista ao mais simples de aproveitamento de materiais, fizeram com que o Matadouro e a Usina caíssem no esquecimento.

Esse esquecimento, entretanto, possui diversas vias e contornos e, a depender do interlocutor, encontra opiniões diversas e reveladoras. Conforme mencionado por dona Ignez, procurou-se a antiga gerência da Companhia, a fim de verificar os episódios envolvendo a depredação escolhida para os espaços do Matadouro, e em retorno, seu Antônio Moreira (nome fictício), antigo gerente no período, negou tudo prontamente, alegando que apenas aproveitou-se de “um material que já estava condenado para se transformar em outros”, fazendo referência a olarias e pequenas fábricas que faziam blocos, telhados e outros materiais cerâmicos. Nesse sentido, ainda que seu Antônio não correspondesse à categoria de “morador local, da vizinhança ao redor”, reafirma que o processo de esquecimento das estruturas do Matadouro, da Ruínas, as beiras do Canal, independente de setor social, estava condenado ao desaparecimento lento e gradativo. Desaparecimento e esquecimento que, para além das sombras do seus significados, era reflexo direto da ausência de políticas públicas em torno de uma urbanização e a constante higienização das periferias barreirenses.

Michel Maffesoli aponta que “o espaço molda coercitivamente os hábitos e costumes que estruturam as vidas comunitárias” (MAFFESOLI, 1984, p. 52) conforme as relações que se dão no campo dos conflitos, das disputas políticas e intervencionistas, nas lógicas de espacialização que se dizem cada vez mais modernas, ou que colaboram para a consolidação de narrativas de vitórias daqueles que puderam comandar a construção de prédios e obras, em pleno sertão, e eventualmente, o outro lado da história daqueles que só observaram o ruir dos dias e das coisas. Por outro lado, Clóvis Ramaiana Oliveira, destaca que:

Na construção de municipalidades, a necessidade de uma “instância imaginária”, para além do corte territorial e do político-administrativo. A visualização do município se daria através dos monumentos construídos, estes funcionando como representações do desejo de construção de uma visão de cidade, uma perspectiva de urbano [...] Essa perspectiva permite observar os prédios como metáforas visuais das consciências hegemônicas na elaboração de traçados urbanos e nos desenhos das cartografias cidadinas (OLIVEIRA, 2011, pp. 21-22).

Nesse sentido, a reapropriação dos espaços do Matadouro e da Usina se entrelaça com a perspectiva de que, na paisagem urbana principalmente, ao longo do processo de perda de suas funções industriais originais, é comum que suas paredes, pisos, portas, telhados e ladrilhos possam estar presente em outros aspectos das necessidades e organizações urbanas. Seja nas casas vizinhas ou ajudando a ampliar as demais construções dos antigos proprietários. Esses espaços vão se materializando em outros através do despertar de “sentimentos, como desejos, frustrações, medos, e representam, novos comportamentos, novas práticas, novas vivências, revelam sonhos, sujeitos, desejos, repressões e construções culturais” (OLIVEIRA, 2011, p. 23).

É diante desse aspecto que surge uma outra interlocutora, dona Neuraci Brito Nere, de 64 anos, cuja narrativa está muito mais atrelada àquelas conquistadas no atravessar de ruas, no cruzar de pontes, construções de casebres, quintais e galinheiros, onde as construções do Matadouro, da Usina e do Canal também se relaciona com o processo de “produção de subjetividades” (OLIVEIRA, 2011), uma vez que a descrição de suas memórias gira, principalmente, em torno tanto de sua própria história e estabelecimento de toda uma vida naquele lugar, assim como também a constatação de sentir-se “intimidada”, em certa medida, diante daqueles “grandes espaços”, algo também relacionado à “produção de subjetividades, de elaboração de identidades individuais ou coletivas” (OLIVEIRA, 2011, p. 22).

“Quando éramos meninos e meninas, morríamos de medo de passar por ali mais pela noite”. É um de seus primeiros relatos. “As pessoas diziam que podíamos ouvir os berros e gemidos dos bois, mas não tinha mais nada ali, não havia mais nada lá”. Se referindo ao processo de mistificação em torno da indústria frigorífica fechada. E na esteira de sua narrativa, deflagrou-se outros vestígios dos habitantes e trabalhadores de um Matadouro e Usina que foram fechando pouco a pouco: aquele que já foi reflexo da mudança gradativa de lógicas econômicas, habitacionais e sociais. Dona Neuraci, ostenta a segunda casa mais antiga da rua, fundada ainda em meados de 1976 e informou pouco lembrar das atividades ou pessoas ligadas ao Matadouro.

Em contrapartida, suas memórias a levam para as casas de adobe, de taipa, para as lavagens de roupa no Canal, para os peixes e os ribeirinhos, para a

expansão migratória impulsionada pela mecanização agrícola e a “abertura de estradas e rodovias no final de 1970” (CORRÊA, MORAES, 2018), assim como os problemas das fortes chuvas, as enchentes, a queda de casas mais simples, o sujar gradativo das águas antes tão úteis e indissociáveis do dia a dia e, por fim, o aterramento. Ainda que possua a visão de que “o patrimônio [Matadouro e Usina] não devem ser destruídos”, uma vez que “os considera patrimônio por conhecer desde que nasceu”, continua vendo que o aterramento do Canal foi benéfico, principalmente devido ao fim, definitivo, dos alagamentos. Para dona Neuraci, o “Novo Tempo”, ao contrário, oferece uma paisagem muito mais agradável e útil à população, uma vez que a água encanada havia se tornado uma realidade.

Por fim, para dona Neuraci, a culpa de toda a atual situação precária, incluindo as estruturas industriais, “é do próprio povo”, uma vez que a mesma considera que este nunca parou para se atentar à importância de preservar a própria história e colaborou ativamente pro processo de degradação, esquecimento e arruinamento desta parte que, direta ou indiretamente, se relacionam intrinsecamente a toda a comunidade, da qual, ela julgava pertencer e testemunhar a formação. Tal retrato, diferente dos dois primeiros relatos, parte do coração da comunidade ao redor do Matadouro e Usina, e demonstra a reprodução das narrativas oficiais sobre os objetos e endossa a participação popular no contexto de colapso das estruturas, entretanto, assim como as demais, não percebe que, toda a trama e trajetória das ruínas perpassa por decisões políticas, que congregam atravessamentos quase imperceptíveis e silenciosos no cotidiano das pessoas.

Para o recorte temporal rememorado, aliado a políticas públicas que procuram remodelar as proximidades e lonjuras de uma Barreiras que se desenvolve milagrosamente¹¹, ocorre a expansão, ainda em curso, de uma especulação que marca o espaço por “negociação e conflito”, sobretudo numa higienização que busca “valorizar” os espaços pelos discurso de melhores moradias: “um dos problemas fundamentais que afetam e caracterizam a grande cidade contemporânea quando se trata de proteção, preservação e patrimônio é a questão imobiliária” (VELHO, 2006, p. 240). Tal lógica, especialmente quando debate-se o patrimônio tanto para a comunidade quanto pela lógica do próprio município procura adotar um contexto

¹¹ III Festa da Soja, O milagre da produção no cerrado baiano. O Barreirense, Barreiras, Abril de 1986, p. 16.

emergente para tais áreas, o que acaba endossando o discurso de destruição, de esquecimento, uma vez que novas lógicas de uma cidade moderna tendem a adotar outras necessidades:

Com a construção das BRs e o fluxo rodoviário, a cidade ganhou novas áreas de expansão e consecutivamente um novo desenho urbano, não mais marcado pelo desenho sinuoso do rio - que direcionava o ritmo das casas de comércio, serviços e residências ao longo de seu trajeto dentro da cidade - mas pelas ortogonais vias de asfalto. Somado a isso o agronegócio também tivera sua participação nesse redesenho da cidade (CORRÊA, MORAES, 2018, p. 6).

Nesse contexto, é possível vislumbrar que as paisagens, suas modificações, as ruínas, seus interlocutores, a cidade, o patrimônio, estão associadas à invenção dos imaginários que se ligam a elas. Seja por meio das narrativas oficiais, pela disputa política e seus atores, pelos diversos interesses individuais ou coletivos que desenham e redesenham a realidade, até mesmo àqueles que são necessários à sobrevivência:

A memória, como um dos elementos ligados à experiência, contribui para o processo de apropriação, pois permite a compreensão de como ocorreu a vivência naquele lugar. Não existe memória sem imaginário e não há imaginário sem memória dos indivíduos (CONNERTON, 1989).

David Harvey alerta que, a questão arquitetônica e urbana, sob a qual se impõe determinados aspectos de limites para preservação do patrimônio cultural fica revestido pelos discursos de dominação econômica e readequação dos espaços urbanos, tal qual se expande no município a partir da década de 1970:

Como "os efeitos ideológicos mais bem-sucedidos são os que não têm palavras e não pedem mais do que o silêncio cúmplice", a produção do capital simbólico serve a funções ideológicas porque os mecanismos por meio dos quais ela contribui "para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecem ocultos" (HARVEY, 2008, p. 82).

Dessa forma, para além das disputas e demarcações sociais em torno do patrimônio, a lógica capitalista moderna, que domina técnicas, fazeres e saberes em prol de lógicas econômicas, também seria responsável por contribuir às estranhezas e repressões causadas na significação da própria vida urbana, nas expressões e linguagens da arquitetura. Os discursos de progresso e modernização, civilização e barbárie, colaboram para a construção de determinadas continuidades históricas, de memória coletiva, que precisam funcionar para seguir elegendo e legitimando monumentos (BERMAN, 1982), sintomas da tragédia da modernidade:

Estabilizada pelos pontos fixos de monumentos que incorporam e preservam um "misterioso" sentido de memória coletiva. A preservação do mito por meio do ritual "constitui uma chave para a compreensão do significado dos monumentos, bem como as implicações da fundação de cidades e da transmissão de idéias num contexto urbano" [...] da produção de "monumentos" que exprimem a memória coletiva, ao mesmo tempo que reconhece que aquilo que constitui um monumento é em si um mistério que "deve ser encontrado sobretudo na secreta e incessante vontade de suas manifestações coletivas" (HARVEY, 2008, p. 84).

Logo, a memória coletiva dessas pessoas segue sendo apropriada pela modernização econômica, construindo, reconstruindo e destruindo condições e modos de viver, como modo de inserir um conjunto de práticas e mãos de obra, como aquelas presentes em torno da construção dos prédios da Sertaneja S.A., em contextos socioeconômicos e políticos lidos enquanto contemporâneos, entretanto, quando as transformações são vastas, afirma David Harvey também que, o impulso de preservar o passado, elegendo patrimônios na cidade, torna-se a preocupação por preservar o próprio sujeito, o *eu*, pois:

O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência (HARVEY, 2008, p. 86).

Dessa perspectiva materialista, as concepções do tempo e do espaço e as categorizações que cria para o patrimônio seriam, necessariamente, inventados e modelados mediante práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.

Por último, e lembrando os anseios de uma inexorável "marcha para o progresso" que marca o início do século XX e o próprio recorte histórico utilizado para rememorar esses espaços e as ruínas, é possível afirmar que, ainda que dentro de um contexto maior, cujos positivismos e desenvolvimentismos acometa as mais diversas situações, nos mais diversos lugares, a ação política voltadas para determinadas estetização e higienização social, são, em dada medida, os sintomas de um progresso que marca o patrimônio, a paisagem e as pessoas: "Afiml, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?" (HARVEY, 2008, p. 26). Bem como assinala o arquétipo literário descrito por Berman (1982) em *O Fausto de Goethe*:

Um herói épico preparado para destruir mitos religiosos, valores tradicionais e modos de vida costumeiros para construir um admirável mundo novo a

partir das cinzas do antigo, Fausto é, em última análise, uma figura trágica. Sintetizando pensamento e ação, Fausto obriga a si mesmo e a todos (até a Mefistófeles) a chegar a extremos de organização, de sofrimento e de exaustão, a fim de dominar a natureza e criar uma nova paisagem, uma sublime realização espiritual que contém a potencialidade da libertação humana dos desejos e necessidades. Preparado para eliminar tudo e todos os que se ponham no caminho da concretização dessa visão sublime, Fausto, para o seu próprio horror último, faz Mefistófeles matar um velho casal muito amado que vive numa casinha à beira-mar por nenhuma outra razão além do fato de não se enquadrar no plano do mestre.

"Parece", diz Berman (1982), "que o próprio processo de desenvolvimento, na medida em que transforma o deserto num espaço social e físico vicejante, recria o deserto no interior do próprio agente de desenvolvimento. Assim funciona a tragédia do desenvolvimento."

CAPÍTULO 5: MATADOURO

5.1 Sertanejos, choros e fé.

Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas no chão - Antes que das coisas celestiais

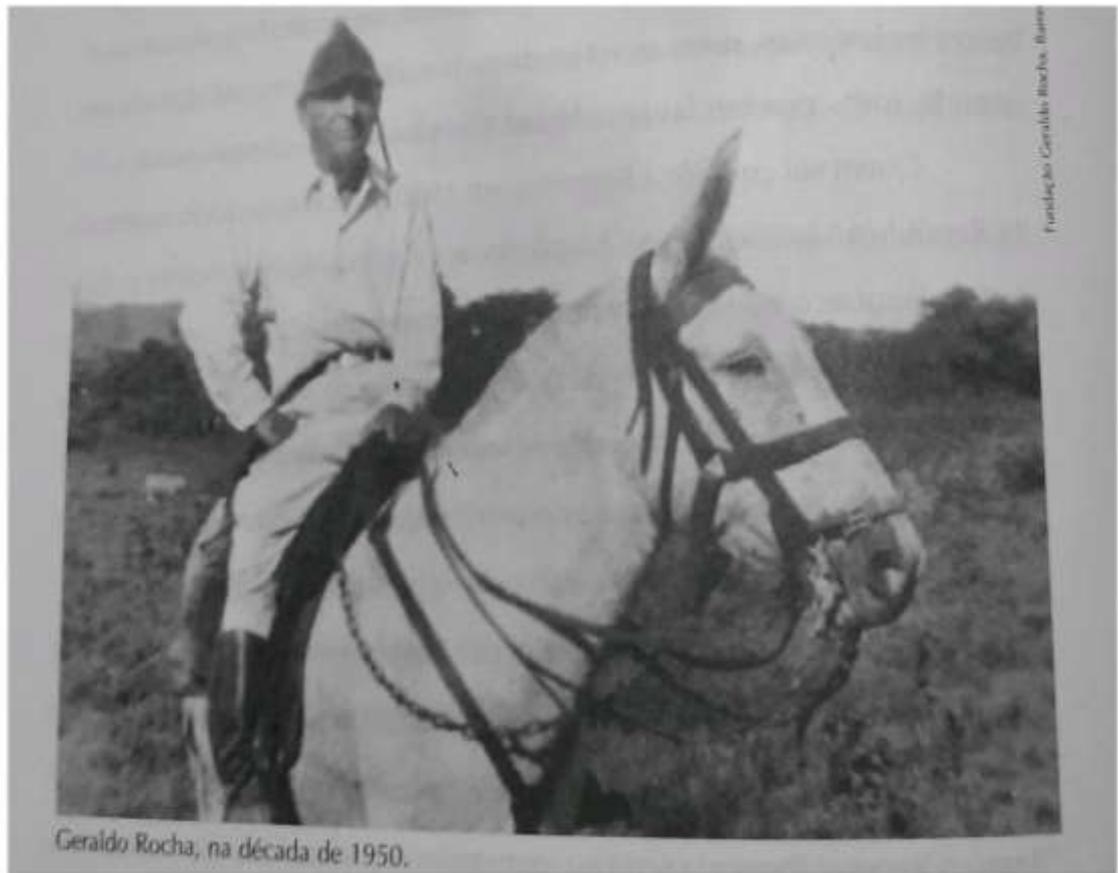
Pessoas pertencidas de abandono me comovem: tanto quanto as soberbas coisas ínfimas” Manoel de Barros.

As narrativas em torno da história oficial do Matadouro Sertaneja ensaiam para si aquilo que podemos identificar como retrato de um Brasil que vinha se forjando no início do século XX: um dilema com o passado e com o futuro da nação. Dilema com os desafios de um ambiente degradado e ameaçador, a necessidade de intervenções econômicas essenciais aos interiores dos sertões e, por fim, a garantia de manter e desenvolver nestes trópicos, aquilo que era vislumbrado como a civilização que o país poderia vir a se tornar.

Esse período é bastante significativo acerca das reformas e transformações que são vislumbradas aos interiores, aos sertões brasileiros, em maiores e menores graus. Esse aspecto da história regional adquire, entretanto, contornos, linhas e formas particulares, assume rostos desconhecidos, é construído por mãos rudimentares, periféricas, mas antes de tudo, sertanejas. Nesse retrato, obtemos a figura do Matadouro Sertaneja, como o exemplar do “fomento” e “criação de centros de produção e consumo”(COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955) que poderiam onerar toda uma coletividade. E também podemos partir da perspectiva dos pensamentos de Geraldo Rocha, outrora apresentado e contextualizado.

Como abordado anteriormente, o personagem que impulsiona as tramas do progresso, desenvolvimento e industrialização, Geraldo Rocha, antes de tudo, também se considerava um sertanejo. Sua terra havia sido a mesma de todos os demais bastardos da região do Além São Francisco no período. Sua cor também era “semelhante” à dos mestiços que, outrora, constituíram aquilo que Euclides da Cunha denominou por “antes de tudo, um forte!” (CUNHA, 2003). Talvez, tais fatores o fizessem sentir que, para além da terra natal, pudesse compartilhar ou projetar na margem esquerda do rio São Francisco, em meados de 1920 a 1940, o grande desejo de “modernizar o sertão” e, conseqüentemente, o próprio sertanejo.

Imagem 21 - Geraldo Rocha, na década de 1950.



Fonte: O Rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil, edição de 2004.

De acordo com Eduardo Lena e Miriam Hermes (2009) em sua obra *O Homem Geraldo Rocha*, o interesse de Geraldo Rocha pelo rio vem desde desde sua infância, pois “órfão de mãe, aos sete anos, fazendo viagem feitas em embarcações pelo rio entre Barra e Barreiras com as irmãs, o pai e provavelmente a avó que lhe criou. Para um menino de 7 anos o rio toma dimensões ainda maiores e deve ter começado aí essa relação de amor” (LENA, HERMES, 2009, p. 103). “Relação de amor”, posteriormente, marcada pela lógica moderna de desenvolvimento de capital financeiro e humano.

Anos mais tarde, especificamente, em 1946, com seu modelo e projeto funcionando, curiosamente denominada e alicerçada na Companhia Agro-Pastoril Sertaneja, o mesmo, em depoimento presente no debate parlamentar sobre a Comissão do Vale do São Francisco, realizada na assembleia federal do Rio de

Janeiro, enfatizava que os seus “patrícios”, ou a gente simples e sertaneja que careciam de melhorias no modo de vida, “precisavam de um exemplo capaz de despertar-lhes as ambições e energias” (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955).

Cabe mencionar que Geraldo Rocha, a essa altura, já havia escrito um livro que, valendo-se de determinada forma “genuína” da qual se valia perante os sertanejos, para o momento, circulava como apanhado substancioso acerca dos possíveis aproveitamentos do rio São Francisco. Aquilo que Rocha descreve no “Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil” (1940), entretanto, já havia sido galgado na sua atuação enquanto figura política, econômica, representante de uma classe específica e que, detinha nos modelos de desenvolvimento exteriores as bases para a implantação de intervenções na paisagem do São Francisco e seus afluentes, de modo a propiciar planejamentos regionais adequados:

Natureza e sociedade beiradeira se aproximavam porque esta era praticamente uma continuidade daquela, visto a “ausência, enfim, de todos os indícios de civilização” pois não havia escolas, hospitais, aprendizados agrícolas, usinas hidrelétricas, máquinas para a lavoura, “nenhuma fábrica, nenhuma indústria” (MARTINS, 2022, p. 201).

Logo, o contraste entre a possibilidade de aproveitamento da natureza para beneficiar sociedades demarcadas pela pobreza e miséria acabaram, em partes, por embasar a criação da atual Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Para além de outros aspectos importantes, inclusive da política nacional pós Constituinte da era Vargas, discursos como o de Rocha, autenticavam a fé de sujeitos que acreditavam na vitória sobre as amarguras dispostas sobre a terra e a sociedade. Rocha havia materializado, na bacia do Rio Grande, o reflexo daquilo que o governo poderia utilizar para todas as intervenções que fossem necessárias.

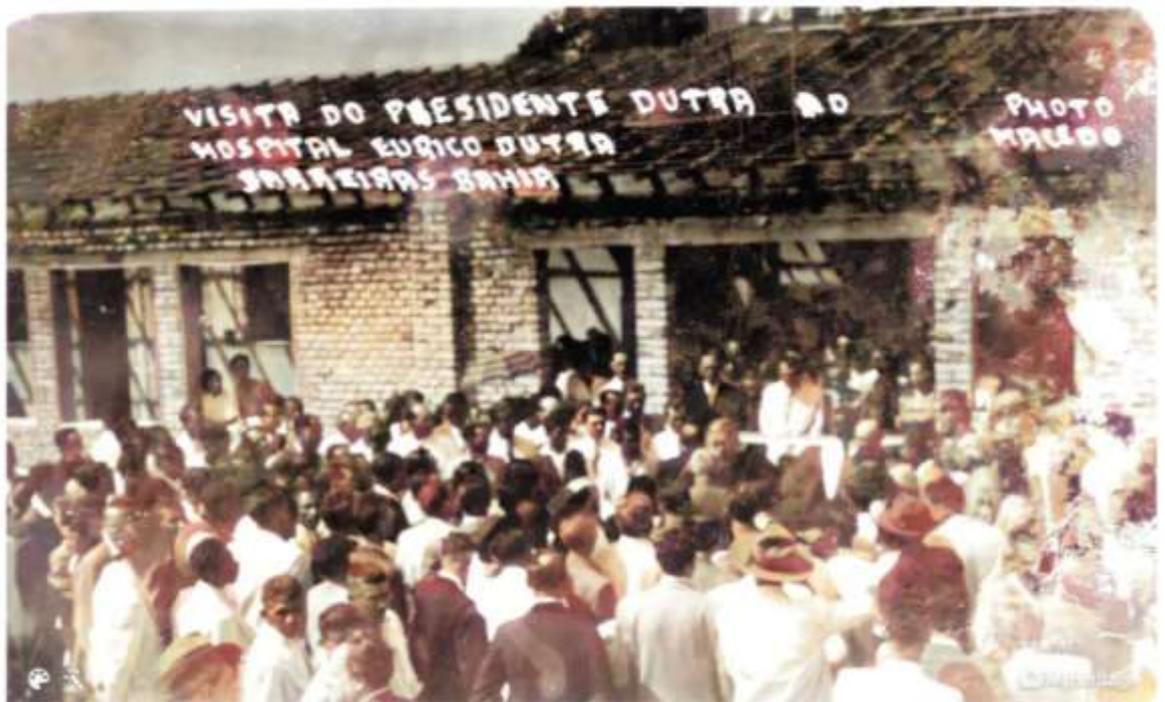
Para ele, a realidade, para além do âmbito material, era transformável. Essa questão fica explícita diante das visitas, que contaram com sua influência, de sujeitos políticos, em Barreiras, a sede do desenvolvimento na época.

Imagem 22: Getúlio Vargas em visita a Barreiras, nas águas do Rio Grande.



Fonte: Acervo Napoleão Mattos Macêdo.

Imagem 23: Visita do presidente Eurico Dutra ao Hospital Eurico Dutra, 1946.



Fonte: Acervo Napoleão Mattos Macêdo.

Imagem 24: Visita do presidente Eurico Dutra ao Hospital Eurico Dutra, 1946.



Fonte: Érica Naiara dos Santos Ribeiro, 2022.

Entretanto, a representação destes fatos não se encerra no simples desejo de um sujeito com vias de desenvolvimentismo, mas o contexto de nacionalismo político e econômico, em voga no período, que poderia garantir uma suposta unidade nacional:

Em *Nacionalismo Político e Econômico* (1937), Rocha reúne uma série de artigos escritos por ele, nos quais retrata desde reuniões e contratos dos quais participou até seus pensamentos sobre variados temas. Nessa obra ele já demonstra sua indignação com o fato de se ter no Brasil investimentos e mão de obra estrangeira, Rocha acredita que devia ser o brasileiro autêntico a comandar e trabalhar, não os alienígenas, e os frutos de trabalho e investimento deveriam ser exclusivamente dos brasileiros (RIBEIRO, 2022, p. 39).

Isso autentica como Rocha considerava que o comércio de dinheiro entregue a mãos alienígenas, pela liberdade e falta de fiscalização dos bancos de depósitos, drenadas para o estrangeiro as economias, pela exploração dos capitais por banqueiros forasteiros e pelas companhias de seguros, fazem com que os recursos, que deveriam ser locais, chegassem aos limites da extrema penúria. (ROCHA, 1937, p. 32). Nesse sentido, enfrentar os problemas econômicos necessitava do estreitamento de laços com a política nacional, tal discurso é fundamental para a legitimação e o próprio investimento de Rocha em torno de possíveis intervenções no Rio São Francisco.

A arte de compreender essa realidade, enquanto texto, torna-se um recurso do entendimento contemporâneo sobre formas de expressar uma realidade (MARTINS, 2004). Dessa forma, projetos, obras, fábricas, fazendas, usinas, canais, mitos, verdades, realismos, barbáries, e sonhos, se tornavam construções, tanto antagônicas como autenticadoras da fé dos sujeitos: no progresso, no desenvolvimento, no moderno da indústria e do campo, e no nosso caso em específico, da transformação dos “sertanejos” em gente que poderia também dominar as técnicas modernas.

Entretanto, essa mesma fé, não poderia se esquecer das tradições, de suas gentes, dos rostos desconhecidos envolvidos na construção de “castelos” em meio ao “nada”. O primeiro assombro testemunhado e documentado sobre nosso objeto de estudo, traz à tona um outro lado do milagre de desenvolvimento nos sertões: aquele carregado de lágrimas de sua gente. Uma de nossas interlocutoras, dona Joana Camandaroba, professora, mulher negra e notável representante da literatura oestina, consegue sacralizar em seu livro “O último canto do cisne” (2004) um depoimento que representa o quanto, para além dos espíritos de progresso e desenvolvimento, ainda pairavam os humanos diante dos rituais que impregnavam a materialização do projeto de Rocha.

Era um dia tranquilo de outono no cerrado baiano quando “doutor” Geraldo Rocha também foi visto chorar por uma vez. Dia 24 de agosto de 1942, às vésperas da inauguração do Matadouro Sertaneja. Obra a todo vapor, operários, pedreiros e demais homens trabalhavam diariamente no avançar dos sonhos de doutor Geraldo. Eis que um empreiteiro identificado por Locéia “avisa que no dia 24 de agosto, dia de São Bartolomeu, é considerado dia santo para a gente da periferia e de que quem trabalha neste dia é sujeito a acidente de morte” (CAMANDAROBA, p. 186, 2004).

Segundo a tradição católica local, no período, muito presente nos membros das comunidades mais periféricas de Barreiras, acreditam que o santo tem função defensiva junto a Deus, convencendo-o a afastar os perigos por fórmulas misteriosas. 24 de agosto de 1942, Dia de São Bartolomeu. “Ninguém quer ir ao trabalho” (CAMANDAROBA, p. 186, 2004).

Em contrapartida, doutor Geraldo foi enfático: “Quem não comparecer ao serviço estará despedido. Tenho pressa no trabalho” (CAMANDAROBA, p. 186,

2004). Pedreiros e ajudantes sobem nos andaimes enquanto a manhã passava de forma tranquila... entretanto, às quatro horas da tarde, apareceu uma espécie de tornado americano, que varreu o local por certo tempo e fez tombar toda a frente do matadouro, matando dois operários, pedreiros e ferindo dez homens. Doutor Geraldo chega ao local do acidente e assiste ao desespero das viúvas desesperadas! “Queremos nossos maridos vivos... o senhor é o culpado, mandando trabalhar no dia santo do Senhor São Berto Lomeu! Que será de nós e nossos filhos? Quem vai criar nossas crianças?” (CAMANDAROBA, p. 186, 2004).

O relato de dona Joana é testemunho de um regimento em perturbação (STENGERS, 2018, p. 442), cujo bom senso pode ser alterado na relação do sujeito (que age, julga, conhece, crê etc.) e seus objetos (elaborados, julgados, conhecidos, imaginados etc.) e, nesse caso, construídos. Essa busca por determinado aspecto de “humanização” (e até mesmo romance) sobre a figura de Geraldo Rocha pode ser lida enquanto construção de um sujeito de que deixa de ser exótico aos olhos dos outros e passa a ser enxergado como “um sujeito comum”. Isso, em diferentes graus, acaba por impregnar aqui e ali, alguns discursos.

Partindo da premissa dos interlocutores que colaboraram com esse trabalho, conta-se que em meados da década de 1920 a 1930 o clima em Barreiras era um outro completamente diferente dos contextos contemporâneos, oriundos de desequilíbrios ambientais e sociais cada vez mais explícitos e impactantes. Dito isso, o suposto resultado de um acidente de trabalho que levou ao óbito de dois operários, ambos desconhecidos, assim como boa parte da história por trás deste “castelo mal assombrado”, podem ser interpretados como “providência divina”, uma vez que esta parecia ter se cansado de “concorrer para nossa manutenção e subsistência” (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955).

Nota-se que, desde períodos anteriores, a crença no metafísico e na forma como estas relações se interligam ao cotidiano, configurava algo quase sagrado. Os assombros sobre as grandes obras humanas perpetuam a história do complexo da Companhia Sertaneja e seus empreendimentos até os dias de hoje, cujo estado fantasmagórico apresenta, até então, outras relações. Do culto aos monumentos, aos dias santos, à fé das pessoas no poder público e em supostos milagres, tão esperados e que nunca chegaram na realidade de dilemas em torno das ruínas.

Mencionando outra vez, o discurso de Rocha e a Comissão do Vale do São Francisco (1955) o mesmo alertava para os perigos de uma “produção nacional anti-econômica” e sentenciava: “O deserto nos ameaça!” (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955). O tornado americano de dona Joana Camandaroba talvez figure como principal alegoria do maior de todos os assombros e que justificam as ações do presente trabalho: o deserto ainda nos ameaça.

5.2 Edificações simbólicas e materiais

Segundo Dona Ignez Pitta, uma destas interlocutoras das memórias em torno do Matadouro Sertaneja, não se perdia absolutamente nada dos bois abatidos, “até o berro”. Essa expressão diz muito acerca dos procedimentos industriais que foram rotina no matadouro, assim como a impressão que ajudou a construir as narrativas emergentes daquilo que outrora simbolizou a consagração do desenvolvimento agro-pastoril nos sertões do oeste baiano.

O processo industrial em torno das atividades de matadouros no Brasil, antes de qualquer coisa, vai além do espaço de produção de carne para consumo humano. A manufatura e a industrialização do alimento, na primeira metade do século XX, são responsáveis por criar novas relações entre as comunidades, os espaços e, por sua vez, a cultura. Nesse contexto inserem-se as atividades ocorridas no Matadouro Sertaneja, bem como os demais espaços do conjunto que hoje compõem o complexo de ruínas do Matadouro.

Assim como o Brasil que se vislumbrava um amplo campo de progresso e desenvolvimento, em meados da década de 1940, no coração dos sertões da margem esquerda do São Francisco, traços e retas davam forma a uma empreitada desenvolvimentista e monumental diante da economia crescente para os grupos dominantes do oeste baiano. Entretanto, faz-se necessário, assim como um corpo, exumar os vestígios das antigas ruínas para efeitos de criação de narrativas que possam representar os diversos sentidos que podem ser apreendidos do sítio histórico. De motor de desenvolvimento industrial à importância econômica, de símbolo das elites, ao abastecimento de frotas para a Segunda Guerra Mundial (MARLAN ROCHA, 1985), de exportador ao lento processo de desmonte e

arruinamento. Várias se tornam as faces do Matadouro e para dialogar com essas possibilidades, é preciso lidar e assimilar as representações históricas que perpassam as formas do Matadouro.

Conforme sugere Lucas Rocha (2016), a transição do modo tradicional de abate de animais para os modernos frigoríficos também representam a criação de novos discursos, em contraponto à destruição de outros que possam soar como “atrasados” diante das especulações e espaços para a modernidade. Um matadouro não é somente o local onde é efetivada a operação de transformar um animal vivo em carne para consumo, mas também um local que proporciona potenciais estudos relacionados às mudanças econômicas e geográficas na produção de alimentos e dos espaços habitados, dos elementos culturais sobre as práticas que envolvem a morte, das mudanças socioculturais em comunidades e cidades, das transformações na sensibilidade e nas relações entre humanos e outros animais (especialmente aqueles ditos comestíveis).

Vale ressaltar que, conforme as próprias fontes nacionais, pouco foi registrado sobre o processo de industrialização dos frigoríficos modernos. Os registros decorrem de um período bem recente, tanto por parte da criação de legislações específicas para o tratamento de carnes, como o surgimento de pesquisas que aliam o processo histórico dos matadouros às leituras de modernização de relações humanas de uma maneira geral.

Para nosso objeto, em específico, as fontes são rarefeitas, desconexas e, por vezes, indutivas, no sentido de que a história oficial do município de Barreiras, seja por meio de documentação da prefeitura, seja por acervos pessoais de memorialistas ou admiradores da história municipal, não conseguiu preservar o apanhado histórico necessário para representar aquilo que o Matadouro Sertaneja um dia já foi. Tal reflexo ocorre nas ruínas ainda existentes. Trata-se de vislumbrar o temido deserto, outrora maior medo de Geraldo Rocha.

Sabe-se que as atividades do Matadouro datam de 1943, com sua inauguração e início de seu funcionamento. Os demais elementos físicos, como os que serão tratados a seguir, derivam do imaginário popular que consideram as ruínas e seu passado, algo marcante para a história do município, seja por ter

abrigado a visita de presidentes, seja pela monumental produção de carnes e embutidos, ou, atualmente, como ruína e a deriva de seu futuro.

Nesse sentido, conforme aponta Lucas Rocha (2020), é possível pensar no contexto histórico de sua construção e funcionamento em conformidade às instalações de matadouros no Brasil. Inicialmente, como sucessor às práticas produtivas em desenvolvimento no Rio Grande do Sul, as Charqueadas, conforme reforça Antônio Bosi (2021):

As charqueadas foram indústrias rudimentares de carne em escala surgidas no Rio Grande do Sul a partir da década de 1870, concentradas na região de Pelotas. Elas antecederam os primeiros frigoríficos. Alguns deles se instalaram em antigas e decadentes plantas produtivas das charqueadas. Os lucros vinham basicamente da produção de carne seca e salgada, além de couro para exportação (BOSI, 2021, p.70)

Porém, ainda em:

Por volta de 1850 as charqueadas passaram a incorporar tecnologias mais complexas – máquinas a vapor - e a aumentar o tamanho das plantas produtivas. Se desenvolveram indústrias derivadas fábricas de velas, sabão e glicerina, extrato de carne, conserva, adubos, curtumes e couro, aumentando o faturamento e incrementando a economia provincial (BOSI, 2021, p.70).

Ainda segundo Bosi, apesar da relação com o modo de produção das charqueadas do sul do Brasil, os matadouros instalados durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, somente se ocuparam de preservar o manejo dos animais até o abate, além da árdua rotina de trabalho dos vaqueiros e açougueiros, herança da escravidão no Brasil (BOSI, 2021, p.71-71).

Diante disso, é possível vislumbrar que a implantação dos primeiros matadouros no Brasil compreende outros âmbitos que, para além do modo de manejo da carne, englobava a industrialização vivida nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, e às medidas sanitárias exigidas há décadas em países europeus que vivenciaram epidemias de doenças causadas pelo abate irregular e não sistemático de animais para o consumo humano.

Visto isso, um matadouro em específico, referencial na indústria da carne no Brasil, foi o Matadouro Santa Cruz, no Rio de Janeiro, inicialmente, conforme Lucas Rocha (2020), expoente das medidas sanitárias exportadas e experimentadas em países europeus, cuja maioria das cidades, com suas economias e sociedades estruturadas, criaram seus matadouros pela perspectiva do trânsito de animais em

local específico e poder eliminar o mau cheiro, o sangue, o barulho, além de tornar clandestino todo abate fora de seus domínios. Entretanto, carecendo do mesmo aprofundamento documental, que, como alertado anteriormente, não era uma prática comum.

A documentação relevante ao mapeamento da historicidade dos matadouros durante o século XIX exige não somente uma ampla análise documental, mas também a produção de entrecruzamentos que irão indicar coordenadas para compreender e representar um processo histórico em sua própria dimensão, sua singularidade e seus elementos potenciais (ROCHA, 2020, p. 24).

O autor, ao tratar do contexto do Matadouro Santa Cruz, reforça as questões de paradigmas técnico-científicos, fundamentalmente centralizadas na higiene, na engenharia e as demandas de desenvolvimento de grandes centros urbanos, tal qual a influência europeia. Ainda que não haja conexões diretas ao desenvolvimento das atividades do Matadouro Sertaneja, pode-se pensar no contexto nacional em torno de pensar nos espaços urbanos, o consumo e em consequente, criação de campos de produção industrial, exportação e a materialidade da prática mecanizada enquanto projeto civilizatório, mas também desenvolvimentista.

Este fator pode ser pensado devido a atuação de Geraldo Rocha com o Armazém e frigorífico “Cais do porto”. Empresa localizada no Rio de Janeiro, foi vislumbrada enquanto uma empresa de “grande utilidade e inestimáveis serviços prestados ao Brasil”¹². Conforme acesso à fontes jornalísticas, a mesma é descrita como uma necessidade do contexto da primeira guerra, ainda em 1919, reflexo direto da necessidade de introduzir no comércio exterior novas medidas que impulsionassem as exportações nacionais.

O jornal segue afirmando que o Brasil não exportava, até então, nada mais do que café, cacau e borracha em meados de final do século XIX, período que Lucas Rocha (2020) compreende como processo de modernização das práticas de matanças de animais, demandando não somente o domínio de novas técnicas por parte da tecnologia nacional como a adoção de prerrogativas que poderiam propiciar instalações adequadas à indústria, como território afastado do centro urbano, acesso a água e, principalmente, energia elétrica, realidade ainda pouco palpável, levando em conta as demais experiências nacionais:

¹² A empresa e armazéns frigoríficos do caes e porto.

Ademais, e substituindo a matança que até então era feita a golpes de machado, o sistema de matança a ser experimentado era o de golpes de choupa e estiletos que, segundo Ferreira Nobre, eram técnicas provenientes das utilizadas nos matadouros da Europa e da América do Norte. Assim, com as inserções de novas técnicas, novos saberes técnicos e científicos reorganizariam o matadouro em seus mais diferentes elementos e potencializariam aspectos de controle e aproveitamento dos mais diferentes corpos que passavam pelas salas de matança e pelo matadouro (ROCHA, 2020, p. 199).

Nesse sentido, o “Cais e Porto” é influência direta da adoção desses elementos. Considerada atividade de maior importância e preponderância se comparada às necessidades do momento de conflitos da guerra na Europa, sendo suas instalações consideradas as mais “modernas e perfeitas”, maiores da América do Sul, expoente de fabricação de frios no Brasil, com vastos armazéns, tornando-se ainda maior que o modelo inicial do Matadouro de Santa Cruz. A documentação aponta uma clara projeção do trabalho de Geraldo Rocha, tanto na sua participação como diretor da empresa no período, como nos seus planos de reproduzir, nos mesmos moldes e padrões, a instalação de atividades industriais em sua terra natal, o Além São Francisco, atual oeste da Bahia.

Em acesso à documentação da comissão que, posteriormente, forma a Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco, e em diálogos com interlocutores, forma-se um panorama de cenários que embasam o processo construtivo das edificações do Matadouro Sertaneja e a construção social dos símbolos que o matadouro também alicerçam no imaginário do município de Barreiras. Retornando ao discurso de Geraldo Rocha, anos após a experiência do “Cais do Porto”, em 12 de novembro, 1946, ele afirma e justifica:

Em país vasto como o Brasil, devemos fomentar a criação de centros de produção e consumo em várias regiões, combatendo os gigantismos urbanísticos que economicamente orenam a coletividade [...] Surgirão grandes centros agroindustriais no coração do nosso país, deslocando e impulsionando o potencial humano e fornecendo oportunidades à célula-mater da nacionalidade brasileira que é o nordestino, cuja inteligência e energia se manifestam, quando, escapando às dificuldades até então encontradas no solo natal, vêm lutar em meio menos áspero, mesmo em nossa pátria (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955).

Logo, não é em vão que a perspectiva desenvolvimentista se alastre pelos sertões são franciscanos, mais especificamente, em Barreiras, uma vez que o seu projeto ilustra e projeta, em termos de mudança de realidades, intervenções que poderiam conceder, em seu discurso, a melhoria da vida do povo. A possibilidade de estudar os simbolismos dessas narrativas se materializam nos potenciais dos

estudos arqueológicos em explorar os processos de silenciamentos e esquecimentos deliberados, desse modo, no presente, na compreensão de como o registro da memória contribui para a projeção de um futuro (HALL, 2006) e pode encontrar outros significados em torno do Matadouro Sertaneja, seus sujeitos, histórias, memórias e representações.

É o que nos diz Maria do Socorro Sobreira, 51 anos, natural de Barreiras, cuja toda infância e adolescência permeou perambular o bairro barreirinhas, que segundo a mesma, esteve muito presente nas práticas familiares em torno da igreja católica: missas, procissões, as festas do Divino Espírito Santo, “paneladas” de galinhada ou rubação às margens do Canal do Rêgo, dentre outras práticas que a memória sacraliza como algo identitário ao longo do tempo. E lá ao longe, conforme seu relato, a figura do Matadouro, ainda não completamente arruinado, mas já cercado de mistérios.

Dona Socorro, entretanto, traz isso pro campo de afetividade, de modo a ressignificar aquilo que boa parte dos interlocutores lamenta: o abandono do prédio do Matadouro. Dessa forma, vislumbra-se uma drástica mudança na paisagem daquilo que havia sido e aquilo que havia se perdido, sobretudo da perspectiva dos aparatos materiais que dão formas aos sentidos.

Imagem 25: Vista frontal do Matadouro Sertaneja, em meados de 1940.



Fonte: Acervo Napoleão de Mattos Macêdo.

A edificação em estilo arquitetônico art-decô, cujas linhas retas e sinuosas de estilo misto, remetem ao mais moderno, em termos de construção e indústria no período, e é de se pensar sobre como a imponência de sua construção tenha demarcado figuras específicas na paisagem de um local que sequer era considerado parte do urbano em Barreiras, bem como o próprio ato de construir, no “meio do nada”, progresso, desenvolvimento e oportunidades de trabalho. Rocha se utilizava disso, inclusive, em seus discursos:

Em Barreiras fiz alguma coisa para elevar o nível econômico daquela região, e o estou conseguindo, e isso deve estender-se a toda parte. É preciso fazer o mesmo em todos os afluentes do São Francisco [...] O latifúndio era necessário na etapa dos pioneiros, graças a ele pude construir em Barreiras e elevar o nível de vida das populações locais, fundando hospitais e cooperativas. Com o pouco capital de que disponho, se não fôsse latifundiário, não poderia fazer o que fiz e Barreiras não seria a cidade de maior progresso no sertão” (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955).

E esse progresso não se restringia às iniciativas do capital privado de Rocha. Como o mesmo menciona, a fundação de um hospital, o Eurico Dutra, e as cooperativas, até então voltadas à produção de arroz e tecidos, haviam sido autenticadas como representantes de que suas ações, acima de tudo, visavam o progresso humano da simples gente dos sertões. Entre a poeira e o concreto, a vida simples e a ambição dos modernismos, os cursos dos rios que podem servir aos homens e levar os tradicionais vaqueiros, figuras como Getúlio Vargas, em visita a Barreiras em 1950, demonstram que coube a Rocha a árdua missão de tornar visível os “invisíveis”. Naquele momento, o sertanejo, além de forte, supostamente, era o protagonista.

Imagem 26: Visita de Eurico Dutra ao Matadouro Sertaneja, 1946.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida

Imagem 27: Visita de Eurico Dutra ao Matadouro Sertaneja, 1946.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida

Como pontua, Érica Azevedo (2022), é necessário interpretar os diversos momentos que envolvem os sentidos em torno do Matadouro Sertaneja e lembrar que, antes do sertanejo ou do povo do sertão, ele é alicerçado em ideais ainda mais específicos:

Rocha é um nacionalista e regionalista, suas reflexões e escritas estão voltadas a preservação e valorização da cultura e economia brasileira. Além disso, ele demonstra em suas obras uma profunda preocupação com o progresso e o futuro do país. Quando Nacionalismo Político e Econômico (1937) foi publicada estávamos às vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1940 quando foi publicada Rio São Francisco Fator Precípua da existência do Brasil estávamos em meio ao conflito. Nesse momento, ideologias como o nacionalismo estavam a todo vapor. Em suas obras, o autor demonstra certa afinidade com posições antisemitas [...] Esse tipo de posicionamento não era exclusivo de Geraldo Rocha (AZEVEDO, 2022, p. 40).

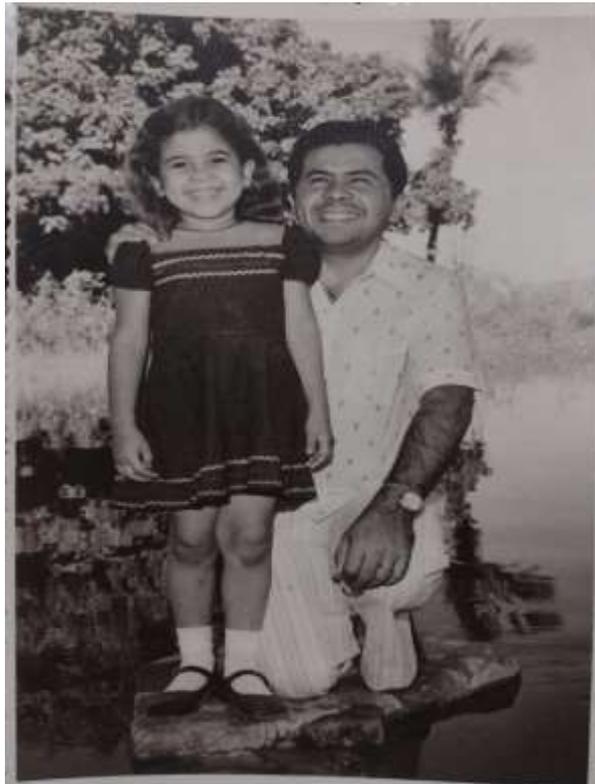
Logo, o Matadouro Sertaneja não era apenas símbolo de desenvolvimento e progresso, bem como da ascensão de nacionalismos políticos e econômicos que permeiam, inclusive, o posicionamento do Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, onde atua das mais diversas formas para se beneficiar ou para demonstrar sua importância perante os demais países latinos (LOCASTRE, 2012). Os interiores brasileiros sentiram isso, em menores e maiores graus, sobretudo nas políticas econômicas, ou na vanguarda dos “progressos”, tão esperados para regiões tão desiguais.

Dessa forma, é possível pensar que a figura de Rocha, enquanto suposto patrono e símbolo dos desenvolvimentos barreirenses, é intimamente ligado ao modo como construiu sua trajetória e as personificou em grandes obras. Todo o contexto social e político, na memória popular, acaba por suplantar-se uma vez que o mesmo, em sua figura, teria valorizado o regional, o local e se mostrado contrário “a qualquer interferência externa, mesmo que seja como mão de obra, pois isso diminuiria os postos de empregos disponíveis para as pessoas locais” (AZEVEDO, 2022, p. 41).

O reflexo disso é sentido na maioria das falas dos nossos interlocutores. Com dona Socorro não é diferente. Descendente de cearenses que vieram para Barreiras em meados das décadas de 1960 a 1970, esta se recorda bem dos grandes feitos de Rocha espalhados pela cidade: a usina Rocha, o Canal do Rego, a companhia Sertaneja, as fábricas de arroz, dentre outras pequenas indústrias, as pessoas, o comércio, os estrangeiros. Rocha havia trazido para Barreiras uma tarde de sonhos e para dona Socorro, aquilo é o que impregnava na memória.

Nos diz ela: “Na década de 70 o bairro de barreirinhas não era tão povoado, e quando passávamos, indo ou vindo pela rua principal, dava para ver de longe o matadouro que não estava totalmente em ruínas. Era uma casa antiga, que ainda tinha janelas na parte alta, que ficavam entreabertas, e eu ficava de longe olhando os detalhes, isso ficou na minha memória. Por duas vezes, passei com meus pais e minhas irmãs em frente, pois a Igreja Batista fazia os batismos no canal, após a Usina Rocha, onde fica uns pés de manga. Em uma dessas idas foi quando meu pai tirou foto comigo em cima de uma pedra que era usado por lavadeiras.

Imagem 28: Dona Socorro, interlocutora, com seu pai, às margens do Canal do Rêgo e do Matadouro Sertaneja, meados de 1960.



Fonte: Acervo pessoal.

Rocha, em uma de suas obras, *O Regimen da Propriedade no Nordeste* (1937) associa a construção das afetividades locais a algo que o mesmo descreve por “um feudalismo afetivo que não podia ser identificado em nenhuma outra parte do mundo” (ROCHA, 1937, p. 356). é possível associar sua autoidentificação enquanto sertanejo naquilo que também construía personalidade diante das pessoas, uma vez que “o chefe sertanejo é o amigo nato das populações pobres e

tira o seu prestígio da gratidão de seus concidadãos, pela assistência que lhes presta” (ROCHA, 1937, p. 356).

Não obstante, dona Socorro lamenta o fato de que, desde seu período nos estudos primários, já não ocorria uma valorização das histórias que a rodearam desde sempre: “Infelizmente, nas escolas não falava sobre Geraldo Rocha e seus feitos, como também, os adultos de uma geração anterior a minha falavam de forma reduzida, não sei se era devido eu ser mais nova, mas o que comentavam sobre o matadouro é que vendia carne pros EUA durante a guerra e o canal do rego era para o funcionamento das turbinas e que já não tinha serventia a muitos anos”.

Tais elementos são confirmados pelas biografias de Geraldo Rocha produzidas por Marlan Rocha (1985) e Eduardo Lena e Miriam Hermes (2009). Obras que, entretanto, já não precisam legitimar aquilo que todo o povo sabia: as heranças e construções de Rocha, seguiam tanto edificadas na paisagem de Barreiras, quanto nas paisagens da memória. Dona Socorro afirma que: “Foi durante a infância e pré-adolescência que vi quem era Geraldo Rocha, devido ao quadro com sua não foto no Hospital Eurico Dutra, ao qual tinha uma plaquinha abaixo da foto que dizia seu nome e que era o fundador. Isso aconteceu durante a internação da minha mãe naquele hospital. Na minha visão eu acredito que sem Geraldo Rocha, Barreiras não teria o progresso que teve, eu o considero um visionário, ele investiu na região e implantou ideias que eram inovadoras para a época e colocou em destaque o município de Barreiras”.

E não importava a figura de latifundiário da qual se servia Rocha, conforme o mesmo afirmou para a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) (AZEVEDO, 2022), pois “Mesmo ele sendo um pecuarista, já falava em plantação e do uso da irrigação. Ele não imaginava como a região oeste chegaria tão longe, que além da pecuária e a criação de cavalos de raça, a agricultura também teria destaque não só nacional, mas mundial”, nos diz dona Socorro.

O que, entretanto, não reflete em mais nada concreto para além das narrativas da história oficial, tanto do município quanto de suas célebres figuras, elemento muito comum aos interiores, e que por si só, corrobora com o movimento que constrói também a implantação, Brasil adentro, de um autêntico sistema representativo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009), cujos latifundiários e coronéis

reproduziam uma falsa “democracia política”, justamente pelo caráter de legado e trabalho em prol de seu povo, de sua gente. Nada disso importa a dona Socorro que nos diz: “Infelizmente, não se observa a preservação de todo o patrimônio histórico e cultural deixado por Geraldo Rocha, apenas os considerados mais importantes, e se não houver uma intervenção do município e breve, o que irá se perder na história será a Usina Rocha localizada no bairro de Barreirinhas”.

Sendo uma das primeiras interlocutoras a associar os problemas envolvendo o complexo de ruínas Rocha como algo do âmbito do patrimônio histórico e cultural. Esse movimento, contudo, ainda diz muito acerca da história de vencedores e oprimidos, sob os quais se erguem suportes para a memória, conforme nos diz Ecléa Bosi, ou o seu medo do deserto (igual Geraldo Rocha), ou o medo do “já não existe mais”.

Todavia, a memória não é oprimida apenas por que lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também por outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos (BOSI, ANO, p. 31).

Nos utilizando das falas de dona Socorro, o que passa despercebido, perante o conflito sobre o estado atual das edificações físicas e simbólicas do Matadouro, perpassa a memória política e os diversos interesses em torno de como guiar esta. Ainda na esteira de Ecléa Bosi, uma natural necessidade de reconstruir e reinterpretar os acontecimentos, sob os quais os interlocutores participaram e/ou foram testemunhas, de modo a restaurar (e no caso do nosso objeto, literalmente) os estereótipos que se tornam oficiais, “necessários à sobrevivência da ideologia da classe dominante” (BOSI, ANO, p. 31).

Diante de relações cercadas de saudades, agradecimentos, gratidões, saudosismos, e outra infinitude de afetos que tanto o material e o simbólico não conseguem dimensionar, percebe-se nos vínculos das pessoas que as mesmas são frutos do conflito, do abandono, do inacabado, ou do prometido pelo poder público e outros agentes. Conflitos esses que são ambíguos, no sentido de tanto fomentar o medo do desaparecimento da memória, como também no alimento da discordância das pessoas, sobre o que de fato deve ser feito, uma vez que o campo do patrimônio cultural também é um campo de guerra, e nesse campo “as guerras antigas e novas

tornam evidentes a transitoriedade e o valor de todas as coisas” (BIEHL, 2020, p. 33).

Sendo assim, as edificações do Matadouro Sertaneja, o que foi e o que restou dele, atuam como meros elementos nas paisagens da memória barreirense. Clóvis Ramaiana (2016) afirma que a historiografia, tal qual uma novela, colabora com a construção de enredos, tramas, conexões, personagens, acontecimentos e fragmentos do passado que chegaram até o presente. Nesse sentido, a historiografia, aqui sendo um parceiro fiel e indissociável do método arqueológico, a seguir, também constrói enredos no que diz respeito à investigação de vestígios, de personagens e eventos, cuja existência pode ser observada como uma trama.

Dona Socorro e Geraldo Rocha, personagens aqui, são representantes de práticas de sociabilidade que remetem à construção de novas relações sociais, cada um em seu tempo, assim como demais sujeitos que compartilham, diante do Matadouro Sertaneja, espaços de significados. Ora lembrando daquilo que foi construído, ora lamentando o que já partiu: novas sociabilidades e o impedimento de outras, mas constatando que as edificações do Matadouro, por si só, dialogam diretamente com aspectos de identidade, memória e história, que pouca, ou quase nenhuma, atenção teve até o momento.

Nas palavras de Clóvis Ramaiana (2016), diante do que cai ou é destruído, os agentes históricos movimentam-se no sentido de preencher, de escrever sobre aquilo que está em decadência (p. 137). Por essa perspectiva, também lembrar, contar, ou reproduzir, para que não se esqueçam daquilo que amamos e que dessa maneira também se possa “viver para sempre”, junto com os grandes personagens das histórias e narrativas oficiais, como um legado que possa também ser construído, como matadouros, usinas e canais. Eternizar-se pelos grandes feitos, como diz dona Socorro sobre Rocha e suas obras, ou conforme Adélia Prado, eternizar-se por tudo aquilo que a memória amou.

5.3 Memórias e arruinamentos

Cerca de 82 anos separam a inauguração do Matadouro Sertaneja de seu atual estado de arruinamento e do presente estudo que buscou investigar os processos em torno de seu auge, degradação e transformação em diversos

símbolos, de progresso, desenvolvimento e, até mesmo, abandono. O objeto, nesse sentido, assim como todo o passado e suas interrogações, é vislumbrado da perspectiva de uma grande encenação, conforme os métodos disponíveis.

Diante das lacunas inerentes ao passado, o método investiga todos os recursos possíveis ao roteiro do Matadouro Sertaneja: imagens, narrativas, memórias, figuras de linguagem, que vão construindo uma paisagem. Dessa forma, a maneira como a paisagem do sítio histórico é revelada, surge uma outra enterrada sob a moderna e contemporânea Barreiras. A paisagem demonstra, sobretudo, que a cidade é feita de esquecimentos e lembranças. Materializado pelas suas ruínas, o sítio histórico se pretende enquanto meio de se reconstruir o próprio passado.

Partimos, no processo de compreender o arruinamento do Matadouro Sertaneja, dos contextos econômicos e políticos que demonstram ter tido impacto significativo para o encerramento das atividades do matadouro. Segundo Andrei Valente (2017), a expansão do mercado de gado e o melhoramento dos rebanhos baianos haviam crescido de maneira significativa a partir da década de 1920, o que contribui para compreender os processos de transformação das economias de gado nos interiores baianos, dialogando especialmente com a conjuntura nacional, desde a ascensão dos métodos modernos de abate:

Não se tratava de um crescimento apenas local ou regional, mas nacional. Após o término da Primeira Grande Guerra, os órgãos federais do país começavam a perceber que algumas mudanças significativas vinham ocorrendo neste mercado, sobretudo nos principais Estados produtores. O relatório do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, avaliava em 1921 essa mudança: “até alguns anos atrás importávamos do estrangeiro gado em pé e xarque. Após a guerra a exportação de produtos animais cresceu vertiginosamente, tendo nos últimos seis anos um aumento superior a 200%” (VALENTE, 2017, p. 102).

A influência de multinacionais do comércio de carne refletiam na instalação de frigoríficos pelo país, isso somado ao contexto das guerras acabou por reorientar o destino das produções de carne como: conservas em lata ou corned-beef e boileb-beef, dentre outros embutidos, de modo que esses produtos se tornaram, progressivamente, mais procurados devido à destinação das melhores populações bovinas, que antes não passavam pela produção mecanizada. Pedro César Dutra Fonseca (1987) denomina esse período como “a construção e amplificação do capitalismo por Vargas” (p. 63), levando em consideração os investimentos estatais no desenvolvimento do capital monopolista.

A Bahia, no período, vai circular como o estado mais rico diante da produção de carne no nordeste, crescendo a cada ano até meados de 1950.

Tabela 01 – Produção bovina nos estados do Nordeste

Classificação	Estados	Quantidade de cabeças de gado.
1	Bahia	2.413.042
2	Piauí	975.722
3	Pernambuco	694.785
4	Ceará	536.186
5	Paraíba	408.856
6	Alagoas	360.367
7	Rio Grande do Norte	292.138
8	Sergipe	290.802

Quantidade de gado nos estabelecimentos rurais dos estados do Nordeste em 1920. Extraído da tabela 55, p. LXVI¹³

Cabe mencionar que, para o que era considerado sertão do São Francisco, os dados são ainda mais rarefeitos, tendo alguns vestígios de jornais e interlocutores, vinculados às antigas atividades da Companhia Sertaneja, que dimensionam o comércio de gado e sua produção decorrente nesta região. A antes mencionada, Comissão do Vale do São Francisco (1955), relata o estabelecimento e valorização dos rebanhos para Barreiras em 1940 a partir das atividades da Companhia Sertaneja de Geraldo Rocha.

O transporte das boiadas determinava um prejuízo jamais inferior a 30% nas estradas, e por esta razão, um boi de quatro anos era vendido por cinquenta cruzeiros em 1941, quando iniciadas as atividades no sertão. Era imprescindível industrializar in loco o gado de corte e, utilizando, o rio, fazer chegarem os produtos proteínados a Petrolina e Joazeiro, onde, utilizando as ferrovias e rodovias, atingem os mesmos aos centros consumidores do Nordeste. Instalamos em Barreiras, utilizando as forças hidrelétricas que obtivemos com o canal do Rio de Ondas, um matadouro moderno, considerado pelos técnicos oficiais como modelar, com instalações

¹³ Recenseamento do Brasil. Agricultura: Superfície territorial, área e valor dos imóveis recenseados. Categoria e nacionalidade dos proprietários. Systema de exploração rural. Recenseamento do gado. Typ. Da Estatística: Rio de Janeiro, 1923. p. 66.

frigoríficas, aproveitamento de subprodutos e o número de reses abatidas cresce na proporção de mais de 2.000 por ano (COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, 1955).

Em 1941, a tipografia da Companhia Sertaneja, emite um parecer sobre a empresa denominado “Rumo ao oeste” dando contas ao interventor federal na Bahia, na cidade de Salvador, a respeito da pecuária desenvolvida no local e as atividades do matadouro que viria a inaugurar, enfatizando a ampliação e aproveitamento das zonas irrigáveis do alto Rio Grande, de modo a balizar a fundamentação de suas atividades pela construção de barragens e canais, como o Canal do Rego, fornecendo subsídios essenciais para a atividade industrial: acesso a água, criação de centros de rebanhos e diminuição das mortandades dos animais em momentos de crises meteorológicas.

Novas turbinas serão installadas em frente a Barreiras, aproveitando o potencial das águas do rio de Ondas para accionar as marchinhas do matadouro e fabrica de “corned-beef” e de produção de banha, utilizando-se assim todos os productos da industria animal. Na região abundam, como se disse, fructos sylvestres, taes como o cajú e a goiaba, que serão aproveitados para exportação, fornecendo-se assim mais um elemento de trabalho e conforto às populações locais, afim de evitar o exodo das mesmas para o litoral. Prensas para oleo de mamona e algodão e marchinhas de beneficiar arroz serão também montadas desde logo no local em apreço (ROCHA, 1941, p.6).

Além dos potenciais produtivos, a publicação enfatiza a vinda para Barreiras de reprodutores indianos escolhidos entre os melhores criadores, garanhões de puro sangue inglês para a melhora do rebanho equino, suínos e caprinos de várias raças, bem como todo o suporte necessário para que a produção pudesse adentrar o rol de exportações. Todo esse esforço colocaria Barreiras em melhores situações econômicas, assim como as zonas industriais do litoral, com a diferença de que esta detinha espaço, recursos e gentes para que o empreendimento fosse à frente. E de fato, foi.

Dona Ignez Pitta de Almeida, interlocutora, reforça que até 1945, o Matadouro Sertaneja, obteve seu auge em torno das exportações, o que dialoga com o “Rumo ao Oeste” vivenciado pelo país e com a utilização da Companhia Sertaneja do comércio pelo São Francisco, pelas vias ferroviárias que levavam os produtos até o norte do país, além do impulso da Segunda Guerra Mundial. Relatos também dão conta de que o Aeroporto regional de Barreiras serviu de grande entreposto comercial para transporte dos enlatados e embutidos para o exterior, sobretudo as

tropas aliadas. A política internacional também se fazia presente no chão da fábrica, nas cidades, campos e rebanhos, elevando o Matadouro Sertaneja a um dos maiores da América Latina (MARLAN ROCHA, 1985), ficando este período consagrado pelo sucesso da indústria agro-pastoril.

Entretanto, ficou claro depois que somente a atitude dos municípios não seria suficiente para dar celeridade ao processo de escoamento da produção. Havia a necessidade de “facilitar através dos sertões as vias de transportes, encurtar distancias e impulsionar o “progresso”, com a fácil saída da produção nas vastas e riquíssimas regiões do nosso Estado”. Era preciso dar suporte, dar estímulo à “força realizadora da grandeza econômica da Bahia, que tem sido e há de ser o maior expoente na revelação da prosperidade nacional” (VALENTE, 2017, p. 118).

Autenticando o que dona Ignez afirma: “no Matadouro, só não se aproveitava o berro do boi”. Se aproveitava o momento, os animais, as carnes, as paisagens, as gentes. Em 1945, a companhia agro-pastoril Sertaneja torna-se referência nacional em termos de produção.

Imagem 29: Propaganda do Matadouro Sertaneja na revista “O Amanhã”, Rio de Janeiro, 1945.

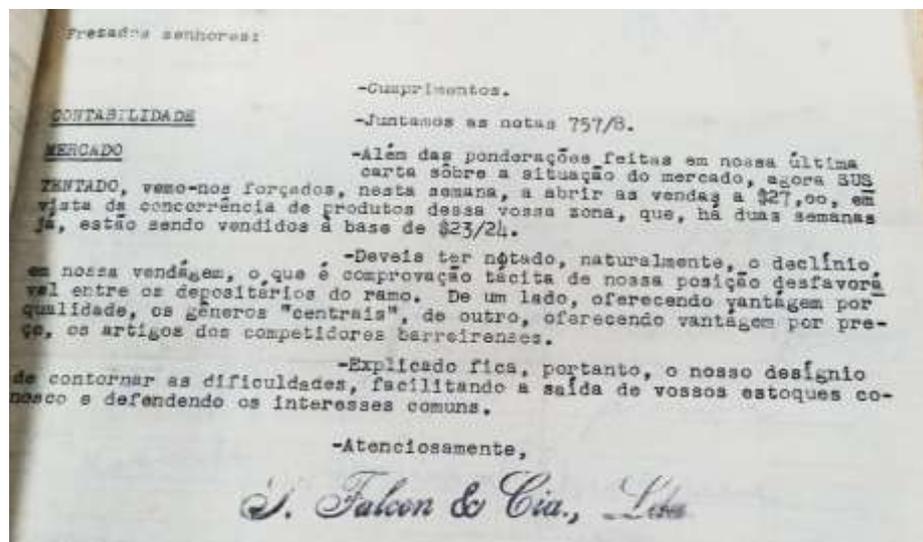


Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Entretanto, em meados da década de 1950, início de 1960, algo nesse mesmo cenário nacional ocorre, especialmente do ponto de vista econômico e

político, a Segunda Guerra Mundial já havia se encerrado e as atividades no Aeroporto de Barreiras decaíram bastante (MARLAN ROCHA, 1985), faz com que as atividades do Matadouro também decaíam e a companhia passe a lidar com perdas, credores e calotes. Em acesso a documentos, correspondências e livros-caixa da Companhia Sertaneja, por volta de 1955, é relatado para clientes e distribuidores o natural “declínio das vendas” e uma “posição desfavorável” no ramo. No documento em questão também se salienta que a “qualidade dos produtos” não estava sendo levada em conta por compradores se comparados a serviços mais baratos, colocando os produtos barreirenses em desvantagem estratégica.

Imagem 30: Correspondência da Companhia Agro-pastoril Sertaneja S.A., 26 de setembro de 1955.



Fonte: Acervo do Núcleo de História e Memória do Oeste – NUHMOB

Conforme documentos do acervo de Ignez Pitta, Orlando da Rocha Carvalho, um dos sócios da Companhia Sertaneja, afirmou, em relato, que a própria construção do Matadouro representou uma centralização de zonas de produção e transporte de carnes para centros mais populosos, entretanto, a instauração de uma ditadura civil-militar em 1964 teria sido crucial para o fim definitivo das atividades do Matadouro e dos “tempos de grande prosperidade”:

“Com o matadouro, tivemos uma grande era de prosperidade para a pecuária da região, vez que abatiam todos os gados que apareciam aqui e ainda mandavam ir buscar em Goiás, grandes levas de gado para abate, chegando a abater mais de 1500 bois num ano, e aí funcionou bem, até que

com a revolução, o governo entendeu de montar capitânicas de porto em Juazeiro e Petrolina. Esses almirantes entenderam que as pequenas embarcações (gaiolas) do São Francisco, de 100 ou 200 toneladas, deviam ter o mesmo regulamento dos navios de alto-mar, e o resultado foi que todas as empresas tornaram-se deficitárias e o governo achou por bem acabar com esse transporte, que era o único meio de comunicação que tínhamos para levar as nossas mercadorias. Assim tivemos que desativar o matadouro, porque a Panair (empresa que administrava o Aeroporto de Barreiras) foi falida, encampada e destruída pelo governo da revolução, e ficamos sem meio de transporte, pois não havia estrada de rodagem, por isso tivemos que desativar essa indústria incipiente de Barreiras”.¹⁴

O que Orlando Rocha de Carvalho denomina “revolução” ou “governo da revolução”, na verdade, trata-se de ações orquestradas pelo estado para garantir uma aceleração progressiva sobre a economia brasileira, contando, principalmente, com parcerias público-privadas e de capital estrangeiro. Essa empreitada que se instaura por vias ditatoriais na década de 1960, nada tem haver com o nacionalismo, progresso e desenvolvimento, que supostamente preconizava as empresas da Sertaneja S.A., mas em investir em novas bases técnicas.

A leitura acerca desse processo, segundo Caribé, “abrange as mudanças nas bases técnicas de produção, para a modernização compulsória, motivada em grande parte pelo Estado (CARIBÉ, 2012, p. 176). O período de 1967-1981 no Brasil agroindustrial é de grande oferta de concessão de créditos e subsídios para o consumo de insumos e implantação de um “padrão técnico-econômico” (RAGEYAMA apud CARIBÉ, 2012, p. 177). Era necessário incentivar investimentos no setor para “garantir condições de mercado e transformá-lo no padrão dominante” (CARIBÉ, 2012, p. 177). Por essa perspectiva, percebe-se que o incentivo do governo já não se interessava tanto assim em uma marcha para o oeste que valorizasse sua gente e seus mercados. O que havia ficado pelo caminho, foram justamente àqueles que, naturalmente, não mais eram os protagonistas do desenvolvimento e progresso na região.

Nessa esteira adentra outro de nossos interlocutores, Juarez José dos Santos, 63 anos, ou “Juaza”, como gosta de ser denominado. Juaza é um dos moradores mais antigos da Rua das Turbinas, endereço das ruínas, lembrando inclusive de quando tudo era ainda muito rudimentar nos arredores: ruas de barro, casas de pau a pique, currais, chiqueiros, pocilgas, assim como as feiras, os

¹⁴ Desenvolvimento de Barreiras na época da 2ª Guerra. Entrevista com Orlando de Rocha Carvalho. Fonte: Acervo Dona Ignez Pitta de Almeida.

vizinhos, os alagamentos proveniente das constantes cheias no Rio Grande, dentre uma série de miudezas que dão conta que, para esse outro lado da cidade que crescia, o suposto progresso e desenvolvimento ainda custava chegar.

As maiores memórias de Juaza em torno do Matadouro se concentram na lembrança de seu pai, seu Valdomiro José, que devido sua prática de venda de carnes constituía uma rara parcela da sociedade barreirense no período, que eram aqueles que realizavam compras diretas no Matadouro de carnes e derivados. Em meio às memórias da antiga barreirinhas, Juaza relata como foram as experiências de ir ao Matadouro, ainda em atividade: “Para chegarmos ao matadouro a gente passava por várias pinguelas que existiam no canal (do Rêgo), quando chegávamos na frente do prédio, nós crianças não podíamos adentrar, ficávamos esperando debaixo dos pés de manga que existiam na frente. Mas dali era possível ver o pessoal, os funcionários salgando as carnes, pai entrava pela frente e depois a gente ajudava ele a levar as coisas pra casa”.

Porém, mesmo não conseguindo adentrar, ele segue relatando sobre os barulhos dos maquinários, a vista dos mobiliários que ficavam na recepção, descreve pessoas e as roupas que utilizavam: “O pessoal trabalhava de branco, calças longas, a maioria sujas de sangue e fuligens, mas naquela época já havia pouco pessoal. Conforme o matadouro foi encerrando as atividades, provavelmente no meio da década de 1960, já era perceptível a baixa de funcionários na época”.

Consonante a isso, ele relembra que o fechamento total do Matadouro quase não foi sentido pelas pessoas: “Foi um impacto razoavelmente baixo, os preços já eram mais acessíveis na época de meu pai, o que não mudou foi a gente continuar subindo pro canal pra banhar, pra lavar roupa, pra participar de atividades da escola, haviam muitas paneladas na beira do rêgo. Fora que minha família trabalhava pra Alberto Linz (empresário local), que tinha um chácara aonde começava o canal do rêgo, então nosso maior convívio era ali. Tinha muita gente ribeirinha, tinha muito pescador, gente que trabalhava com lavagem de roupas, então assim, o matadouro mesmo, não impactou isso, a principal atração era o rêgo”.

Nesse diálogo sobre o processo de abandono do Matadouro, da usina e do canal, Juaza percorre um antigo mapa desenvolvido pela SUVALE, atual, CODEVASF. Através do mapa, o mesmo relembra como o canal foi essencial para o

estabelecimento de moradias, em período que água encanada ainda não era uma realidade, bem como o uso do canal para irrigação de plantações próximas, de atividades diversas que demonstram como a comunidade, para além do que havia sobrado do contexto desenvolvimentista da Sertaneja, haviam caminhado, sobrevivido e se adaptado àquilo que outras paisagens, menos prestigiadas, poderiam oferecer. No mapa das memórias de Juaza, o que permanecia vivo eram as pessoas, sua própria gente, e como isso dizia muito sobre sua própria identidade.

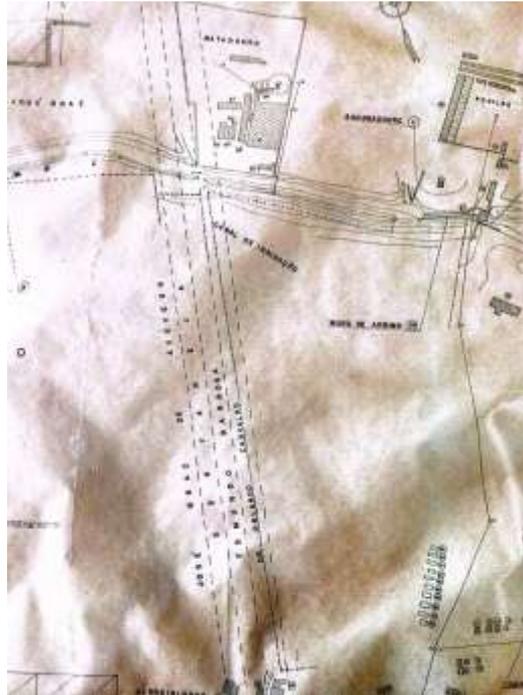
Imagem 31: Juarez recriando seus caminhos e suas lembranças através do mapa da SUVALE.



Fonte: Acervo pessoal.

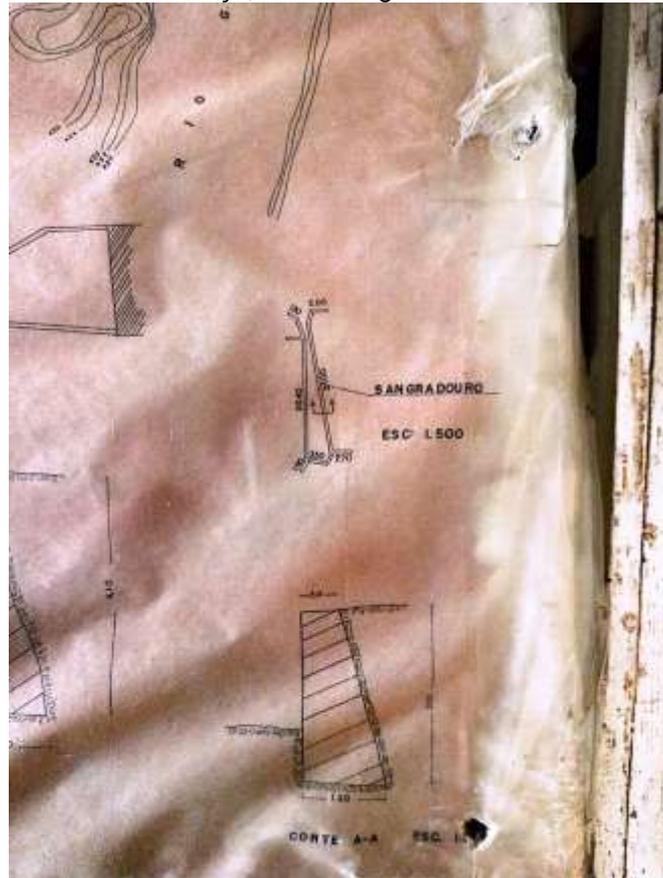
O mapa, que faz parte do acervo da biblioteca municipal Napoleão de Mattos Macêdo detém uma vasta reprodução dos espaços tanto do canal, do matadouro, usina e demais elementos que já se perderam na paisagem transformada da atual barreirinhas, cenário do nosso objeto.

Imagem 32: Mapa da SUVALE da região do matadouro, canal e usina.



Fonte: Acervo da biblioteca municipal Napoleão de Mattos Macêdo.

Imagem 33: Mapa da SUVALE da região do matadouro, canal e usina. Recorte de elementos da vizinhança, como sangradouros.



Fonte: Acervo da biblioteca municipal Napoleão de Mattos Macêdo.

Nesse mesmo processo de refazer as memórias por meio de também recriar trajetos, ruas, casas e pessoas, é que conhecemos outras interlocutoras: Margarida Conceição Santos, 81 anos, e sua filha, Eurides Conceição Santos, 60 anos. Ambas vizinhas do Matadouro e das demais ruínas, viveram toda a vida por ali. Estabeleceram moradia irregular, prática comum antes da década de 1980 e a regularização oficial de loteamentos e bairros, viram todo o processo de abandono e arruinamento das estruturas da Companhia Sertaneja, lembrando inclusive, que, um de seus principais encarregados, Silvano Catarino Cardoso, funcionário do Matadouro, foi um dos principais responsáveis por ajudar a comunidade que ali se estabelecia.

Relembrem a importância fundamental do Canal do Rêgo, o funcionamento da Usina Rocha, entretanto, nunca usufruíram de energia elétrica do estabelecimento, somente após a chegada do órgão estatal anos mais tarde. Entretanto, o fechamento do Matadouro, segundo as duas, também não tinha sido tão sentido, “sequer percebemos”, relatam. “Na verdade, não só a gente aqui, como um monte de outros moradores, uns já morreram, outros se mudaram, de mais antiga aqui mesmo, tem eu (dona Margarida), que ainda estou por aqui. Daquela época, o seu Silvano doou muita coisa pra gente, doou porta, janela, bloco, telhas, muita gente cobria as casas com lonas, tinha parede de barro, não tinha muitas condições, então ajudou muita gente. Outra coisa, foi a doação dos terrenos, aqui mesmo, era onde ficavam os porcos (pocilgas presentes no mapa da CODEVASF), as paredes ainda são as mesmas daquela época”.

E assim, guiando o recriar do ambiente como um passeio, as duas conduzem seus relatos aos corredores de suas casas, melhoradas ao longo do tempo, mas ainda preservando as paredes das edificações das pocilgas e chiqueiros que abasteciam o Matadouro. “Isso aqui ficou pra gente que já morava aqui, e foi muito bom, por quê aqui eu criei meus filhos, criei ela que ainda está aqui comigo (dona Eurides), agora tem os netos e eu não pretendo me mudar daqui”. Na ocasião, inclusive, ela mencionou o projeto de criação de casas populares, outrora mencionado aqui, mas que não abrangeu sua residência, “por estar mais afastada de onde passava o canal, cerca de 30 metros”, mas que para ela, havia sido bom, uma vez que no novo local, “O pessoal vivia se queixando de muita dificuldade. Dificuldade por dificuldade, aqui eu já estava acostumada, fora o trabalho etc.”

Indagada sobre o que a mesma considera sobre o estado de arruinamento do Matadouro, dona Margarida disse que “seria muito bom”, mesmo com a deterioração oferecendo tantos riscos. “Seria bom, mas não sei. É a nossa história, não é? Eu mesmo não teria isso aqui, acho que não teria ninguém aqui. Bom mesmo seria se ainda tivesse o Rêgo para a gente poder usar. Era muito bom ter um canal na porta de casa”. Quando questionada se sentia saudades do canal, a mesma responde: “Muita. Era a melhor coisa que tinha por aqui”. Nesse ponto, materializa-se, pelo aterramento do canal, a maior mudança da paisagem perante os interlocutores, o fim do canal e do braço do Rio de Ondas. Se o que restava era lidar com os restos do que havia sido a região do Matadouro, pior ainda era a própria ruína da paisagem e da fonte principal dos modos de vida ali remanescentes: o fim do canal. Aqui, presencia-se também o deserto, outrora tão temido, agora concretizado.

Imagem 34: Dona Margarida e sua filha, dona Eurides, as mais antigas moradoras do entorno do Matadouro.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 35: Paredes remanescentes da antiga estrutura das pocilgas, chiqueiro e sangradouro do Matadouro. Local onde construíram suas casas atuais.



Fonte: Acervo pessoal.

Nesse ponto, essa pesquisa se encontra com aquilo que tanto quis desvendar: o que restou? Ou no caso dos interlocutores, que restos teriam sobrado de um espaço social forjado, remodelado e, posteriormente, abandonado ao arruinamento? No relato de dona Margarida, assim como dos demais interlocutores, um ponto chama bastante atenção: o valor afetivo, sobretudo, ao rio. Ou sua não-existência. Acima de tudo, a saudade. Atualmente, emboscadas pela especulação imobiliária, dona Margarida e dona Eurides observam a mudança da paisagem de modo a desconhecer, quase, absolutamente tudo. A elas foi negado, por processos políticos e econômicos diversos, a preservação de melhores condições de vida.

Entretanto, os discursos de desenvolvimento e progresso assumem as narrativas e memórias da história oficial, desprezando os efeitos disso em torno das desigualdades regionais. Uma relação comum em uma terra que considera progresso e desenvolvimento somente aquilo que fomenta o capital e a destruição material e simbólica de modos tradicionais de vida. Para essa história oficial a

paisagem torna-se heterogênea, desprezando sujeitos, vidas, afetividades, memórias e lembranças, sobretudo, da paisagem.

Sobre isso, pensar numa paisagem heterogênea é fomentar essas desigualdades, conforme aponta Anna Lowenhaupt Tsing (2021) ao pensar sobre a gênese de terrorismos ambientais, as consequências das ações humanas e como programas imperiais e industriais modificam a terra e a água das populações em nome do capital:

Uma melhor descrição começa com experiência e pesquisa baseada em campo. Cientistas de campo naturais e sociais sabem algo sobre a relação entre lugares e as matrizes nas quais eles estão imbricados, e isso abre espaço para a importância de desigualdades regionais. Estudos sobre o Antropoceno devem considerar justiça social. Inversamente, preocupações ambientais devem ser reincorporadas em análises de justiça social. Para a saúde pública, direitos indígenas, justiça alimentar e a mera sobrevivência, mobilizações humanas precisam dar mais, e não menos, atenção aos não humanos (TSING, 2021, p. 178).

Logo, o que restou para os remanescentes das gentes do sertão, dos sertanejos, vaqueiros, operários, ribeirinhos, lavadeiras, donas de casa, viúvas de operários, vizinhanças, dentre outros personagens dessa trama e suas mais diversas perspectivas, foi a completa ausência de políticas públicas, de renda, de justiça social. Esses aspectos foram sendo forjados, quase que na marra, na vontade. Para essas pessoas, a paisagem do progresso e desenvolvimento se materializou no maior medo, outrora mencionado. Tudo ainda estava se perdendo em um imenso deserto.

Imagem 36: Vista frontal do Matadouro já em ruínas. Meados de 1990.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

5.4 O deserto do desenvolvimento

Em “Breves memórias da terra-do-já-teve”, Claudio Wanderley e Luiz Espanha (2019) iniciam sua escrita dizendo que a personagem principal de seus relatos, que cruzam narrativas e memórias, seria uma “cidade do oeste baiano chamada Barreiras” (p. 3) e questiona: “São fotografias de um tempo, de uma gente que não existe mais. Será?” (p. 3). Seu questionamento torna-se um dos guias basilares acerca do método investigativo adotado para o nosso objeto, uma vez que entre lembranças, documentos e publicações, as coisas se misturam entre narrativa e vivência.

Cabe mencionar que o objetivo de investigar os restos e vestígios do Matadouro, enquanto elemento central do complexo de ruínas da Companhia Sertaneja, deu-se devido a sua dimensão material e inexistência de estudos anteriores, com exceção das ruínas da usina, já mapeada em outros trabalhos e a inexistência de vestígios do antigo canal. Dessa maneira, pode-se acessar o local das ruínas e vislumbrar sobre o mesmo, uma análise arqueológica e arquitetônica. Dessa forma, foi possível atestar, de antemão, que: sim. A “terra do-já-teve” existe. Entretanto, não está morta, de fato. Ainda vive:

As lembranças da terra onde nasci e criei raízes, gerei filhos e plantei sonhos, agora mandam em mim. Não são recordações movidas por perdas e saudades. São vivências, histórias, que fizeram de mim o que eu sou. Histórias que não são minhas, mas de uma cidade que ainda povoa a memória dos homens e mulheres da minha geração, e povoará a de gerações futuras (WANDERLEY, ESPANHA, 2019, p. 9).

Essas vivências, entretanto, encontram na memória atual outras narrativas, histórias e personagens, muitos que sequer dimensionam o contexto histórico empregado sobre nosso objeto ou a própria estrutura restante do Matadouro. Parte disso encontra-se nas diversas intervenções realizadas sobre a área do matadouro, nunca da perspectiva do patrimônio histórico e cultural, mas sim, sob a demanda de dar ao espaço ares de novos usos e sentidos.

A primeira e mais significativa, em 2007, sob a gestão do prefeito Saulo Pedrosa (o mesmo que encabeça a gestão que aterrrou o antigo canal em 1995) que inaugura o Complexo Esportivo Deputado Luiz Braga, renomeando inclusive a própria área do Matadouro original, esse processo conta com uma série de limpezas, já ocorridas anteriormente, com intuito de melhorar os espaços, agora voltado à

prática de esportes como futebol, basquete e natação. Essas limpezas, que retiram, inclusive, vestígios de boa parte do que havia do matadouro, terminam por eliminar uma centena de informações em superfície do ambiente. As características do terreno e da antiga edificação poderiam oferecer requisitos básicos na compreensão do sítio, desde sua instalação e funcionamento.

Parte dessas ações, decorrentes do poder público municipal, se alinham ainda com o desejo de seguir modernizando os espaços urbanos de Barreiras. Dar novos sentidos e usos às áreas do antigo matadouro também refletia sob a dessemelhança que aquele espaço produzia dentro do território, que agora possuía outros motores desenvolvimentistas e de progresso, como o agronegócio, gestado na década de 1960 e estabelecido nos dias atuais.

Nesse contexto de modernização associado às rodovias e, localmente, especialmente ao agronegócio irrigado e toda a circunstância que ele dispõe/impõe, algumas questões devem ser pontuadas. Partes da cidade perderam seu valor comercial, sobretudo a área do atual Centro Histórico onde algumas atividades deixaram de ser priorizadas ou mesmo rentáveis. O rio deixava definitivamente de funcionar como principal meio de tráfego e escoamento de mercadorias, uma vez que suas águas baixaram significativamente, para servir de despejo de esgoto em situações sanitárias ruins e servir ao abastecimento de lavouras com os pivôs. Na obra “Traçando Barreiras” os problemas do rio nessa nova Barreiras ficam mais evidente quando o poema de Vinícius Lena aponta como um “Rio Grande...lágrimas”, “Nestas ondas como antes ninguém mais faz natação. Trouxe-me a morte o progresso? (DA CRUZ; LENA, 2016, p. 10)”. Outro exemplo pode ser extraído do jornal Folha de Barreiras que apresentou em suas páginas debates sobre os projetos de colonização, expansão da irrigação e outros, chamando atenção para a devastação do cerrado em consequência de um modelo não sustentável. (MORAES e CORRÊA, 2018, p. 07)

Com essas informações acerca do que acontecera na cidade durante os anos finais de funcionamento do matadouro e após, tanto seu fechamento quanto da usina, é possível vislumbrar o porquê dessa área ter passado por um processo de marginalização. A isso, por último, soma-se o Canal, que em dado momento, transforma-se em problema sanitário, visto sua poluição e as constantes cheias e alagamentos. Logo, atribuir novas funções ao espaço em ruínas era mais que necessário, mas uma necessidade.

Diego Corrêa (2018) afirma que a não assimilação da população à seu centro histórico (e seu valor material/imaterial), fora reproduzida também ao complexo de ruínas (este com ainda mais intensidade). Este não foi assimilado enquanto lugar de

memória, mas tão somente, como um local que apresentava um problema urbano a ser resolvido. Entende-se, portanto, que:

Processos de encontros e desencontros e suas formas assimétricas podem ser cogitados como possíveis e principais causas da ausência de conhecimento aprofundado sobre a história da cidade, e consequente sentimento de não relação afetiva, de muitos e muitas, com espaços antigos, uma vez que eles não representam muitas vezes uma memória a ser preservada e revitalizada. (MORAES e CORRÊA, 2018, p. 05)

Sob a perspectiva de que uma preservação e revitalização nunca tenha sido interesse por parte do poder público ou mesmo uma demanda coletiva da comunidade, acabou-se que as intervenções foram empurradas sobre a população, que pouco pôde opinar ou sugerir, mas que do ponto de vista político, soava como “algo sendo realizado”, depois de tantos anos. Atualmente a área do sítio é toda utilizada para práticas desportivas, o que incentiva o contato com novas gerações, ainda que muitas delas sequer saibam do que se tratava aquele espaço, ou mesmo muitas das pessoas existentes na comunidade questionarem o porquê de sua ainda existência.

Conforme MORAES e CORRÊA, 2018, o fato de novas intervenções terem demorado cerca de 20 anos para serem concluídas, desde o aterramento do canal (1995/2016), fez com que as novas ações fossem vistas com bons olhos pela população, que com ou sem projetos executados, por si só passou a utilizar dos antigos espaços do sítio:

Sobre a liderança de Antônio Henrique, a prefeitura anunciara a construção de um parque linear na mesma localidade, valendo-se do uso estabelecido previamente pela própria população local, com as práticas de caminhadas. O projeto previa, segundo o site da prefeitura de Barreiras, “um calçadão central cercado por uma grande área verde, mais de 250 árvores, pista de skate, academia de ginástica, parques infantis, teatro de arena, ciclovias e quiosques, contemplando o público das mais diversas faixas etárias”; e foi concluído em 2017, no primeiro mandato do atual prefeito da cidade, Zito Barbosa (MORAES e CORRÊA, 2018, p. 05).

Quanto a este ponto, em seu trabalho arquitetônico sobre esse espaço, Igor Moraes (2022) produz o seguinte relato:

Sendo eu um dos muitos usuários do Parque Linear Novo Tempo, é notório dizer que o mesmo configura-se como uma das poucas áreas públicas da cidade voltadas e equipadas para práticas esportivas e de lazer. Diariamente muitas pessoas fazem uso do mesmo das mais diversas formas, com as práticas de caminhada, passeio com animais, ciclismo, malhação e entre outros; além de congregarem eventos e ser utilizado em datas festivas pela prefeitura - como é o caso da “Vila do Natal” ocorrida no natal de 2021; ou seja, há diversidade no uso do espaço e adesão da população aos equipamentos (MORAES, 2022, p. 05).

Nesse sentido, o espaço de estudo do sítio histórico procurou também refazer os caminhos que levam ao matadouro, sob que modos é atualmente utilizada e como isso se sobrepõe, ou sufoca e esconde, as antigas estruturas. Sob esse ponto, durante a confecção da planta-baixa, o espaço do Matadouro estava interditado para o andamento das obras de um hospital municipal que está sendo construído em frente à antiga fachada. O trabalho, nesse caso, considerou esse fator de dano ao sítio histórico e suas estruturas, uma vez que nenhum estudo preventivo, dentro das intervenções, foi identificado até o presente, mesmo com projetos de “resgate” e “valorização” do espaço¹⁵.

Cabe ressaltar que não há nenhum tipo de projeto, seja por parte do poder público ou da iniciativa privada, com vias de utilização de licenciamento ambiental, sobretudo nas áreas degradadas. Outro ponto importante é a ausência de registro do sítio histórico, pela prefeitura, no cadastro de sítios históricos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) até o momento de realização deste trabalho. Tais informações também revelam a ausência de trabalhos arqueológicos sob a perspectiva do objeto arquitetônico, bem como o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial que pudessem proporcionar novos sentidos ao estudo do sítio.

Imagem 37: As ruínas do Matadouro à esquerda, piscina desportiva à direita.



Fonte: Autoral.

¹⁵ Barreiras: Projeto História Viva, Cidade do futuro que preserva seu passado. Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/em-noite-memoravel-prefeito-zito-barbosa-lanca-o-projeto-historia-viva-cidade-do-futuro-que-preserva-seu-passado/>. Acesso em 17 abril 2024.

Imagem 38: Vista panorâmica dos fundos do Matadouro para o centro da cidade.



Fonte: Autoral.

Logo, o trabalho de investigação deu-se pelas referências e conceitos da Arqueologia da Arquitetura (TIRELLO, 2007; SANTOS, 2013) enquanto modo de compreender os edifícios históricos e representar os espaços que já não existem mais e por via da Arqueologia Histórica em pensar nos usos contemporâneos dos espaços do sítio e a possibilidade de construção de conhecimento a partir das suas ruínas.

Não houve realização de escavação enquanto intervenção arqueológica, pois uma vez identificados ou representados os contextos, foi possível observar por meio de sondagens que, tanto a degradação do espaço quanto às diversas intervenções deliberadas durante os últimos 30 anos, retiraram quase por completo, uma série de informações quanto ao contexto industrial, espaços, métodos de fabricação, ferramentas específicas do manuseio e beneficiamento dos produtos, elementos utilizados na manutenção e construção do cotidiano laboral, projetos relacionados aos usos e manutenção dos maquinários, aparelhos de conservação de alimentos, refrigeração, tratamento e higienização, bem como demais espaços edificados voltados à rotina industrial como: recepção de público externo, áreas de manejo dos animais, áreas de convívio, áreas de funcionários, primeiros andares, estoques,

sótãos, dispensas, e outra infinidade de possibilidades sobre o método de trabalho empregado no Matadouro.

De modo geral, as sondagens superficiais, enquanto método, foram as que mais forneceram informações necessárias para a elaboração de uma planta baixa original, dando conta da dimensão dos espaços arruinados ainda existentes e fornecendo informações arqueológicas e arquitetônicas, uma vez que decorre de um “estudo do processo de industrialização através do exame sistemático dos monumentos e dos artefatos que sobreviveram à exploração desse processo” (GUEDES, 2007, p. 294).

A pesquisa foi realizada em cerca de 4.426 m² do que ainda existe de edificação do espaço do Matadouro e aproveitou-se da presença de ruínas e vestígios aparentes. Dividiu-se os espaços em mapas de zonas, partindo do piso original, o térreo, onde seguiu-se para categorização de zonas computáveis por meio de fotografias e a elaboração da planta baixa. A planta final contou com 4 zonas, partindo da fachada da estrutura até a zona do curral, já inexistente. Por fim, anexou-se fotografias ao produto final da planta para melhor representação dos espaços. Conforme os apontamentos e conceitos da arqueologia histórica em ruínas de Camilla Agostini (2019), estudar a presença de vestígios no cotidiano do local, das pessoas que o frequentam, pode potencializar não somente a discussão acerca do presente para pensar o passado, mas o “encontro dessas temporalidades para pensar em usos e estratégias de preservação desses bens” (AGOSTINNI, 2019, p. 31).

O trabalho de campo de mapeamento das estruturas ocorreu após a pesquisa arquivística de documentos, mapas históricos, assim como se esteve presente de forma indissociável toda a pesquisa oral, a memória, enquanto recursos etnográficos, que contemplam a ressignificação contemporânea (lazer, trabalho, cotidiano local e da pesquisa) desse espaço. Um outro ponto compreendido foi a complexidade da edificação para a sua época, considerando que seu processo de arruinamento se deu aos poucos, de forma gradativa, seus pilares ainda mantêm boas estruturas, mesmo em meio às intempéries, de quase 60 anos, o que demonstra material de boa qualidade em sua construção, conforme, a oralidade, boa

parte trazido do litoral por vapor e outra parte encomendada em comércios de luxo no período do início do século XX.

Imagem 39: Planta da área de implantação. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.

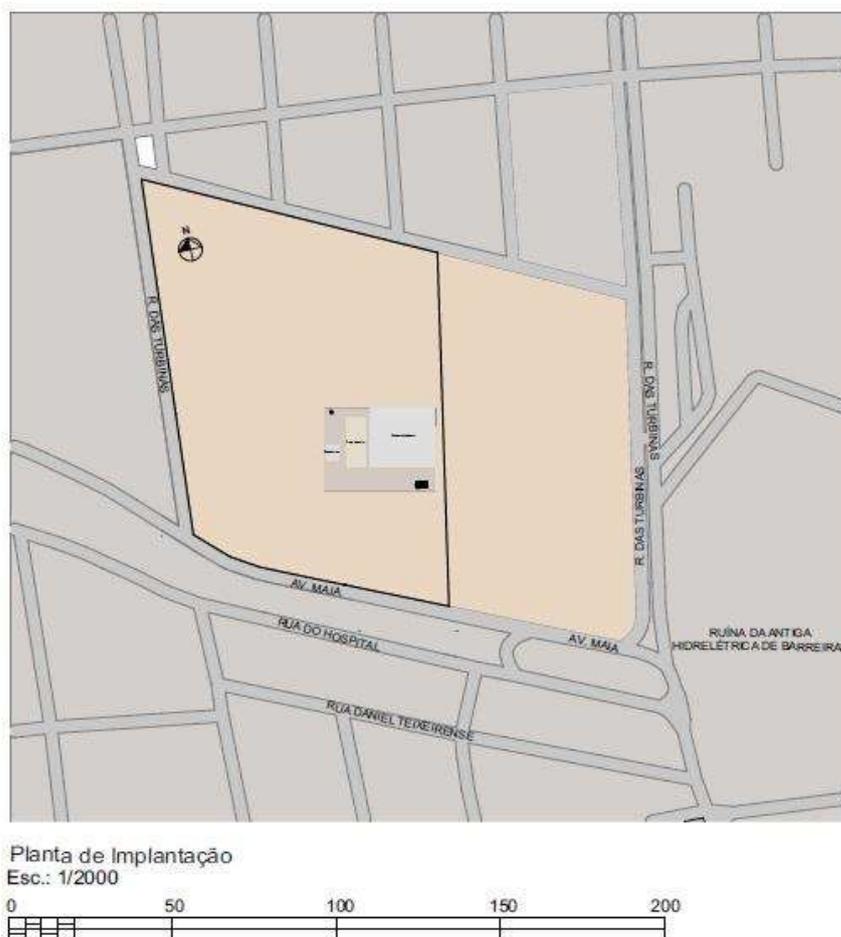
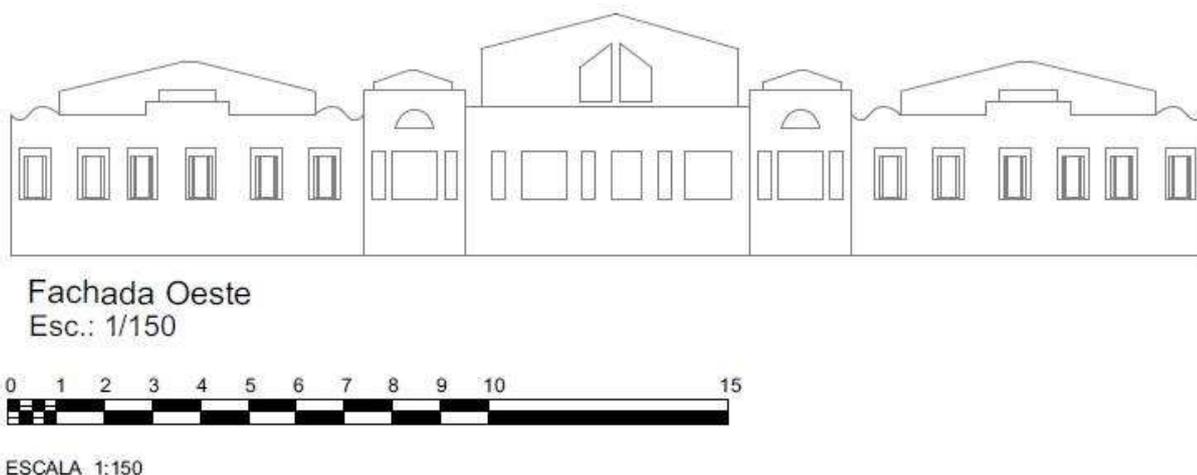


Imagem 40: Esquema da fachada original Oeste. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.



Conforme as fontes fotográficas anteriores (Ver imagens 25 e 36) é possível verificar que o lado direito da Fachada Oeste já se caiu por um todo, restando apenas partes do lado esquerdo. Existem poucos vestígios de madeiras de lei no que restou da estrutura dos telhados, mas em consultado ao material fotográfico fica perceptível verificar que havia sido telhado de adobe.

Imagem 40: Vista interior da Fachada Oeste, do lado direito restante. Dimensão: 16,44 m².



Fonte: Autoral.

Imagem 41: Vista interior da Fachada Oeste, do lado esquerdo, já completamente desaparecido. Detalhe para obra de um hospital municipal em frente ao Matadouro. Dimensão: 5,06m².



Fonte: Autoral.

Imagem 42: Fachada original. 1943.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 43: Vista lateral da Fachada Oeste. Fachada restante completamente interdita para as obras de construção do hospital. Dimensão: 56,58 m².



Fonte: Autorial.

Imagem 44: Vista da recepção. Portas originais interditadas por tijolos. Ausência de janelas originais. Composição das madeiras originais dos suportes para vidros. Dimensão: 56,58 m².



Fonte: Autoral.

Imagem 45: Interior da recepção ao público externo. Dimensão: 14,4 m².



Fonte: Autoral.

A recepção é um dos espaços mais complexos em termos de identificação dos espaços, pois uma vez que eram dedicados ao convívio de funcionários administrativos, chefias e demais cargos de comando do Matadouro, era todo mobiliado para encargos de um local de gerência. Havia móveis de bom trato, arquivos e um sótão, além da presença de banheiros com encanamentos e ladrilhos hidráulicos. Com exceção dos suportes para portas e janelas de madeira, todos os demais elementos foram ou arrancados e destruídos pela ação das intempéries e eventuais quedas de paredes ou estruturas, além da perda de informações provenientes das eventuais limpezas que já foram realizadas nesse ambiente.

Imagem 46: Vestígios de ladrilhos hidráulicos originais na recepção ao público externo.

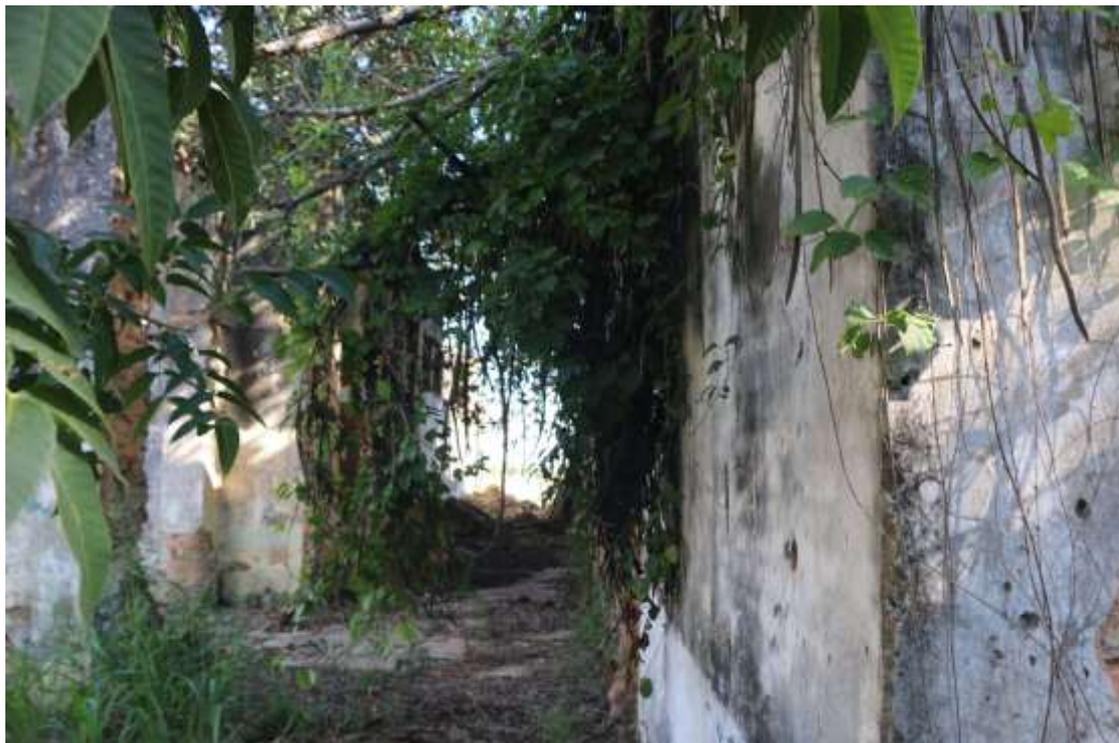


Fonte: Autoral.

Após a recepção, adentra-se nos espaços, de fato, industriais, com poucos vestígios de suas estruturas para funcionamento. Conforme a confecção da planta-baixa (ver anexo) é perceptível que grande parte dos espaços ficaram não identificados, apenas sinalizados enquanto possíveis locais de atividades de produção, mediante o acesso a relatos e a documentos oficiais da Companhia Sertaneja¹⁶. As temporalidades e informações foram identificadas a partir dos vestígios nas ruínas e, em grande parte, na memória de interlocutores acessadas. Quanto aos vestígios, em sua maioria, também estão relacionados à marcação em pisos de antigas alvenarias, alvenarias ainda existentes, pilares e demais pisos em arruinamento (ver legendas). Cabe ressaltar que boa parte da estrutura também está infestada pelo crescimento de vegetação nativa, assim como árvores de troncos largos, como mangueiras, trepadeiras, oitis e castanheiras, típicas do próprio cerrado baiano.

¹⁶ Documentos oficiais da Companhia Sertaneja. Fonte: Acervo do Núcleo de História e Memória do Oeste - NUHMOB.

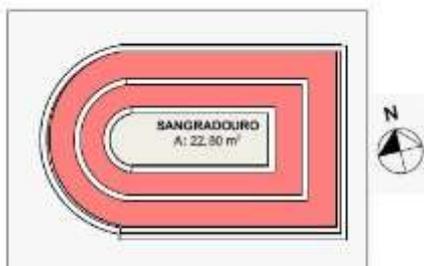
Imagem 47: Exemplo de como parte da estrutura foi tomada pela vegetação. Dimensão: 82,67 m².



Fonte: Autoral.

Ao lado das entradas para as áreas industriais, consta ainda bem preservado a área “suja” do Matadouro, denominação industrial para local onde os animais passavam pelo abate e seguiam para separação e expedição. A área do sangradouro detém 22,80 m² e se ajusta à inclinação natural do terreno, o que facilitaria o descarte e circulação do sangue dos animais no momento de seu abate. Essa prática demonstra um melhor manejo com o animal para padrões de indústria à época, o que evitaria menos sofrimento e desperdício para seguir com as demais etapas produtivas, se comparado com o antigo abate rudimentar de animais.

Imagem 48: Área do sangradouro de animais. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.



Planta Baixa Matadouro
Esc.: 1/150

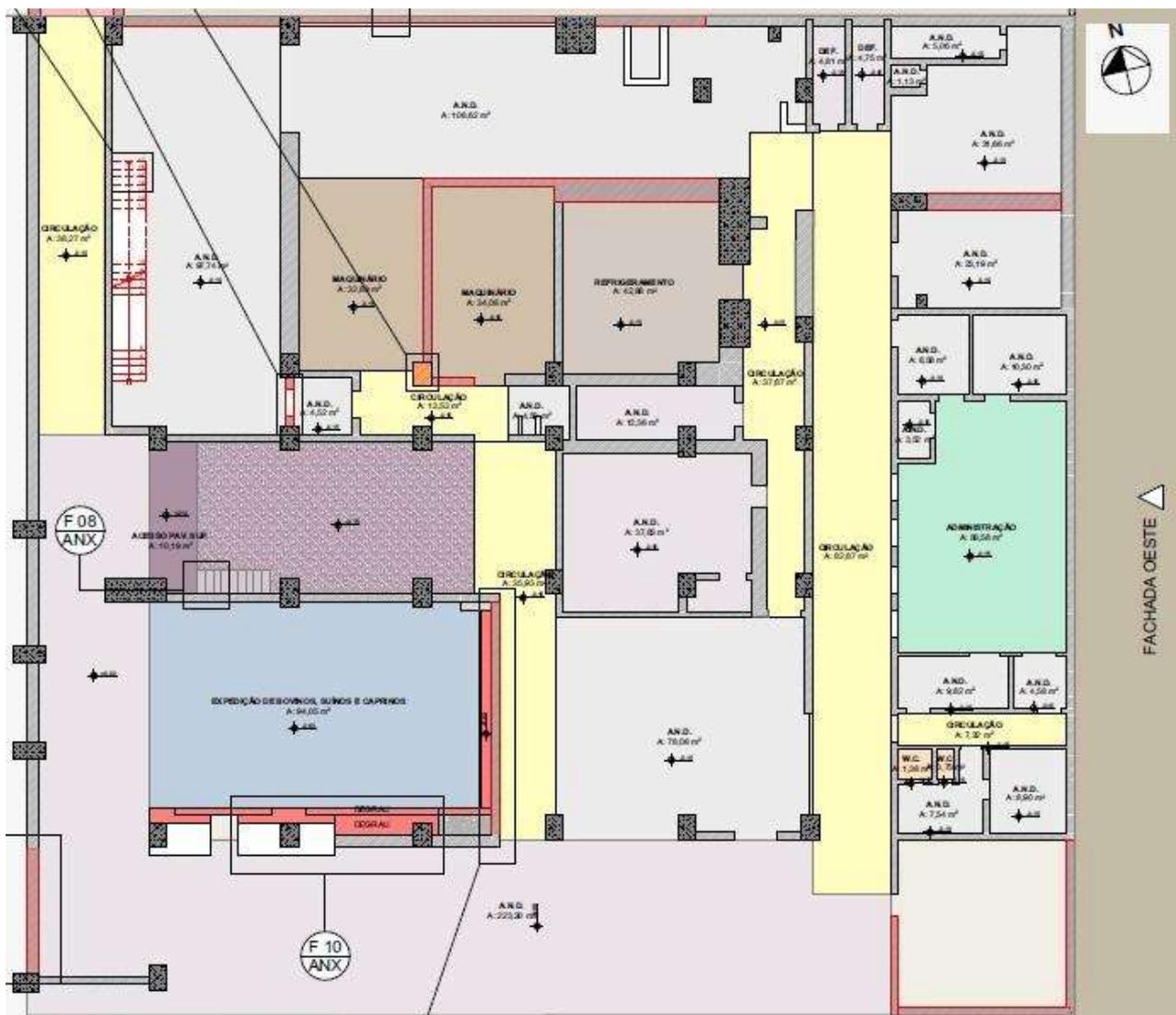
Imagem 49: Vista do sangradouro de animais. Dimensão: 22,80 m².



Fonte: Autoral.

Após a recepção, adentra-se nas áreas de circulação que dão acesso ao que restou da área de expedição de bovinos, suínos e caprinos, que eram compostos por estruturas com água encanada, equipamento de abate nos moldes ingleses, maquinários para cortes e processamentos de carnes, lavagens e higienização, bem como a distribuição interna para manipulação dos alimentos até a saída final.

Imagem 50: Fragmento geral da área industrial. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.



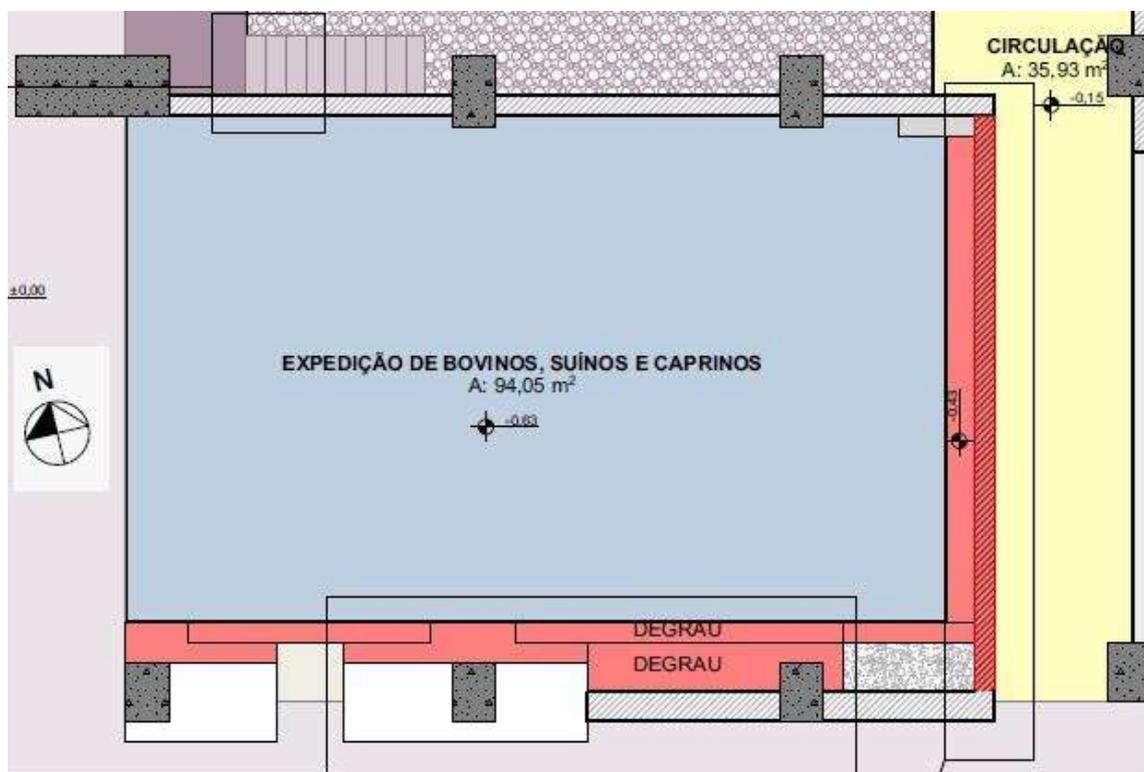
Segundo os documentos, livros-caixas e demais registros consultados, o principal foco da produção era a transformação da carne em charque, com melhor qualidade se comparada aos abatedouros das fazendas na região, sobretudo pelo prolongamento da utilidade do produto. Entretanto, os produtos de melhor qualidade não ficavam em Barreiras, eram destinados à importação e exportação. Nos relatos de Orlando de Rocha de Carvalho, o mesmo afirma que se tratava “das melhores carnes” para o comércio externo.

“Essa carne era transformada em charque, e as melhores, de primeira eram transportadas em aviões da Panair, para o Rio de Janeiro, tais como filé mignon e os produtos suínos, pois montamos também um abatedouro de suínos onde abatiam cerca de 40 cabeças por dia. Esses salames, mortadelas, presuntos, todos fabricados em Barreiras com grande aceitação

na capital federal, eram transportados no avião de retorno do Pará para o Rio de Janeiro e que por aqui pousavam”¹⁷

Os salames, mortadelas e presuntos, são apenas parte do que os demais documentam quantificam de produtos extraídos e produzidos no Matadouro. No livro de receitas¹⁸ de 1948, ainda constam-se a produção de sabão, de ração para o próprio gado, manipulação de derivados de milho e arroz, aproveitamento das ossadas bovinas, principalmente, e a confecção de couros a partir também dos restos bovinos. Ou seja, um contexto produtivo complexo, levando em conta as próprias dimensões e as demandas produtivas perceptíveis pelos relatos e documentos. A partir dessas informações, foi possível vislumbrar os espaços e vestígios e, conforme os demais modelos industriais que existiram no período, Brasil afora, comparar com outros matadores¹⁹.

Imagem 51: Fragmento da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.



¹⁷ Desenvolvimento de Barreiras na época da 2ª Guerra. Entrevista com Orlando de Rocha Carvalho. Fonte: Acervo Dona Ignez Pitta de Almeida.

¹⁸ Livro-caixa do Matadouro. Companhia Sertaneja S. A. 1945. Fonte: Acervo do Núcleo de História e Memória do Oeste - NUHMOB.

¹⁹ A empresa de armazéns frigoríficos do caes e porto: A sua grande utilidade e inestimáveis serviços prestados ao Brasil. Fonte: Acervo Dona Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 52: Vista frontal dos restos da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Vestígios da estrutura metálica que dava suporte aos animais para separação. Dimensão: 94,05 m².



Fonte: autoral.

Imagem 53: Vista lateral dos restos da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos. Vestígios da estrutura metálica que dava suporte aos animais para separação. Vista para os demais espaços industriais. Dimensão: 35,93 m².



Fonte: autoral.

Imagem 54: Vista lateral dos restos de pias e espaços de acesso à água da zona de expedição de bovinos, suínos e caprinos.



Fonte: autoral.

Ao lado dessa zona, constam os espaços de beneficiamento das carnes, como o tratamento térmico, defumação e as câmaras frigoríficas. A identificação desses espaços se deu por vestígios de maquinários e equipamentos existentes, assim como a referência do modelo de frigorífico reproduzido pela Companhia Sertaneja²⁰.

²⁰ A empresa de armazéns frigoríficos do caes e porto: A sua grande utilidade e inestimáveis serviços prestados ao Brasil. Fonte: Acervo Dona Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 55: Fragmento das zonas de beneficiamento das carnes. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.

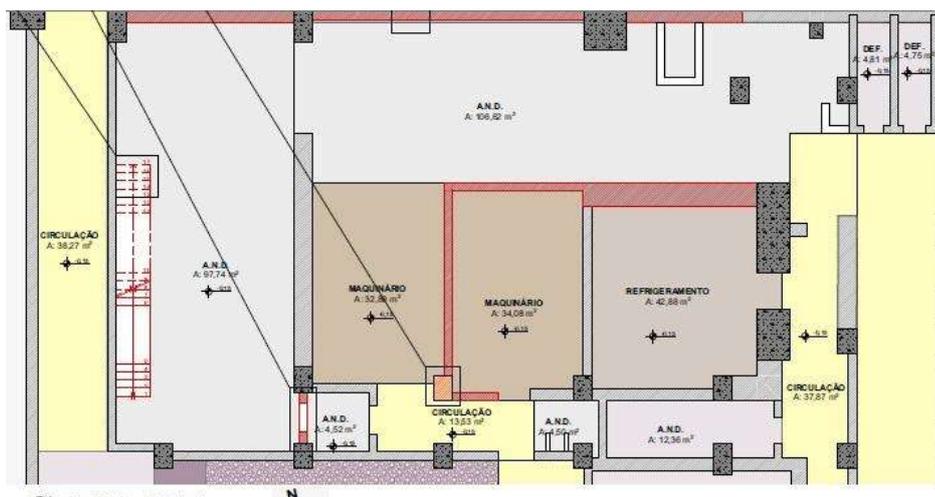


Imagem 55: Possível máquina de tratamento térmico. Dimensão: 32,80 m².



Fonte: autoral.

Imagem 56: Resto de maquinário para tratamento térmico. Dimensão: 32,80 m².



Fonte: autoral

Imagem 57: Restos das câmaras frigoríficas. Dimensão: 42,88 m².



Fonte: autoral.

Imagem 58: Salas de defumação. Dimensão: 4,81 m².



Fonte: autoral.

Segundo a documentação, o controle das câmaras frigoríficas ocorria sob uma temperatura permanente de dois graus abaixo de zero. Também havia câmara de congelação para o posterior transporte, passava por “ensacação” e seguia para os devidos fins.

Aos fundos da estrutura, encontram-se os vestígios das zonas de tratamento de evisceração e saponificação, além da possibilidade de terem ocorrido os demais manejos relacionados aos subprodutos que também eram fabricados mediante matéria prima animal: couros, rações, farelos de ossos, e a produção de sabão, que segundo dona Ignez Pitta de Almeida, também foi um dos maiores produtos comercializados e exportados.

Imagem 59: Fragmento dos fundos do Matadouro. Zonas de evisceração, saponificação e os espaços dos funcionários: banheiros, caixa d'água e almoxarifado. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.

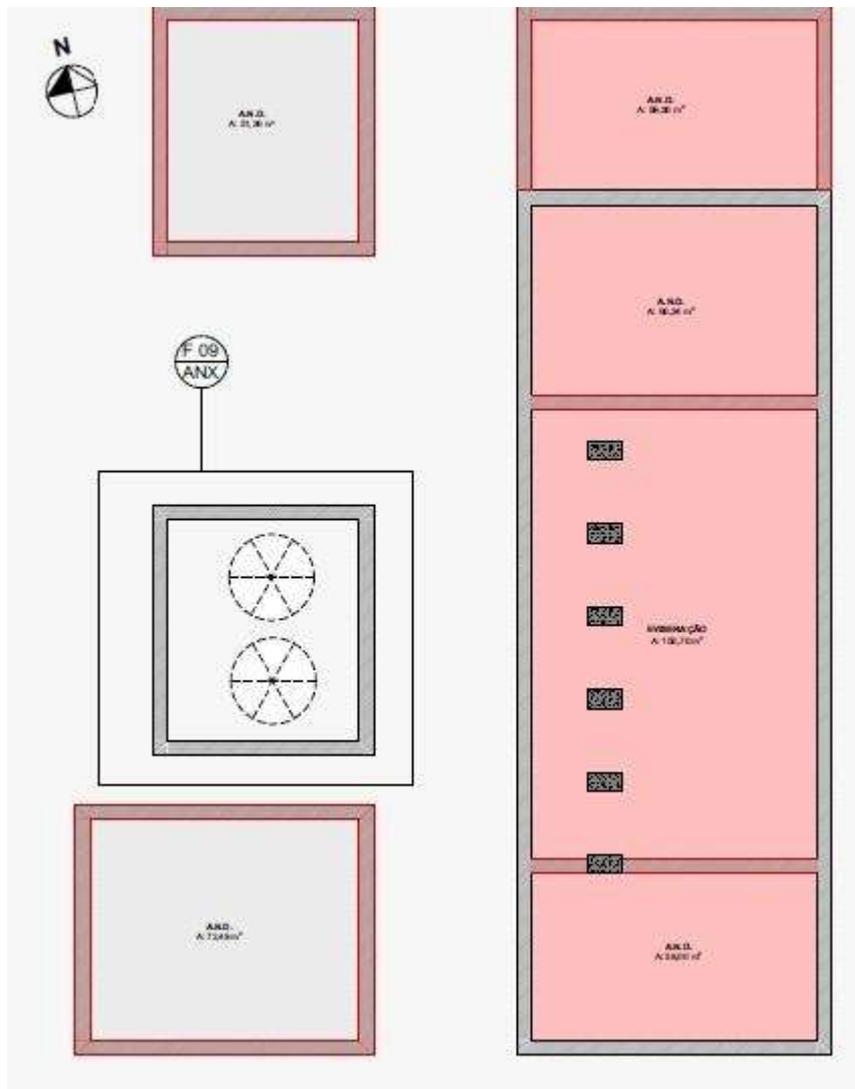


Imagem 60: Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Escadas de acesso completamente arruinadas. Dimensão: 155,76 m².



Fonte: autoral.

Imagem 61: Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Canais de despejo dos restos de animais para produção de gordura e sabão. Dimensão: 155,76 m².



Fonte: autoral.

Imagens 62 e 63: Vista lateral da zona de evisceração e saponificação. Restos de maquinários.



Fonte: autoral.

E, por último, as edificações relacionadas e identificadas enquanto zona dos funcionários e operários, tanto do setor interno industrial, quanto dos demais trabalhadores que conduziam os animais, desde a sua circulação do curral, a alimentação destes e manutenção de demais espaços e atividades. A parte física do curral, bem como os corredores de abate, já foram sobrepostos pelas intervenções das quadras de futebol e basquete. No solo, devido às limpezas e projetos de uso, não foi possível identificar nenhum piso cerâmico ou outra indicação de estruturas arquitetônicas remanescentes. A evidência de amostragem artefactual, dada a própria dimensão dos vestígios, ficou restrita a objetos metálicos, pilares, portas, janelas, escadas e desníveis (imagens 40, 41, 43, 45, 46, 47, 49, 55, 56, 60, 92 e 63) (ver planta baixa em anexo).

Imagem 64: Vista frontal do banheiro dos funcionários. Dimensão: 51,26 m².



Fonte: autoral.

Imagens 65: Vista interna do banheiro dos funcionários. Reminiscências de reutilização em períodos diversos, possivelmente atrelados às intervenções realizadas ao longo dos anos.



Fonte: autoral.

As demais zonas representadas e simuladas por meio da planta baixa (ver anexo) somente foram possíveis de se esquematizar devido o acesso a fotografias aéreas do Matadouro, antes do desaparecimento por completo, de espaços que também se perderam em boa parte das memórias, narrativas e documentos acessados. Sobre essas zonas, partiu-se da indução dos possíveis usos e funções diante do contexto do Matadouro e as posteriores mudanças em seu entorno, muros e novas obras.

A partir dessas informações documentais e a visita de campo, a utilização de softwares, como o *ArchiCAD*, possibilitou comparar as medidas do espaço arquitetônico com as projeções oferecidas pelas imagens (imagem 66). Ao fim, representou-se a área perdida na planta baixa (imagem 67) e foi possível também produzir uma modulação de perspectiva axonométrica (imagem 68) para o Matadouro. A escolha dessa metodologia, como parte da confecção da planta baixa, dialoga em como a Geometria Descritiva (GD) (TEIXEIRAS, DOS SANTOS, 2013) pode ser uma ferramenta de projeto para a sistematização de ambientes industriais.

Imagem 66: Fotografia aérea que evidenciam as edificações representadas na planta baixa, contando ainda com grande parte da estrutura edificada. 1999.



Fonte: Acervo Ignez Pitta de Almeida.

Imagem 67: Fragmento dos espaços de curral e circulação de animais. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.

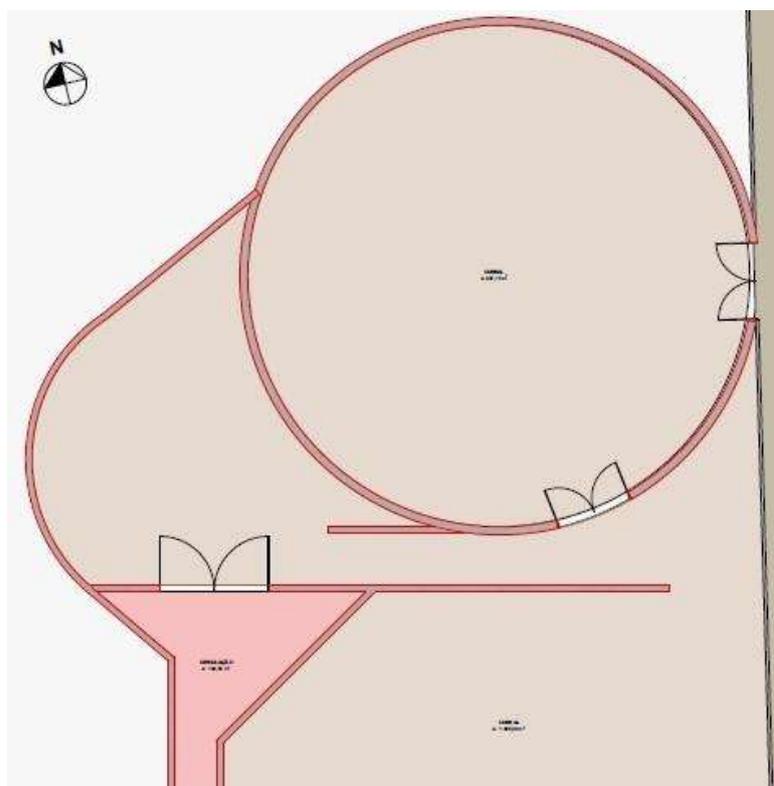
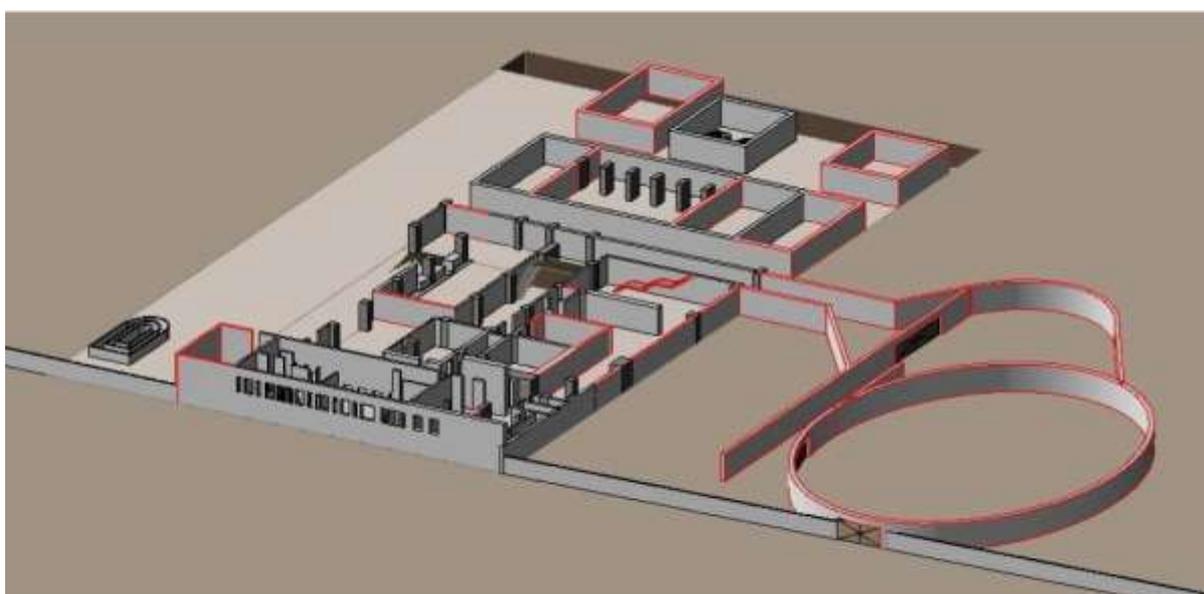


Imagem 68: Perspectiva axonométrica. Autoria: Ada Kelly Dias da Silva, Diego Henrique da Silva Stern, 2024.



Perspectiva Axonométrica
Esc.: 1/100

Por fim, foi possível verificar que apesar do estado de abandono e sem nenhum tipo de intervenção efetiva, mesmo com projetos em andamento²¹, as estruturas acabam por resistirem às intempéries e demais elementos danosos devido sua boa confecção, ou seja, parte do que ainda não caiu ou se arruinou apenas existe pelo conjunto arquitetônico, além da qualidade das matérias primas utilizadas na sua construção original. Conforme os interlocutores, parte dessa mesma estrutura também obteve fins diversos pelos antigos proprietários da Companhia Sertaneja e posteriormente pela ação de terceiros que retiraram a maior quantidade de objetos, especialmente os de metal e aço, para revendas. O restante de materiais perdeu-se com as incontáveis limpezas realizadas na localidade por intermédio da prefeitura e possibilidades de “readequear” o ambiente²².

Foi possível também considerar que o *Art Déco*, enquanto manifestação da arquitetura pro período, assim como os espaços do centro urbano, pode ser compreendido como produtor de paisagens urbanas, mas que posteriormente são reaproveitados pelo sertanejo. Na construção de outras memórias afetivas, ao longo do tempo, a construção dos casebres e residências em torno do Matadouro vão compartilhar de fachadas populares que ressignificam o *art déco* nos interiores nordestinos (ROSSI, 2010, p. 28) e que são responsáveis por abrigar, posteriormente, os ribeirinhos, roceiros, agricultores familiares e demais famílias de trabalhadores, até o momento de colapso do Matadouro Sertaneja.

Nessa perspectiva, conforme aponta Anna Lowenhaupt Tsing (2019), analisar por esse contexto atual as ruínas, pode fazer parte do vislumbre de campos ativos de abandono que continuam a gerar novas vidas e que força as sociedades, em meio à precarização, a procurar novas vidas em meio às ruínas. No campo do patrimônio cultural em Barreiras, procurar por aquilo que resiste é o ponto de partida para compreender que a própria construção acerca do reconhecimento de bem cultural a objetos, como o Matadouro Sertaneja, perpassa pelo sentimento de se reconhecer através das ruínas.

²¹ Projeto História Viva: Cidade do Futuro que preserva seu passado. Disponível em <https://barreiras.ba.gov.br/barreiras-131-anos-prefeitura-premia-vencedores-do-concurso-projeto-historia-viva-cidade-do-futuro-que-preserva-seu-passado/> Acesso em 25 julho 2024.

²² Disponível em <https://jornalnovafronteira.com.br/complexo-esportivo-passa-por-reforma-e-antigo-matadouro-sera-ponto-turistico/> Acesso em 25 julho 2024.

Desse modo, compreende-se que, em meio às ruínas (ou em torno delas), o que fornece suporte material às estruturas das memórias são as identidades das pessoas e o modo como isso continuamente é (re)construída por sujeitos e os horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006) para um passado que, materialmente encontra-se degradado e que, supostamente, demanda de ações futuras algo em torno de “preservá-las” ou sugerir novos usos. Nesse processo de reconstrução de identidades, seja pelo reconhecimento ou pelo afastamento deliberadamente pensados para a paisagem, aproveita-se do constante confronto entre o velho e o novo, do inacabado e o acabado, do útil e do inútil, para comunidades que vislumbram o patrimônio como moeda de troca: as transformações políticas, econômicas, culturais e demais situações sociais acabam por constantemente reajustar as matrizes identitárias dos sujeitos (FORTUNA, 1995).

Entretanto, continua ocorrendo de maneira sutil a sobreposição de narrativas, especialmente aquelas que deveriam pertencer às comunidades sobre quais políticas públicas poderiam ser eficazes sobre espaços degradados, marginalizados e com quase nenhuma articulação com o cotidiano social.

Nas paisagens barreirenses, o patrimônio e a memória que deveriam atuar na construção de identidades sociais, são manipulados para causar o contrário: práticas de silenciamentos e esquecimentos, que encontra na materialidade dos bens culturais a sua sentença: a destruição dos suportes da memória, seja de maneira física ou simbólica. Isso, por ora, ajudaria a explicar o porquê do município não depreender nenhum esforço notável em torno de proteger bens e lugares como patrimônio da cidade, mas colaborar direta e indiretamente pro desaparecimento destes, sem mesmo avaliar importâncias, sentidos e afetividades - quem dirá reconhecê-las.

De modo geral, a partir do que se buscou representar aqui pela perspectiva das ruínas do Matadouro Sertaneja, é possível dizer que a busca pelo seu reconhecimento como patrimônio não se dá apenas pelos apelos de uma história oficial, ou mesmo porquê enquanto lugar não possua de fato importância para a população, mas devido o interesse de agentes dominantes da produção dos espaços urbanos, a cidade não criou mecanismos públicos de reconhecimento e proteção de bens que perpassam pela memória e identidades das pessoas. Nesse

sentido, ainda ocorre a interdição de trajetos que as comunidades poderiam traçar para expressar seu interesse na conservação de localidades, como o Matadouro, que são referências coletivas, identitárias e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, as diversas representações que envolviam o ambiente do antigo Matadouro Sertaneja, como o castelo mal-assombrado, o local de abandono e sujeira, a marca na paisagem de um passado outrora glorioso e histórico, o conflito sobre o patrimônio, também foram as minhas. Nasci e me criei em torno daquilo que procurei escrever aqui: pessoas oriundas de processos migratórios, ribeirinhos, feirantes e, posteriormente, trabalhadores da indústria e do comércio local, que possuem suas histórias intrínsecas a esse passado.

Me familiarizei inclusive com a palavra de ordem que domina este lugar: a destruição. Desse modo, essa pesquisa buscou compreender como o campo do patrimônio cultural em Barreiras vem sendo utilizado enquanto moeda de troca em detrimento da ausência de políticas públicas de preservação. Para melhor entender a intersecção entre a defesa do patrimônio e as ameaças sobre o mesmo foi necessário primeiramente compreender o contexto histórico deste lugar tão desigual e como se constrói (e se destrói), ao longo do tempo, uma noção de patrimônio tão desigual quanto.

A destruição, nesse caso, apropriada pelas tramas políticas, constantemente ameaçam os símbolos e monumentos na paisagem da memória barreirense e podem ser passíveis de interpretações diversas aqui. Cabe mencionar que o município de Barreiras apenas irá instituir legislação sobre a conceituação do seu patrimônio através da lei 578, de 29 de abril de 2003²³. A lei que dispõe sobre “a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural” do município, cria seu órgão competente para constituir, selecionar e criar medidas de preservação e registro para os bens de natureza material e imaterial que correspondessem à identidade, à memória e demais elementos constituidores e formadores da sociedade de Barreiras.

A proposta da lei, em seu campo prático e jurídico, entretanto, não encontra diante dos problemas do município o terreno adequado para instituir um programa, ou mesmo ações, que debatessem o patrimônio cultural. Até o presente momento, nenhum bem cultural encontra-se registrado nas cinco categorias mencionadas pela

²³ Disponível em https://www.camaradebarreiras.ba.gov.br/leis/2003/lei_578_003.pdf. Acesso em 27 abril 2024.

lei: I - As formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscência da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana²⁴. Texto semelhante ao preconizado pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

O que existe, desse período de criação da lei para o cenário atual, esbarra, mais uma vez, nos empecilhos, disputas e incoerências das próprias políticas públicas municipais, uma vez que a câmara de vereadores até o presente momento não criou o serviço do patrimônio da cidade, assim como a comissão que foi instituída nos últimos anos, ainda não possui uma perspectiva de, especialmente, como dialogar com as comunidades. Apega-se à perspectiva do tombamento como única solução possível para a defesa do patrimônio cultural, assim como nos informa Maria Cecília Londres Fonseca (2009), as pessoas, comunidades e instituições, comumente, confundem o tombamento como único meio de preservar determinados conjunto de bens, especialmente os materiais.

Ou seja, as competências de um órgão deliberativo sobre o patrimônio de Barreiras, que deveria contar com a realização de políticas públicas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, não são suficientes para abranger além dos bens de *pedra e cal*, o que indica a condução da valorização e preservação da cultural local disseminada apenas para o patrimônio edificado.

Essa realidade acaba por impactar na construção de narrativas em torno do próprio reconhecimento de patrimônio cultural para o município. É importante reconhecer que Barreiras cresce e se transforma, do ponto de vista urbano, excluindo suas ruas, linhas e traçados associados às periferias, evento muito comum em cidades que atravessam períodos de desenvolvimentismo, obtendo como suporte o não reconhecimento de bens culturais oriundos aos espaços marginalizados, o que eleva a categoria de bem aqueles vinculados às memórias e identidades de grupos dominantes.

²⁴ Idem.

O exemplo do complexo de ruínas do Matadouro Sertaneja, ainda que agregado às mesmas memórias elitistas e fruto de políticas latifundiárias, conforme apresentado anteriormente, representa a ausência de políticas públicas que, primeiramente, dialoguem com as pessoas, aquelas que ainda enxergam castelos, ou que possuam laços com a história do espaço, que ali nasceram, se criaram, constituíram moradia, famílias e vidas. Assim como, outrora definido aqui como categoria de saudade, o patrimônio em Barreiras necessita compreender que sua preservação deve ocorrer mediante o fortalecimento do sentimento de suas comunidades.

Ainda que estes mesmos sentimentos sejam carregados de controvérsias, como aqueles que endossam as lógicas de apagamento, silenciamentos e destruição, ou aqueles que enxergam nos novos usos e funções dos espaços arruinados as perspectivas de que aqueles elementos não desapareçam da paisagem. Há também de se considerar que o poder público, mediante suas propostas isoladas e desarticuladas de intervenção, também representam olhares dissonantes sobre os meios possíveis de reinserir a sociedade no convívio com seus bens culturais, no caso do Matadouro Sertaneja, a transformação do espaço no Complexo Esportivo Deputado Luiz Braga, desde 2007, com substituição de partes das antigas estruturas industriais por quadras de basquete, futebol e a instalação de piscina esportiva. Com a consolidação do Parque Novo Tempo, outrora extensão do Canal do Rêgo, suplantando de vez sua memória pela intervenção na paisagem. O único objeto desse complexo que não obteve, até o momento, alteração ou proposta, é a Usina Rocha.

A partir dessa realidade é possível pensar que Barreiras possui noção acerca de quais são seus bens culturais, especialmente os de natureza material, entretanto, não consegue estabelecer políticas efetivas de preservação de seu patrimônio devido suas perspectivas verticais de gestão, de conservação e intervenção: sempre criando discursos unilaterais, apegado à história oficial, que identifica e reconhece símbolos de sua memória e identidade que, na maioria das vezes, acabam por excluir outros possíveis entendimentos da vida social e cultural.

Nesse sentido, o discurso de José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) acaba por dar compreensão sobre esta dimensão do patrimônio cultural em meio às tramas

e disputas políticas: a ideia de “propriedade”, enquanto expoente mais valioso de uma sociedade, acaba por suplantar as necessidades das comunidades, dos indivíduos marginalizados e à parte dos símbolos de desenvolvimento e progresso que encontram, nos objetos, o suporte para sua autenticação.

Logo, no que diz respeito ao patrimônio cultural percebemos que em Barreiras as coletividades estabelecem mediações cruciais entre seus bens, à medida que sua totalidade social identifica nestes bens algo como sua propriedade, o que não corresponde à “diversidade de relações, tensões e significações que perpassam o patrimônio em seu sentido mais estrito” (GONÇALVES, 2007, p. 214). Esses atravessamentos, entretanto, não são exclusivos de Barreiras ou mesmo das demais cidades do interior do oeste baiano, esse movimento é articulado em nome de práticas de esquecimento e silenciamento, que foram e continuam sendo orquestradas para mascarar as diferenças e particularidades, seja esse espaço qual for, especialmente nos contextos de comunidades marginalizadas, para estabelecer, através do patrimônio selecionado, a que história nós pertencemos.

Por conta disso, adotei aqui a perspectiva da saudade enquanto “categoria” para determinar o que é patrimônio para as comunidades em torno do Matadouro Sertaneja, uma vez que conforme acessei a representação das visões dessas pessoas, pude perceber que, assim como a perspectiva de José Reginaldo Santos Gonçalves, o bem cultural obtém importante função mediadora de ideais, valores e identidades de grupos e categorias sociais, e que, independente do grau de proximidade ou de memória estabelecida, é capaz de contribuir para o modo como as pessoas têm percepção de si e dos demais ao seu redor:

“Na medida em que assim classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007, p. 28).

Nesse sentido, ao apresentar as ruínas, em contraste com as fontes, as pessoas, as narrativas, as intenções ou ausências delas, essa pesquisa buscou representar o modo como os conflitos modernos sobre o patrimônio são reflexo diretos do conflito com o social. As comunidades formadas em torno do Matadouro Sertaneja e demais espaços da Companhia Sertaneja dão conta da dimensão afetiva que pode ser uma forma de relação com o passado, eternizado por traços e

marcas, ruas e vielas, casebres e quintais, pais e filhos, patrimônio e memória. Estes, aqui, dimensionam afetividades por meio dos impulsos à preservação destes espaços, com intuito de que suas histórias também se integrem à identidade dos bens edificados, à medida em que são reconhecidos também como patrimônio.

Jacques Le Goff (1984) associa o desejo da preservação como aquela que teme as destruições, os silenciamentos e esquecimentos, aqueles “na qual se concebe a ruptura entre o que já passou e o que está sendo vivido”. Para as comunidades da antiga Barreirinhas, que observaram as mudanças não oferecerem nenhuma proposta de preservação de suas lembranças (ou mesmo melhores garantias de qualidade de vida), a ameaça do esquecimento foi se tornando outra palavra de ordem por aqui. Destruir e esquecer acabaram por serem mais efetivas do que esperar que as memórias e sua busca identitária fossem preservadas em torno da imobilidade da paisagem e dos objetos, que já não passavam mais estabilidade.

Logo, com o desaparecimento das marcas materiais das comunidades, o apagamento de casas, ruas, calçadas, canais d’água e demais modos de vida, de forma compulsória, ocorre a transformação espacial e temporal das memórias, pois: nas lembranças o espaço localiza o tempo (LE GOFF, 1984). Como imaginar ações preservacionistas sob espaços concretos que agora são apenas sentimentos de perda, esquecimento, apagamento? O abandono é institucionalizado à medida que o próprio “oeste” do desenvolvimento e progresso é uma ficção, esta ficaria hipotecada até o momento que outras ficções e seus personagens surgissem para suprir este espaço.

Nos restou conviver com as demais “palavras de ordem” apresentadas até aqui: além da destruição, o abandono, as negações e as resistências. Com o passar do tempo, as comunidades em Barreiras tornaram-se referência periférica para o município, como exemplificam fontes no período após a desativação do Matadouro Sertaneja: das prioridades de um desenvolvimento urbano, desde saúde à educação, na infraestrutura local e na própria forma como se organizavam os

ambientes da cidade que sofriam do crescimento desordenado, ou em outras palavras, Barreiras havia crescido, mas não tinha se desenvolvido²⁵.

Segundo essa lógica, a partir do crescimento econômico, “autônomo” que se estendeu na região do oeste baiano, tendo Barreiras como núcleo principal, as autoridades político-administrativas preocuparam-se somente em acompanhar esse desenvolvimento para dele tirar proveito próprio. Dessa forma, o contexto desenvolvimentista, outrora simbolizado pela Companhia Sertaneja, monumentalizou-se na paisagem urbana de Barreirinhas, enquanto assistia uma Barreiras com preocupação mínima efetiva em administrar de forma racional o crescimento da cidade e dos seus interiores, especialmente a formação de espaços periféricos.

A economia de Barreiras, que cresceu vertiginosamente, se desvinculou completamente das estruturas sociais que permanecem vivenciando tempos difíceis. Essa pesquisa também interpreta o impacto dessas transformações em imposições para os modos de vidas e para as economias já criadas e conhecidas: a chegada de novos tempos, em detrimento de outros, para além dos abandonos e práticas de silenciamentos, molda as pessoas em torno de continuarem sobrevivendo, criando famílias, estabelecendo laços e economias, reformando casas e aguardando, o momento em que suas histórias também pudessem se monumentalizar na paisagem da memória.

Nesse ponto, as representações das ruínas, naturalmente, construíram caminhos para a evocação de um passado e também outros modos de desenvolver relações humanas. O que antes servia de chão de fábrica, de ambiente industrial de alimentos, passagens de animais e demais cômodos e espaços, tornaram-se referências de novos significados, como o caso da constante procura do espaço arruinado para realização de ensaios fotográficos.

Conforme sugere Etienne Samain (2012), os ensaios fotográficos, as imagens produzidas e seus sentidos apreendem muito mais do que a oposição entre o espaço arruinado e o ser humano, o colapso e a vida em meio aos escombros e restos: a imagem deve ser entendida ao mesmo tempo como documento e objeto de

²⁵ Barreiras cresceu, mas não desenvolveu. Jornal O Barreirense, Barreiras, Maio de 1986, Ano I, N. 05., p. 12. Disponível em: centrodememoria.ufob.edu.br. Acesso em 22 de junho 2024.

sonho, como obra e objeto de passagem, monumento e objeto de montagem, não saber e objeto de ciência” (SAMAIN, 2012, p. 22). Em meio ao que restou, a imagem funde-se ao patrimônio cultural como meio de perpetuá-lo.

Imagem 69: Ensaio fotográfico nas ruínas do Matadouro Sertaneja.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 70: Ensaio fotográfico nas ruínas do Matadouro Sertaneja.



Fonte: Acervo pessoal.

Longe de soarem como elementos isolados ou fortuitos, o que se pretende por aqui é uma interpretação de como as pessoas, de um modo ou de outro, diretamente ou indiretamente, de forma consciente ou não, puderam, ao longo do tempo, ocupar as ruínas ao seu modo. A ocupação, por curiosidade que seja, colabora com a perspectiva de lidar com os espaços arruinados enquanto mediador de um mundo que está desaparecendo e outro que insiste em existir. Essas ocupações podem, e devem, se utilizar de mecanismos de usos criados para forjar novas histórias e pertencimentos, dribles e passes de um futuro que ainda é necessário criar, tal qual os projetos de “resgate” para os bens coletivos e de referências culturais para o município: “História viva: Barreiras do futuro”²⁶.

Imagem 71: Crianças se preparam para uma partida de futebol no espaço que era o curral, agora parte do complexo esportivo.



Fonte: autoral.

²⁶ Projeto História Viva: Cidade do Futuro que preserva seu passado. Disponível em <https://barreiras.ba.gov.br/barreiras-131-anos-prefeitura-premia-vencedores-do-concurso-projeto-historia-viva-cidade-do-futuro-que-preserva-seu-passado/> Acesso em 25 julho 2024.

Nesse mesmo sentido, percebi que essas referências culturais e coletivas, que poderiam contribuir para que as pessoas pudessem participar na expressão de bens a ser reconhecer e conservar, na verdade, são subalternizadas diante das ações das políticas públicas (seja na esfera municipal, estadual ou federal). Quaisquer que sejam as demandas em torno de espaços como o Matadouro Sertaneja, independente do suposto pretexto de interesse geral da cidade em torno da preservação de lugares, acabam por esbarrar na deslegitimação e silenciamento dessas demandas, especialmente pela sobreposição de interesses particulares, fruto da especulação imobiliária e a atribuição de importância a outros espaços, especialmente os não marginalizados e referentes às populações mais pobres - e acentuadamente a população negra, descendente de ribeirinhos, sertanejos, vaqueiros e demais trabalhadores do processo de ocupação dos espaços em torno do Matadouro Sertaneja. A essa parte da comunidade ficava o questionamento, que tipo de vida poderia (re)existir em meio aos vínculos que as pessoas ainda podem estabelecer com o espaço arruinado?

Em vias de caminhar para a finalização dessa pesquisa, pude me deparar com a possibilidade de pensar nesses vínculos pela lógica de uso e, conseqüentemente, o acesso ao espaço enquanto lugar de memória. No ano de 2024, devido a uma série de questões estruturais e políticas, a gestão municipal anuncia a realização do tradicional (e sucateado) festejo junino da cidade nas dependências do Matadouro, o que pegou a todos de surpresa. Do lado de lá da ponte, no centro da cidade, as inúmeras críticas quanto ao espaço, especialmente no distanciamento com os principais bairros do município, e do lado de cá, das periferias, a surpresa de receber o festejo principal de maneira inédita, ficando Barreirinhas como um bairro instrumentalizador do festejo público naquele momento.

Diante disso, pude verificar que a “vida”, ou pertencimento, ou reconhecimento, ou afetividade, que poderiam tornar esta margem da cidade, para além do que é funcional às estruturas urbanas e interesses privados, ainda existiam ali. Diante dos aterramentos, apagamentos, arruinamentos e descaracterização da paisagem, a memória ainda poderia encontrar novos suportes para a vida naquele espaço, que propõe novas relações, afetos e histórias, contanto que haja a possibilidade de que as pessoas vivam isso em primeiro lugar.

Imagem 72: Ornamentação do São João no entorno do Matadouro Sertaneja, 2024.



Fonte: autoral.

Imagem 73: Ornamentação do São João no no entorno do Matadouro Sertaneja, 2024.



Fonte: autoral.

Por fim, não se pode concluir como a opinião pública continuará a lidar com as escolhas a serem feitas sobre este espaço: o que a população escolheria? O que deve ser feito? Existem alternativas à cidade do futuro e a preservação de seu passado? Por enquanto esses questionamentos ficam inseridos apenas na lógica especulativas, entretanto demonstra o quanto Barreiras carece de debates mais democráticos, sobretudo às populações diretamente atingidas pelas intervenções em seus lugares de memória, em considerar aquilo que as pessoas gostariam de dizer,

de sentir, de serem ouvidas, não deixando a grupos específicos soluções “mais ou menos” acertadas naquilo que deveria ser, de fato, decisão coletiva.

Não seria eficaz a perda de uma referência urbana a uma parte da população apenas por esta ser considerada minoritária ou desassociada do reconhecimento do bem como patrimônio cultural, uma vez que este pensamento verticalizado foi o único, até o momento, que impulsionou os debates e intervenções pensadas no sentido público. Afinal, não se pode dimensionar, num espaço tão desigual e carente, qual demanda deverá receber melhor atenção em detrimento de sujeitos, memórias e identidades que durante toda sua trajetória, foram afetados pelas lógicas de “desenvolvimento urbano”.

Despotencializar essa parte da população barreirense, entretanto, sempre se mostrou o melhor caminho para todas as decisões do poder público, cabendo a reflexão de que há um limite nas políticas públicas existentes em assegurar, e até mesmo informar, os direitos da população em torno de poder decidir sobre seus espaços, lugares, memórias e demais referências, que seguem ameaçadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A Invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 9-341.

AKAMATSU, Etienne. Mémoire, temps, histoire. Paris: PUF, 1996.

BERMAN, Marshal. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 38 – 84.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARIBÉ, Clóvis. Modernização da Agricultura e Ocupação dos Cerrados no Oeste Baiano. In: CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel. In: Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco. Feira de Santana: UEFS Editora. 2012. p. 7-434.

CARVALHO SILVA, Kássia Maria. Usina Hidrelétrica Rocha: Um Projeto de Desenvolvimento para o Oeste da Bahia (1928 - 1965). Bacharelado em História: Trabalho de conclusão de curso. Barreiras, BA, 2017.

CHAGAS, Mário. & ABREU, Regina. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos, 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 320 p.

CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-317.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. Trad. Luciano V. M. São Paulo: UNESP, 1992.

CONNERTON, Paul. Social Memory. New York: Cambridge University Press, 1989.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DE MATOS, Gregório. Triste Bahia. In: BOSI, Alfredo. História concisa da Literatura Brasileira, São Paulo: Editora Cultrix, 1994. p.10-582.

DIAS, Maria da Graça Andrade. Memórias e Existências: Identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2014, p. 106-130.

ESTRELA, Ely Souza. Um rio de memórias e modus vivendis dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). História & Perspectiva. Uberlândia, n.41, p. 115-139, jul./dez. 2009.

FONSECA, Pedro César Dutra. “Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954”. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987. P. 63.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-82.

FUNARI, P. P. A.; OLIVEIRA, N. V. de. A arqueologia do conflito no Brasil. Funari, P. P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. dos (orgs.). Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 141-149.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. As terras do Além São Francisco, Salvador: Revista do IGHB, v. 95, p. 123-134, 2000.
HALL, Stuart. A identidade cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 68-75, 1996.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 185-277.

HODDER, Ian. Agency and individuals in long term process. In: DOBRES, Marcia Anne; ROOB, John E. (eds.). Agency in Archaeology. Routledge: Londre, 2000 (tradução: Matias Lepori, 2016).

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 26, v.1, 2017, p. 222-228.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006, p. 9-326.

LOCASTRE, Aline Vanessa. Projeção do Brasil para o pós-guerra: a "boa vizinhança" estadunidense no Brasil segundo a revista "Em Guarda"(1941-1945). In: Revista Antíteses, vol.8, n. 15, 2015, p. 488-519.

LE GOFF, Jacques. "Memória". Em Enciclopédia Einaudi, vol. I, Memória-História. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Lucas. O vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1955.

MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 52.

MARTINS, Flávio Dantas O Rio São Francisco na história [manuscrito] : o uso público da memória e o projeto de meio técnico-científico – Brasil 1930–1950. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. In: São Paulo. Revista USP, n. 64, dez/jan/fev.2004-2005. p. 28-49.

MEDEIROS NETO, Luís de Meneses. História do São Francisco. Maceió: Casa Ramalho, 1941.

MORAES Igor. CORRÊA Diego. “O cais perdeu o seu romantismo”: A emergência de representações do cais de barreiras-ba como centro histórico na segunda metade do século xx. Barreiras-BA, 2019. In: Seminários Urbanismo na Bahia (9. : 2019: Salvador, BA). [Anais do] urbBA[19] : urbanismos : ensino, prática, aprendizagem. Salvador, BA : Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019. 1 v. : il, p. 274-284.

NEVES, Erivaldo Fagundes Neves. Propriedade, Posse e Exploração da Terra: Domínio fundiário na região oeste da Bahia, Século XIX In: CARIBÉ, Clóvis; VALE, Raquel. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco. Feira de Santana: UEFS Editora. 2012, p. 31-102.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamento em Feira de Santana, 1920-1960. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

ORSEN JÚNIOR, Charles. Introdução à arqueologia histórica. Oficina de livros, 1996.

PAULA, Zuleide Casagrande de. A cidade Londrina e a Imagem do Patrimônio Edificado: a Estação/Museu e a Secretaria de cultura/Casa da Criança. In: GAWRYSZEWSKI, Albetto (Org.). Patrimônio histórico cultural: cidade londrina – PR. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/LEDI, 2011.

PAMPLONA, G Luis. Barreiras, Bê-A,..da Barra pra cá. Primeira edição/2002. PITTA, Ignez. Saudade de Barreiras, álbum de recordações. Barreiras-BA, 1996.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Ribeira do S. Francisco. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1944.

RABELO, Elson de Assis. A visão em deslocamento: uma história de palavras, figuras e paisagens do São Francisco (1930/1070). Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

ROCHA, Geraldo. Rumo ao Oeste. Rio de Janeiro: Cia. Sertaneja, 1941.

ROCHA, Geraldo. O Rio de São Francisco. Factor precípua da existência do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

ROSSI, Lia Monica. Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível. In: Revista UFG /Julho 2010 / Ano XII nº 8, p. 28-34.

SALLES, Apolonio. O Rio São Francisco e sua colonização. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1942.

SCHIFFER, M. B. Contexto arqueológico y contexto sistêmico. Boletim de Antropologia Americana, 22, dec. 1990, p. 81-93.

SILVA, Marcos Virgílio da Silva. O apagamento da memória como um processo estrutural da urbanização de São Paulo no século XX. 2020. p. 21.

TEIXEIRA, Fábio G. e DOS SANTOS, Sérgio L. (2013). HyperCAL3D, uma ferramenta computacional para o apoio do processo de ensino-aprendizagem de geometria descritiva. Design & Tecnologia, Porto Alegre, no. 06, pp.20-32, 2013

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. Revista Mana, nº12, p. 237-248, 2006.

VENTURA, Deyse. A preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano em São Paulo e Buenos Aires, entre a cultura e o planejamento urbano (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PROLAM/USP, 2009.